

ESEE business,
create jobs
Assess
Advocate
Reform
Grow



Organização
Internacional
do Trabalho

100
1919-2019

MOÇAMBIQUE

**AMBIENTE FAVORÁVEL PARA EMPRESAS
SUSTENTÁVEIS**

RELATORIO FINAL



2019

2019

O ambiente favorável para empresas sustentáveis em Moçambique

Relatorio final

Copyright © International Labour Organization 2019

First published 2019

Publications of the International Labour Office enjoy copyright under Protocol 2 of the Universal Copyright Convention. Nevertheless, short excerpts from them may be reproduced without authorization, on condition that the source is indicated. For rights of reproduction or translation, application should be made to ILO Publications (Rights and Licensing), International Labour Office, CH-1211 Geneva 22, Switzerland, or by email: rights@ilo.org. The International Labour Office welcomes such applications.

Libraries, institutions and other users registered with a reproduction rights organization may make copies in accordance with the licences issued to them for this purpose. Visit www.ifro.org to find the reproduction rights organization in your country.

9789220314982 (print)

9789220314999 (web pdf)

The designations employed in ILO publications, which are in conformity with United Nations practice, and the presentation of material therein do not imply the expression of any opinion whatsoever on the part of the International Labour Office concerning the legal status of any country, area or territory or of its authorities, or concerning the delimitation of its frontiers.

The responsibility for opinions expressed in signed articles, studies and other contributions rests solely with their authors, and publication does not constitute an endorsement by the International Labour Office of the opinions expressed in them.

Reference to names of firms and commercial products and processes does not imply their endorsement by the International Labour Office, and any failure to mention a particular firm, commercial product or process is not a sign of disapproval.

Information on ILO publications and digital products can be found at: www.ilo.org/publns.

Printed in Switzerland

PREFÁCIO

Em junho de 2007, a Conferência Internacional do Trabalho (CIT) discutiu a promoção de empresas sustentáveis. As conclusões dessa discussão forneceram uma contribuição importante acordada pelo grupo tripartido da OIT composto por governos, organizações de empregadores e de trabalhadores sobre como promover o desenvolvimento empresarial de uma maneira que alinhe o crescimento empresarial com os objetivos de desenvolvimento sustentável e a criação de emprego produtivo e trabalho decente. As conclusões convocaram o fortalecimento das instituições e dos sistemas de governação que alimentam as empresas. Mercados fortes e eficientes precisam de instituições fortes e eficazes. A promoção de empresas sustentáveis também visa garantir que os recursos humanos, financeiros e naturais sejam reunidos de forma equitativa e eficiente, a fim de alcançar a inovação e aumentar a produtividade.

As conclusões alcançadas na discussão de 2007 da CIT identificaram 17 pilares para um ambiente propício à promoção de empresas sustentáveis. Este relatório analisa o desempenho de Moçambique em relação a cada pilar, com o objetivo de avaliar os relativos pontos fortes e as debilidades do ambiente favorável para empresas sustentáveis no país. O relatório incorpora os resultados de uma opinião nacional ou pesquisa de percepção realizada no país, com foco em 8 pilares escolhidos pelos parceiros tripartidos moçambicanos.

O relatório foi concebido para estimular o debate e fornecer uma base de evidências para reformas de políticas para um ambiente mais favorável à promoção de empresas sustentáveis em Moçambique. Em particular, o relatório foi utilizado para identificar áreas prioritárias de reformas políticas para apoiar o diálogo, a *advocacy* e o trabalho de políticas públicas dos parceiros sociais no país. Um plano de ação complementar baseado nas conclusões deste relatório assegurará

a implementação de medidas específicas destinadas a melhorar o ambiente favorável às empresas sustentáveis em Moçambique.

O presente relatório beneficiou-se grandemente das contribuições dos participantes tripartidos envolvidos no processo em dois seminários nacionais realizados em maio de 2018 e fevereiro de 2019, respectivamente.

A Confederação das Associações Econômicas (CTA) deve ser agradecida por iniciar a solicitação à OIT para a avaliação do EESE, e por ajudar a facilitar e liderar a implementação das atividades desde o início. A avaliação foi realizada sob a supervisão técnica de Maria Sabrina De Gobbi, da Unidade de Pequenas e Médias Empresas da sede da OIT, em Genebra. As atividades de campo foram implementadas por Igor Felice, Responsável Técnico em Empresas Sustentáveis e Empregos Verdes pelo projeto da OIT “Trabalho decente para uma Transformação Económica Sustentável e Inclusiva em Moçambique”, Jens Dyring-Christensen e Maria Machailo-Ellis, respectivamente especialista em empresas e empregadores no Escritório da OIT em Pretória, Matilda Dahlquist, Junior Professional Officer também do Escritório da OIT em Pretória e Antenor Pereira, Coordenador Nacional de Projetos sobre Diálogo Social em Maputo. Agradecimentos sinceros devem ser expressos ao Instituto Superior de Relações Internacionais (CEEI / ISRI) pela realização da pesquisa de percepção. Especial agradecimento deve-se à Sra. Eth Ludmilla de Gois Vieira Nunes Rodrigues por ter escrito o relatório, atualizando os dados secundários e fazendo a revisão bibliográfica. Helena Saenz de Juano Ribes deve ser agradecida pela recolha de dados secundários. A Sra. Séverine Deboos e a Sra. Judith van Dooren devem ser agradecidas pelos seus comentários. O Sr Victor Migguel da CTA deve ser sinceramente agradecido pela revisão final deste documento.

Diretor

Escritório da OIT em Lusaka

Director Executivo

Confederação das
Associações Econômicas-CTA

SUMÁRIO

Sumário	vii
Sumário Executivo	ix
Abreviações e Siglas	xiii
1. Introdução	1
2. Elementos Políticos	5
2.1 Paz e estabilidade política	6
2.2 Boa Governança	8
2.3 Diálogo Social	13
2.4 Respeito aos direitos humanos universais e às normas internacionais do trabalho	16
3. Elementos económicos	21
3.1 Políticas macroeconómicas sólidas e estáveis e a boa gestão da economia	23
3.2 Comércio e integração económica sustentável	30
3.3 Ambiente legal e regulatório favorável	34
3.4 Império da lei e a garantia dos direitos de propriedade	38
3.5 Concorrência justa	40
3.6 Tecnologias da informação e da comunicação	42
3.7 Acesso aos serviços financeiros	45
3.8 Infraestrutura física	50
4. Elementos sociais	55
4.1 Cultura empresarial	56
4.2 Educação, capacitação e formação contínua	57
4.3 Justiça social e inclusão social	63
4.4 Proteção social adequada	67
5. Elementos ambientais	71
5.1 Gestão ambiental sustentável	72
6. Resultado da avaliação e caminhos para o futuro	81
Referências	83

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em junho de 2007, a Conferência Internacional do Trabalho (CIT) discutiu a promoção de empresas sustentáveis pedindo o fortalecimento das instituições e sistemas de governação que fomentassem o empreendedorismo. Mercados fortes e eficientes precisam de instituições fortes e eficazes. Promover empresas sustentáveis é sobre o desenvolvimento sustentável, onde os resultados económicos, sociais e ambientais são buscados, e onde os recursos humanos, financeiros e naturais são combinados equitativamente e eficientemente a fim de alcançar inovação sustentável e maior produtividade.

A avaliação descrita neste relatório é baseada em dados secundários, revisão da literatura e insumos técnicos fornecidos por representantes das partes interessadas tripartidas. Além disso, o estudo também utiliza na sua avaliação os importantes resultados de uma pesquisa de opinião realizada em Moçambique, de Julho a Agosto de 2018.

Nesse sentido, a Pesquisa EESE com empresas moçambicanas resultou em uma série de achados muito importantes para a compreensão do ambiente de negócios no país. Dentre as conclusões, constatou-se que existem diversos desafios para o desenvolvimento de empresas sustentáveis, especialmente as micro, pequenas e médias empresas. Esses desafios incluem a falta de políticas adequadas que permitam o surgimento de negócios resilientes aos obstáculos sociais, políticos e económicos de cunho doméstico e internacional; a desconexão entre a atividade empresarial e o seu mercado, a exemplo da inexistência de diagnósticos empresariais; e a ausência de políticas e práticas de desenvolvimento e gestão empresarial e de recursos humanos.

A pesquisa EESE também identificou que fragilidades legais e institucionais no país podem aumentar os riscos de corrupção, de fuga do pagamento de impostos e de visão de desenvolvimento social e económico de longo prazo. Além disso, a ausência da prática de prestação de contas e transparência no uso dos recursos públicos influenciam negativamente o ambiente de negócios moçambicano.

Ainda, concluiu-se que os altos custos derivados da falta de infraestrutura suficiente em termos de transporte, energia ou água, por exemplo, e as desigualdades de infraestrutura entre as zonas urbanas e rurais, são também grandes obstáculos ao desenvolvimento de empresas sustentáveis em Moçambique. Há uma generalizada falta de conhecimento das empresas sobre o ambiente de negócios e sobre a gestão e a sustentabilidade empresarial. A gestão é, muitas vezes, realizada apenas através de conhecimentos práticos, sem planos de negócios e visão estratégica de longo prazo e com recursos humanos sem a qualificação adequada.

Outra constatação da pesquisa EESE é a de que o baixo acesso das empresas formais e informais aos recursos financeiros é um grande obstáculo e as altas taxas de juros existentes dificultam o desenvolvimento das empresas nacionais, que concorrem com as empresas estrangeiras. Assim, empresas nacionais tem pouco acesso às novas tecnologias bem como às informações de mercado. Por fim, a Pesquisa EESE Moçambique destacou que o alto desemprego, que afeta especialmente os mais jovens e reduz o poder de compra da população, e a baixa conexão entre a população qualificada e as vagas disponíveis também impactam o ambiente de negócios de Moçambique de forma negativa.

Para melhorar a legibilidade do relatório, resumos foram incluídos no início de cada capítulo. Para o resumo sobre os elementos políticos, ver página 13; para ler sobre os elementos económicos, ver página 30; ver página 70 para elementos sociais, e; página 87 para elementos ambientais. No início de cada capítulo, há uma apresentação gráfica dos elementos indicadores relevantes sobre o respectivo tema, em que se apresenta uma comparação de Moçambique com os países vizinhos Tanzânia, Malawi e Zâmbia.

ELEMENTOS POLÍTICOS

Localizado no sudeste africano, Moçambique possui uma população de cerca de 28 milhões de habitantes. Antiga colônia portuguesa, Moçambique se tornou independente em 1975. Desde então, disputas políticas em alternados períodos de paz e conflito têm dominado o cenário moçambicano, com atual conjuntura de ataques terroristas na província de Cabo Delgado a partir de 2017.

A principal responsável pelo diálogo social é a Comissão Consultiva do Trabalho (CCT), uma instituição tripartida composta por representantes do governo, das organizações de trabalhadores e de empregadores. Tem havido maior institucionalização do diálogo público – privado no país e o governo tem identificado o diálogo social como estratégico para a promoção de emprego e da legalidade e segurança laboral.

Moçambique enfrenta muitos desafios para garantir os direitos humanos para todos os seus cidadãos. Alguns dos obstáculos mais significativos estão relacionados com a corrupção, disputas de terra, discriminação de pessoas baseada em gênero, especialmente contra mulheres e raparigas, violência doméstica, gravidez na adolescência, pessoas com albinismo, trabalho infantil, impunidade e abusos de direitos humanos vinculados aos conflitos armados. A liberdade de expressão e associação é garantida por lei, mas o seu cumprimento deve ser observado na prática.

ELEMENTOS ECONÓMICOS

Com a independência nacional, Moçambique introduziu o modelo de economia centralizada e, com a guerra civil deflagrada posteriormente, o país foi considerado um dos mais pobres do mundo. Com uma série de reformas econômicas iniciadas em 1987, com a ajuda externa e com a crescente estabilidade política alcançada após a paz de 1992, o país passou por um período de alto crescimento económico. Porém, este período de crescimento foi ameaçado pela crise econômica iniciada em 2015. Entre as razões da crise estão a redução dos preços das *commodities*, os conflitos militares internos, a redução no investimento externo direto (IED) e o escândalo das dívidas oculta.

O Produto Interno Bruto (PIB) moçambicano é composto, pelo ramo da agricultura, pecuária, pesca e atividades relacionadas, representando a maior porção, com 22,5%; os setores de transportes e atividades vinculadas, armazenamento e informação e comunicações correspondem a 12,2%; comércio e serviços de manutenção, 11,3%; a indústria transformadora representa 8,6%; aluguer de imóveis e serviços prestados a empresas, 6,7%; o ramo da educação, 7,5%, outros setores juntos, 31,3%. Os principais produtos exportados são o carvão e o alumínio. O crescimento económico tem sido liderado primordialmente pelos megaprojetos nos setores de energia e recursos naturais, mas que, no entanto, não tem gerado oportunidades de trabalho suficientes para a população moçambicana. Descobertas recentes de reservas de carvão e gás trazem potencial para que o país se torne ator global relevante no setor energético.

O Investimento Extranheiro Directo (IED) é visto pelo governo de Moçambique como forma de alcançar o crescimento económico e gerar emprego. Cabe à Agência para Promoção de Investimentos e Exportações (APIEX) a facilitação e a assistência aos investidores nacionais e estrangeiros, atuando nas áreas de oportunidades de investimento, parcerias, incentivos fiscais e abertura de empreendimentos. Moçambique tem alta concentração das exportações em apenas quatro produtos, em que 63% das exportações do ano de 2015 foram de alumínio, carvão, gás e eletricidade. Outras *commodities* exportadas incluem castanhas de caju, camarão, algodão, açúcar, frutas cítricas e madeira. No que se refere às importações, estes são produtos manufaturados, alimentos e outros produtos agrícolas, combustíveis e produtos de mineração.

Moçambique é membro da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e a política comercial do país busca estabelecer um ambiente de negócios favorável para a promoção da competitividade dos seus produtos nacionais em mercados internacionais, preferencialmente em mercados desenvolvidos europeus, americanos e asiáticos, sem prejudicar o comércio regional.

O quadro legal para investimento em Moçambique é de difícil compreensão, especialmente para investidores estrangeiros, com alguns setores sujeitos a legislações

distintas, dispersas em diferentes textos legais, como garantias de proteção ao investidor, ou disponíveis apenas em português. A terra é propriedade do Estado, que pode arrendá-la por longos períodos, mas a infraestrutura construída na terra arrendada pertence ao titular da licença. Porém, esse processo é bastante complexo, envolvendo diversos procedimentos e instituições, e enfrenta as limitações das capacidades institucionais dos governos municipais na gestão da ocupação da terra. Em relação aos direitos de propriedade intelectual, seus cumprimentos permanecem esporádicos e inconsistentes, apesar das leis e regulações existentes e do fornecimento de recursos para tribunais criminais ou administrativos para violações nesse campo.

Moçambique aprovou a Lei da Concorrência em 2013, que é válida para todas as atividades econômicas realizadas no país, ou que as afetem, e possui dois pilares principais: o das práticas anti competitivas e o do controlo de fusões. A lei estabeleceu a Autoridade Reguladora da Concorrência (ARC) como órgão com jurisdição exclusiva para fiscalizar, regulamentar, investigar e punir, mas, a ARC ainda não está em funcionamento.

O setor de telecomunicações moçambicano é caracterizado pelos altos preços da internet de banda larga, desacordos sobre tarifas de interconexão e compartilhamento de instalações, pesado regime de licenciamento e baixa qualidade de serviço em alguns subsectores. O canal de televisão estatal Televisão de Moçambique e o canal privado STV são os únicos transmitidos a nível nacional e a rádio com maior alcance na zona rural é a oferecida pelo serviço estatal. O cenário das tecnologias da informação e comunicação em Moçambique revela baixo acesso à tecnologia ou à transferência tecnológica.

O Banco de Moçambique, o banco central do país, é a instituição que formula e implementa a sua política monetária e cambial, além de supervisionar as instituições financeiras. O acesso ao financiamento continua a ser um desafio em Moçambique, em que a maior parte da população permanece sem acesso ao crédito, especialmente por causa das garantias.

Moçambique enfrenta vários desafios em termos de infraestrutura. No setor de transporte, a rede viária se encontra precária, especialmente no meio rural e nas vias de ligação entre os meios rurais e urbano. Em termos de energia, uma pequena parcela da população possuía acesso à eletricidade, além das deficiências na geração e transmissão gerarem frequentes quedas de energia. Grande parte de população moçambicana não possui acesso à água tratada e ao saneamento básico, acarretando diversos problemas, como os de saúde.

ELEMENTOS SOCIAIS

O governo de Moçambique reconhece a necessidade de melhorar o ambiente de negócios e tem criado iniciativas nesse sentido, como o estabelecimento do Instituto para a Promoção das Pequenas e Médias Empresas (IPEME) e a Estratégia para a Melhoria do Ambiente de Negócios (EMAN). Apesar disso, permanecem os diversos desafios às pequenas e médias empresas, relacionados especialmente à tributação, qualificação da mão-de-obra, infraestrutura, acesso aos serviços financeiros e acesso aos mercados, além da burocracia excessiva e das capacidades institucionais insuficientes.

O nível educacional da população moçambicana é preocupante, com baixa taxa de alfabetização. Os problemas incluem o reduzido orçamento para a área, em particular nas áreas rurais os professores não são bem qualificados ou ausentes, há uma grande distância das escolas para os estudantes, falta de infraestrutura e alta taxa de abandono. As meninas abandonam a escola em especial por motivos de gravidez e casamento. De notar que Moçambique se encontra entre os cinco países com maior incidência de gravidez na adolescência no mundo. Há ainda papéis de género que criam a necessidade das meninas ajudarem a família com afazeres domésticos e com o sustento.

O período de crescimento económico em Moçambique não necessariamente se traduziu em maior desenvolvimento social e económico. De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano 2018 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o país se classificou na posição 180 sobre 188 países e territórios. Moçambique permanece como um dos países mais pobres do mundo, com alta desigualdade de renda e com baixa expectativa de vida, com média de 55,5 anos. A pobreza afeta especialmente as mulheres, que possuem menos acesso à terra, menor

taxa de alfabetização, menor probabilidade de ter um trabalho formal e, assim, possuem pior acesso aos serviços financeiros, e recebem salários menores que os homens. As desigualdades se perpetuam tanto no meio rural e urbano, quanto entre as diferentes regiões do país. A alta incidência de HIV/SIDA e de insegurança alimentar é alarmante.

Moçambique possui programa de proteção social estruturada, cuja responsabilidade é do Instituto Nacional de Ação Social (INA). Em termos práticos, uma pequena parte da população é alcançada pelos programas de proteção social: apenas 2 milhões de pessoas – ou seja, 7% da população - se beneficiaram de pelo menos uma das três categorias existentes.

ELEMENTOS AMBIENTAIS

Em Moçambique, uma grande parte da população depende do ambiente para garantir os seus meios de subsistência diários, o que resulta em ampla degradação ambiental. A lenha é a principal fonte de energia para as famílias moçambicanas, o que agrava a deterioração ambiental e traz problemas de saúde vinculados à sua queima. Moçambique é um país propenso à ocorrência de desastres naturais, sendo o 3º país africano mais afetado por desastres relacionados ao clima, como foi demonstrado recentemente com os ciclones Idai e Kenneth. Como a agricultura e pecuária são as maiores fontes de renda da população, esta se encontra particularmente vulnerável em caso de desastres naturais.

Cerca de 60% da população moçambicana vive ao longo da costa, ficando, assim, vulnerável aos ciclones e tempestades e sofre com cheias e seca. Moçambique é naturalmente dotado de uma paisagem diversificada e é um país rico em recursos naturais, possuindo uma das 5 maiores reservas de gás natural do mundo.

RESULTADO DA AVALIAÇÃO E CAMINHOS PARA O FUTURO

Os resultados da avaliação do ambiente propício para empresas sustentáveis em Moçambique indicam que há espaço para melhorar a situação em todas as 17 condições. No entanto, no intuito de concentrar esforços e obter impactos mais tangíveis, 8 áreas prioritárias foram selecionadas, nomeadamente:

- Paz e estabilidade política;
- Infraestrutura física;
- Políticas macroeconômicas sólidas e estáveis e a boa gestão da economia;
- Educação, capacitação e formação contínua;
- Boa governação;
- Ambiente legal e regulatório favorável;
- Acesso aos serviços financeiros;
- Diálogo social.

Num seminário tripartido organizado em Fevereiro de 2019 3 áreas foram consideradas como essenciais e em Maio de 2019 os planos de acção foram preparados a nível tripartido com a participação de outros intervenientes do sector da sociedade civil e instituições financeiras. As 3 áreas são:

- Acesso aos serviços financeiros
- Paz e estabilidade política
- Boa governação

ABREVIACÕES E SIGLAS

Sigla	Nome
ANAC	Administração Nacional de Áreas de Conservação
APIEX	Agência para Promoção de Investimentos e Exportações
ARC	Autoridade Reguladora da Concorrência
CCT	Comissão Consultiva do Trabalho
CEEI/ISRI	Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais
CIT	Conferência Internacional do Trabalho
CMAN	Conselho de Monitoramento do Ambiente de Negócios
CNDH	Comissão Nacional dos Direitos Humanos
CONSILMO	Confederação Nacional dos Sindicatos Independentes e Livres de Moçambique
CPI	Centro de Promoção de Investimentos
CTA	Confederação das Associações Económicas
EESE	Enabling Environment for Sustainable Enterprises
EMAN	Estratégia para a Melhoria do Ambiente de Negócios
ENSB I	Estratégia Nacional de Segurança Básica
ETI	Índice de Facilitação do Comércio
FOCCOS	Fórum de Consulta e Concertação Social
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
Gazeda	Gabinete das Zonas Económicas de Desenvolvimento Acelerado
GCCC	Gabinete Central de Combate à Corrupção
GEF	Global Environment Facility
GII	Acrónimo em inglês do Índice de Desigualdade de Género
IDG	Índice de Desenvolvimento Ajustado ao Género
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDI	Índice de Desenvolvimento das TIC
IED	Investimento Externo Direto
IMASIDA	Acrónimo em inglês do Relatório de Indicadores Básicos de HIV
INAS	Instituto Nacional de Ação Social
INSS	Instituto Nacional de Segurança Social
IPC	Índice de Percepção da Corrupção
IPEME	Promoção das Pequenas e Médias Empresas
Ipex	Instituto para a Promoção de Exportações
IPI	Instituto da Propriedade Industrial
ISPC	Imposto Simplificado Para os Pequenos Contribuintes
ITIE	Iniciativa de Transparência na Indústria Extrativa
LDH	Liga dos Direitos Humanos
MGCAS	Ministério do Género, Criança e Ação Social
MIC	Ministério da Indústria e Comércio
MITADER	Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural
MPMEs	Micro, Pequenas e Médias empresas

NIT	Normas Internacionais do Trabalho
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OTM-CS	Organização dos Trabalhadores de Moçambique-Central Sindical
PIB	Produto Interno Bruto
PMEs	Pequenas e Médias Empresas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSSB	Programa de Subsídio Social Básico
RENAMO	Resistência Nacional de Moçambique
SACU	União Aduaneira da África Austral
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SADCC	Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral
SNE	Sistema Nacional de Educação
TICs	Tecnologias da Informação e Comunicação
TRIPS	Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio
WEF	Fórum Económico Mundial
ZEE	Zonas Económicas Especiais
ZFI	Zonas Francas Industriais

1. INTRODUÇÃO

O importante papel que o setor privado desempenha no desenvolvimento social e económico levou a Conferência Internacional do Trabalho (CIT) a discutir o conceito de empresas sustentáveis em junho de 2007. A promoção de empresas sustentáveis garante que os recursos humanos, financeiros e naturais sejam combinados equitativamente. Um ambiente propício para a criação e o crescimento de empresas numa base sustentável deve levar em conta as três dimensões do desenvolvimento sustentável - económico, social e ambiental - como pilares interdependentes e que se reforçam mutuamente.

A CIT de 2007 adotou conclusões para a promoção de empresas sustentáveis e identificou 17 condições necessárias para um ambiente propício. Um ambiente favorável à criação e ao crescimento de empresas sustentáveis reúne a busca legítima pelo lucro com a necessidade de desenvolvimento que respeite a dignidade humana, a sustentabilidade ambiental e o trabalho decente. É um ambiente que destaca o princípio de que as empresas sustentáveis precisam de sociedades sustentáveis e que os negócios tendem a prosperar onde as sociedades prosperam e vice-versa.

As mesmas conclusões convidam a Organização Internacional do Trabalho (OIT) a concentrar as suas intervenções em respostas práticas, incluindo ferramentas, metodologias e partilha de conhecimentos relevantes para os parceiros sociais nas suas atividades. É por isso que a OIT desenvolveu uma metodologia para avaliar até que ponto as 17 condições para um ambiente favorável às empresas sustentáveis são atendidas nos países. Este relatório apresenta a implementação de tal avaliação em Moçambique e faz parte de uma série de relatórios nacionais sobre o mesmo assunto. O relatório cobre os aspectos políticos, económicos, sociais e a situação ambiental do ambiente de negócios propício em Moçambique. A área política compreende quatro das 17 condições, a económica inclui oito, a social compreende quatro e a dimensão ambiental consiste em uma condição.

Uma avaliação do ambiente propício para empresas sustentáveis em Moçambique atende à necessidade existente no país de implementar políticas e estratégias para o desenvolvimento inclusivo nacional. O ambiente propício para empresas sustentáveis em Moçambique foi avaliado por meio da revisão de dados secundários, revisão de literatura, contribuições de partes interessadas tripartidas e achados de pesquisa de percepção nacional de trabalhadores e empregadores (incluindo proprietários e gerentes de empresas).

Em 22 de maio de 2018, a Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA), com o apoio da OIT organizou um *seminário* para apresentar as características de uma metodologia de avaliação desenvolvida pela OIT sobre o ambiente propício para empresas sustentáveis. Entre outras coisas, os participantes elaboraram um questionário para uma pesquisa de percepção a ser realizado em Moçambique como parte da avaliação. A pesquisa examinou a percepção de trabalhadores e empregadores em relação ao ambiente de negócios em Moçambique e se ele é favorável ou restritivo à promoção de empresas sustentáveis no país. Durante o seminário 8 prioridades foram selecionadas:

- Paz e estabilidade política;
- Infraestrutura física;
- Políticas macroeconómicas sólidas e estáveis e a boa gestão da economia;
- Educação, capacitação e formação contínua;
- Boa governação;
- Ambiente legal e regulatório favorável;
- Acesso aos serviços financeiros;
- Diálogo social.

METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa contou com 300 entrevistados, sendo 128 proprietários de empresas, 82 gestores e 90 trabalhadores de empresas formais e informais, especialmente de micro, pequenas e médias empresas. A pesquisa de opinião foi operacionalizada por meio de questionários com perguntas fechadas (e uma pergunta aberta para adicionar informações não previstas no questionário) que foram aplicados presencialmente em 6 das 11 províncias moçambicanas: Cabo Delgado, Nampula, Tete, Manica, Província de Maputo e Cidade de Maputo. Os 300 questionários foram igualmente aplicados nas 6 províncias e, em cada uma, os 50 questionários foram aplicados em 2 distritos rurais, 2 urbanos e a capital provincial, sendo 10 questionários cada.

No que se refere à distribuição da amostra dos entrevistados, mais empresas urbanas (160) foram entrevistadas do que rurais (140) e responderam às perguntas mais pequenas empresas (154) do que micro (114), média (11) ou grandes (9) empresas¹. A maior parte das empresas entrevistadas é formal, sendo 164, enquanto as empresas informais contabilizaram 136. Enquanto esse número representa uma média de 58,3% de empresas formais e 41,7% de empresas informais, existem diferenças quando se considera as empresas entrevistadas por província: Cabo Delgado e Maputo-Província se aproximaram mais da média, ambas contabilizando uma proporção de 54% de empresas formais e 46% de empresas informais. Maputo-Cidade e Tete são as províncias com maior incidência de empresas formais entrevistadas, sendo 76% e 70%, respectivamente, seguidas por Nampula, com 64%. Já Manica foi a província com menor percentagem de empresas formais entrevistadas, apenas 32%. Por consequência, a incidência de empresas informais entrevistadas em Manica foi de 68%, a mais alta entre todas as províncias participantes do estudo.

Em relação aos registros tanto para empresas informais como empresas formais, considerando o Cartão de Registro do Setor Informal, a Licença Comercial Municipal, o Registro no Departamento Fiscal, a Inscrição do Proprietário e o Registro de Funcionários no Instituto de Segurança Social, apesar de grande percentagem dos entrevistados não terem respondido à pergunta sobre cada processo de registro (variando entre 32,3% e 65,7%), a resposta com maior incidência foi de que “o processo de registro foi ‘normal’ (não é fácil e não é demorado) ”.

Cerca de 84% das empresas entrevistadas não são sindicalizadas, enquanto apenas 9,7% informaram que o estão. A província de Tete teve mais respostas positivas, contabilizando 20% de empresas sindicalizadas, seguidas de Manica (12%), Maputo Província (12%), Maputo Cidade (8%) e Cabo Delgado (6%). Na província de Nampula, por outro lado, nenhuma das empresas entrevistadas tem comité sindical. Maputo Província foi a única em que não houve respostas para a pergunta, contabilizando 38% dos entrevistados. Quase metade (49%) das empresas entrevistadas são privadas e 33% são negócios de família, sendo as outras empresas distribuídas entre organizações sem fins lucrativos, filiais de empresas estrangeiras, cooperativas, consórcios, governo/empresas do setor público e outras.

¹ Em Moçambique, as micro, pequenas, médias e grandes empresas estão definidas no decreto nº 44/2011, de 11 de setembro, que caracteriza as empresas por número de trabalhadores e volume de negócios. As microempresas possuem de 1 a 4 trabalhadores e um volume de negócios de até 1.200.000 meticais. Já a pequena empresa emprega entre 5 e 49 trabalhadores e envolve um volume de negócios que varia de 1.200.000 e 14.700.000 meticais. A média empresa possui na faixa de 50 a 99 trabalhadores e volume de negócios nos valores entre 14.700.000 e 29.900.000 meticais. Por fim, a grande empresa é caracterizada por empregar mais que 99 trabalhadores e ter um volume de negócios acima de 29.900.000 meticais.

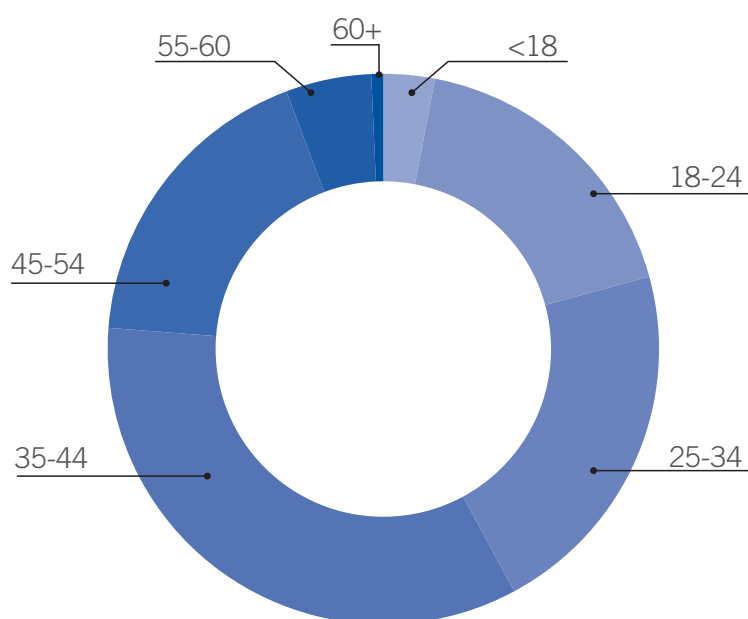
Tabela 1 - Distribuição da amostra dos respondentes

Províncias	Distribuição da Amostra dos Respondentes												
	Sexo		Categoria		Grupos-Alvo			Área		Dimensão			
	Masculino	Feminino	Formal	Informal	Proprietários	Gestores	Trabalhadores	Urbano	Rural	Micro Empresa	Pequena Empresa	Média Empresa	Grande Empresa
Província de Cabo Delgado	45	5	27	23	30	9	11	30	20	20	27	1	2
Província de Nam-pula	37	13	32	18	24	11	15	30	20	19	23	4	4
Província de Tete	39	11	35	15	17	15	18	30	20	27	20	3	0
Província de Ma-nica	33	17	16	34	16	16	18	30	20	18	28	2	1
Maputo de Pro-víncia	34	15	27	23	25	12	13	30	20	24	26	0	0
Maputo Cidade	31	19	38	12	16	19	15	30	20	6	30	1	2
Total	202	98	164	136	128	92	80	160	140	114	154	11	9

Fonte: Pesquisa EESE Moçambique

De acordo com a tabela acima, a maioria, cerca de 2/3, foram homens, enquanto 1/3 dos entrevistados foram mulheres. Em relação à idade, a maioria dos entrevistados (34,1%) possuía entre 35 e 44 anos de idade. O segundo maior grupo foi de pessoas entre 25 e 34 anos (21,4%), seguido dos entrevistados que tinham entre 45 e 54 anos (18,1%) e daqueles entre os 18 e os 24 anos de idade (17,8%). Os menores de 18 anos somaram 3% dos entrevistados, enquanto os que estava entre os 55 e os 60 anos de idade foram 5% e aqueles com mais de 60 anos foram 0,7% do total de entrevistados.

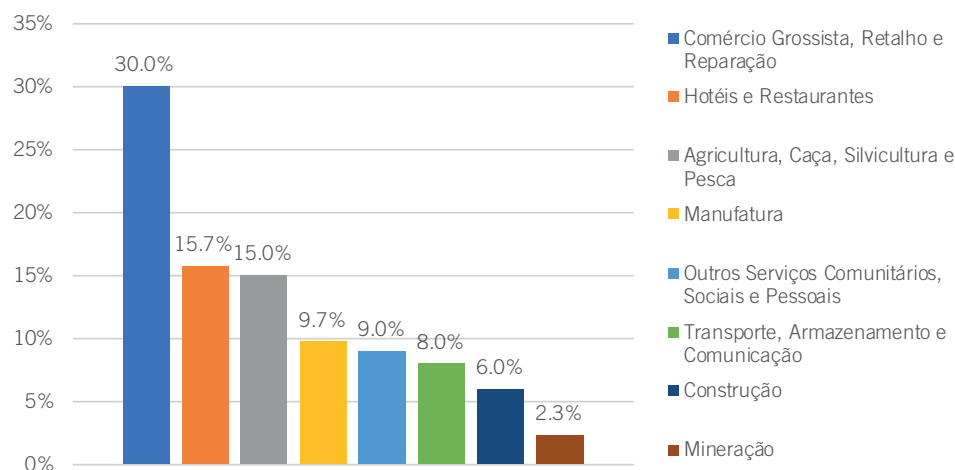
Gráfico 1 - Distribuição da idade dos entrevistados



Fonte: Pesquisa EESE Moçambique

As empresas abordadas atuam essencialmente nos setores da agricultura, caça silvicultura e pesca; mineração; manufatura; abastecimento de energia elétrica, gás e água; construção; comércio grossista e a retalho reparação; hotéis e restaurantes; transportes, armazenamento e comunicação; finanças e seguros; mercado imobiliário, aluguel e atividades de negócios; administração pública e defesa; educação; saúde e serviços sociais; e outros serviços comunitários, sociais e pessoais.

Gráfico 2 - Distribuição setorial das empresas entrevistadas



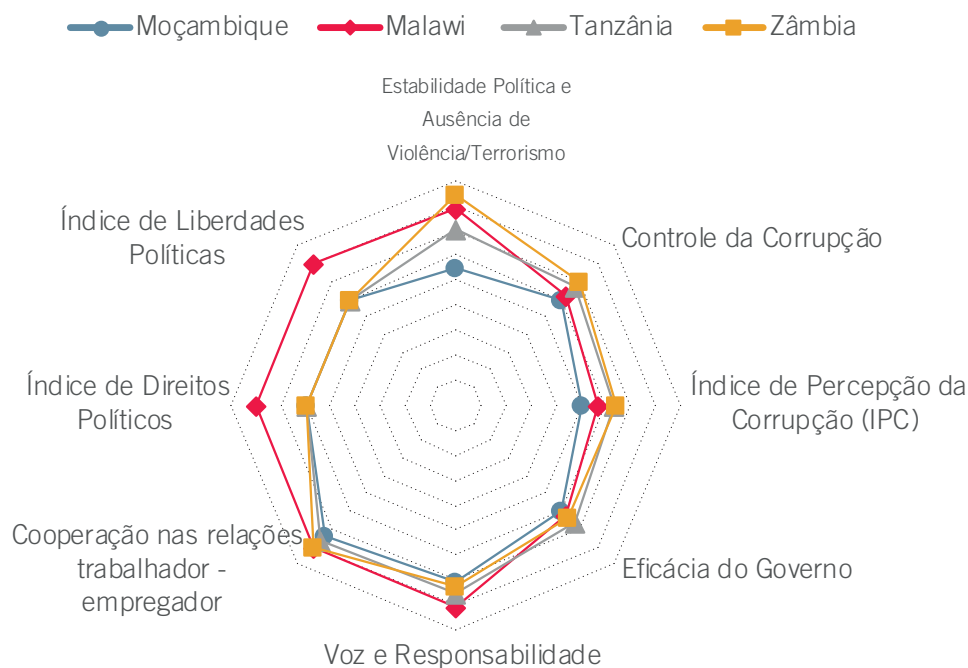
Fonte: Pesquisa EESE Moçambique

A avaliação descrita no presente relatório apresenta algumas lacunas que devem ser levadas em conta. No caso de alguns indicadores, não há dados secundários disponíveis, os dados estão disponíveis apenas para alguns anos ou não têm sido atualizados. Por exemplo, não há dados recentes disponíveis do indicador de densidade de novos negócios, que indica o número de empresas recém-registradas e de responsabilidade limitada por 1000 pessoas em idade ativa (15 a 64 anos) em determinado ano.

Os dados primários também apresentam algumas limitações. Como em qualquer pesquisa de percepção, é necessário cautela ao tirar conclusões gerais, uma vez que algumas questões podem ter sido interpretadas de maneiras diferentes e conceitos centrais utilizados nas perguntas podem ter recebido significados alternativos pelos entrevistados. Houve dificuldades em encontrar empresas formais em áreas rurais ou mesmo de realizar contato com empresas. Em muitos casos, a empresa possuía uma só pessoa que trabalhava como proprietário, gerente e funcionário, sendo configurado na pesquisa como proprietário, o que contribuiu muito para que diversas questões ficassem sem resposta. Além disso, é preciso destacar que mais da metade das empresas entrevistadas são formais, ao passo que, na realidade, apenas 5% das micro, pequenas e médias empresas em Moçambique são formalizadas. Ainda, há outra limitação no quesito dos setores representados: a economia moçambicana é composta, em maior proporção, pela agricultura, pecuária, pesca e atividades vinculadas; seguida dos transportes, armazenamento e atividades similares; comércio e serviços de manutenção; a indústria transformadora; e outras. Porém, a amostra da pesquisa alcançou um maior número de empresas, em termos de proporção, do comércio e serviços de reparação; hotéis e restaurantes; agricultura, pecuária e outros; manufatura; e outros. Por outro lado, em termos de género e idade dos entrevistados, assim como o tamanho das empresas, a pesquisa tende a representar a proporção real no país.

Observação: os valores para os indicadores individuais foram harmonizados para melhor apresentação e formatados de forma que quanto mais longe do centro for um ponto de dado, melhor será o desempenho do país nesse aspecto. Os valores originais dos indicadores estão incluídos nos capítulos.

2. ELEMENTOS POLÍTICOS



- Moçambique tornou-se independente de Portugal em 1975 e tem uma população estimada em 28 milhões de habitantes.
- Desde a independência, disputas políticas têm causado alternados períodos de paz e conflito, com atual conjuntura de ressurgimento do conflito armado em partes da região central e sul do país em 2013, e em partes da região norte a partir de 2017.
- Há comprometimento com o combate à corrupção, que ainda afeta o ambiente de negócios.
- Há muitos desafios na garantia dos direitos humanos no país. Entre os principais obstáculos estão aqueles relacionados à falta de transparência, disputas de terra, discriminação de pessoas com albinismo, violência doméstica, trabalho infantil, impunida-

de e abusos de direitos humanos vinculados aos conflitos armados, desastres naturais e efetivo respeito à liberdade de expressão.

- O diálogo social é promovido pela Comissão Consultiva do Trabalho (CCT), composta por representantes do governo, organizações de trabalhadores e de empregadores. O governo reconhece a importância do diálogo social e há crescente institucionalização dele.

2.1 PAZ E ESTABILIDADE POLÍTICA

Paz e estabilidade política são condições indispensáveis para a implementação e o desenvolvimento de empresas sustentáveis. Oficialmente chamado de República de Moçambique, o país tornou-se independente de Portugal em 25 de junho de 1975, após cerca de cinco séculos de domínio colonial. O primeiro presidente de Moçambique foi Samora Moisés Machel, que liderou o Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) na sua luta por independência. Com o falecimento de Machel em um acidente aéreo em 1986, o então Ministro dos Negócios Estrangeiro Joaquim Chissano o sucedeu na presidência ².

Logo depois da independência, em 1977 Moçambique viviu um conflito armado com um movimento encabeçado pela Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO). Esse conflito foi impulsionado pelos interesses globais da União Soviética e dos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria³, mergulhando o país em uma guerra que teve alto custo para as vidas dos moçambicanos e para a infraestrutura. O conflito armado só teve fim em 1992, com a assinatura dos Acordos Gerais de Paz negociados pela Organização das Nações Unidas (ONU) entre o Governo da FRELIMO e a RENAMO⁴. Em 1994, foram realizadas as primeiras eleições multipartidárias do país, vencidas pela FRELIMO, tornando Joaquim Chissano o primeiro presidente eleito pelo povo. Seu sucessor, Armando Guebuza, eleito em 2004, cumpriu dois mandatos no governo, até que o atual presidente, Filipe Nyusi, fosse eleito em 2014⁵.

Os Acordos de Paz trouxeram a estabilidade que permitiu um considerável progresso socioeconômico no país. No entanto, a partir de 2013, renovaram-se as antigas disputas políticas, que tiveram como consequência o ressurgimento do conflito armado em partes da região central e sul de Moçambique⁶. Em 2017, também surgiram ataques armados em partes da região norte do país. Além disso, a fragilidade, a instabilidade e a vulnerabilidade aumentaram depois dos ciclones Idai e Kenneth em Março e Abril de 2019.

Moçambique possui uma área territorial total de 799,380 km², dividida em 11 províncias, e está localizado no sudoeste do continente africano. O país possui fronteira com a Tanzânia, Malawi, Zâmbia, Zimbábue, eSwatini e ao África do Sul. Seu território é limitado ao leste pelo Oceano Índico, caracterizando uma faixa costeira com 2.470 km de extensão⁷. A capital é Maputo e a população total do país é estimada em mais de 29 milhões de habitantes⁸.

A constituição adotada em 1990 separou o poder executivo, legislativo e judiciário, consagrando os princípios do pluralismo político e da eleição por voto secreto. O Presidente é o Chefe de Estado e o Chefe de Governo, é eleito a cada 5 anos por um máximo de dois mandatos, e nomeia o Primeiro-ministro e o Conselho de Ministros. A Assembleia da República, o órgão legislativo, também é eleito por meio de sufrágio direto e universal a cada cinco anos. A nova constituição, adotada em 2004, destaca que sua interpretação seja sempre consistente com a Declaração Universal dos Direitos Humanos⁹. Além disso, o Conselho Constitucional se tornou uma instituição autônoma, de forma a garantir a estrita observância da constituição¹⁰ – incluindo o período eleitoral - e o Conselho de Estado foi criado com o objetivo de aconselhar o Presidente da República em questões específicas, sendo composto pelo Primeiro-ministro e por representantes da oposição e da sociedade civil¹¹.

Quando perguntados se há vontade política e apoio para a formação e crescimento de empresas sustentáveis em Moçambique, 36,7% dos entrevistados concordou, 37,4% discordou, 18,9% não concordou nem discordou e 7,1% não soube responder. Em relação às áreas geográficas, os que concordaram que existem vontade política foram 35,7% da zona urbana e 38,1% da zona rural. Dos que discordaram, 27,5% são da zona urbana e 27,3% da zona rural. Por províncias, 58% dos entrevistados em Mani-

2 PNUD Moçambique. About Mozambique.

3 Minority Rights Group International, 2018. Mozambique

4 Governo de Moçambique. A luta pela independência.

5 CIA.

6 PMA. Moçambique.

7 INE, 2014.

8 PMA, 2018.

9 The Commonwealth.

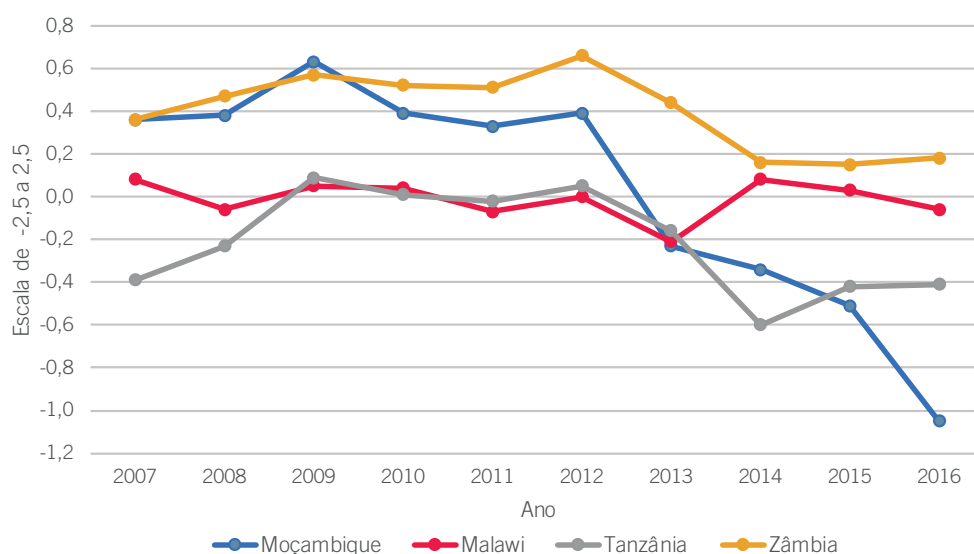
10 Conselho Constitucional.

11 The Commonwealth.

ca e 56% daqueles em Nampula concordou, enquanto 56% em Maputo Cidade, 51% em Cabo Delgado, 48% em Tete e 39,6% em Maputo Província discordou. Há uma visão equilibrada entre os proprietários, gestores e trabalhadores, em que uma média de 38,1%, 30,9% e 40%, respectivamente, concorda que há vontade política e apoio para empresas sustentáveis no país, enquanto 39,7%, 33,3% e 37,7%, respectivamente, discorda. Por género, também há equiparação, em que 36,4% dos homens e 37,3% das mulheres concorda e 37,9% dos homens e 41,4% das mulheres discorda.

O índice de “Estabilidade Política e Ausência de Violência/Terrorismo” avalia a estabilidade política dos países em uma escala de -2,5 a 2,5, onde valores mais altos correspondem a níveis mais altos de estabilidade política. Dentre os quatro países usados nesse relatório para fins comparativos, Moçambique tem mostrado maior queda no nível de estabilidade política e ausência de violência/terrorismo durante o período, apresentando nível melhor do que os outros países apenas em 2009. Entre 2010 e 2016, a Zâmbia exibiu maior estabilidade, alcançando o valor máximo de 0,66 em 2012, ao passo que, no mesmo ano, Moçambique apresentou um indicador de 0,39; a Tanzânia, 0,05; e o Malawi, 0,00.

Gráfico 3: Estabilidade Política e Ausência de Violência/Terrorismo



Fonte: Base de Dados do Banco Mundial – Indicadores de Governança Global

Tabela 2- Indicador principal para Estabilidade Política e Ausência de Violência/Terrorismo, países selecionados, 2009 - 2016

Estabilidade Política e Ausência de Violência/Terrorismo

Mede as percepções de probabilidade de instabilidade política e/ou violência politicamente motivada, incluindo o terrorismo.

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Moçambique	0,63	0,39	0,33	0,39	-0,23	-0,34	-0,51	-1,05
Malawi	0,05	0,04	-0,07	0	-0,21	0,08	0,03	-0,06
Tanzânia	0,09	0,01	-0,02	0,05	-0,16	-0,6	-0,42	-0,41
Zâmbia	0,57	0,52	0,51	0,66	0,44	0,16	0,15	0,18

Estimativa de governação medida em uma escala de aproximadamente -2,5 a 2,5. Valores mais altos correspondem a melhor governação.

Fonte: Base de Dados do Banco Mundial – Indicadores de Governança Global

2.2 BOA GOVERNAÇÃO

Boa governação, ausência de corrupção e instituições eficientes fomentam o empreendedorismo e promovem o crescimento e o desenvolvimento do setor privado. Em geral, Moçambique não possui bom desempenho quando se trata de indicadores de boa governação. Apesar da estrutura legal e do quadro institucional moçambicano refletirem boas práticas internacionais na área, a corrupção e o abuso de poder são grandes problemas no país¹².

Moçambique tem assinado e ratificado importantes convenções internacionais anti-corrupção, como a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, a Convenção da União Africana sobre Prevenção e Combate à Corrupção e o Protocolo Contra a Corrupção, da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). Contudo, o grande desafio é o cumprimento da lei diante da baixa capacidade para aplicá-la e dos poucos incentivos para a realização de transações comerciais honestas¹³.

Com custo médio anual de US\$ 4,9 bilhões a corrupção tem alto impacto no desenvolvimento da nação. No setor privado, a corrupção confere custos extras, estimula a falta de competitividade e esmorece o funcionamento das empresas locais, especialmente as pequenas e médias¹⁴.

Em meio dos esforços institucionais para combater crimes de corrupção, o Estado moçambicano criou o Gabinete Central de Combate à Corrupção (GCCC), um órgão especializado do Ministério Público que tem como atribuição atuar na prevenção e no combate aos crimes de corrupção, participação econômica ilícita, tráfico de influências, enriquecimento ilícito, entre outros¹⁵. Em março de 2018, o GCCC apresentou o novo Plano Estratégico de Combate à Corrupção 2018 – 2022, que prevê avanços na responsabilização e na maior penalidade aos que cometerem os crimes previstos, além de melhorias na legislação existente considerando a referida punição. Outra evolução prevista no Plano é o estabelecimento de unidades especializadas no julgamento de crimes de corrupção¹⁶.

Na prática, a corrupção está integrada em vários segmentos, afetando o ambiente de negócios. Os altos níveis de corrupção, junto com a falta de melhorias no cenário de comércio e investimentos, foram apontados como um dos motivos para a queda na classificação de Moçambique da posição 127 do *Bertelsmann Stiftung's Transformation Index* (BTI)¹⁷ em 2016 para 133 em 2018¹⁸.

Quando questionados na pesquisa EESE Moçambique sobre até que ponto o suborno e a corrupção afetam negativamente a economia e a sociedade moçambicana, 48% dos entrevistados responderam que afetava muito fortemente e 31% responderam que afetava fortemente. 11,7% informou que afetava até um grau limitado. Enquanto isso, apenas 2,7% respondeu que dificilmente afetava e 2% respondeu que não afetava de forma alguma.

A pesquisa EESE Moçambique também perguntou aos entrevistados em que medida o governo está comprometido com o combate à corrupção. Para 46,3% dos entrevistados, tem havido comprometimento parcial. 24,7% deles respondeu que o comprometimento é raro, 11,3% respondeu que o governo é muito comprometido e 10,7% replicou que não existe qualquer comprometimento do governo no combate à corrupção. Para 57,1% dos proprietários, o governo está parcialmente comprometido com o combate à corrupção, enquanto essa é a resposta para 50% dos gestores e, para os outros 50% deles, o governo não está de todo comprometido. Para 33,3% dos trabalhadores há comprometimento parcial e, para 66,7%, o comprometimento é raro.

12 Transparency International, 2016.

13 Transparency International, 18 de fevereiro de 2016.

14 CIP, 2016.

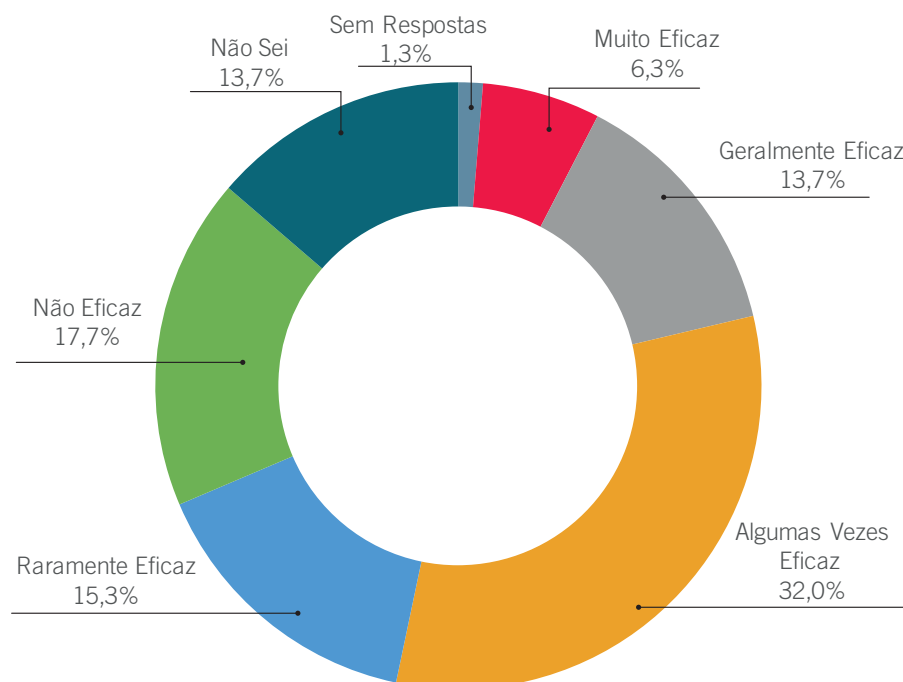
15 Procuradoria-Geral da República.

16 DW, 2018.

17 O Bertelsmann Stiftung's Transformation Index (BTI) é um índice que avalia a conversão para a democracia e economia de mercado, bem como a qualidade da gestão política, em 129 países.

18 Bertelsmann Stiftung, 2018.

Gráfico 4 - As políticas governamentais e a legislação são fatores eficazes de desempenho do mercado?



Fonte: Pesquisa EESE Moçambique

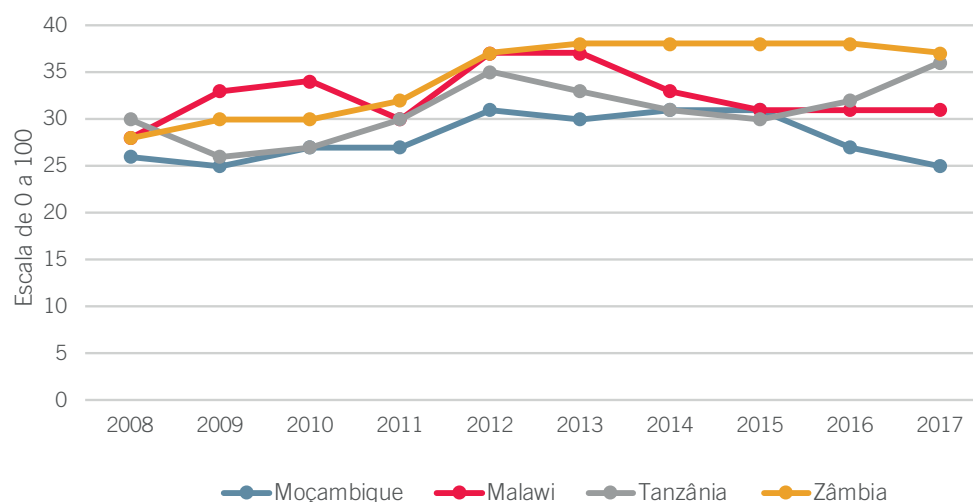
Quando questionados sobre a eficácia e a responsabilização do governo em relação às suas políticas e legislação como fatores eficazes para o desempenho do mercado, 32% dos entrevistados respondeu que elas são algumas vezes eficazes; 17,7% respondeu que não são eficazes; 15,3% apontou que são raramente eficazes; 13,7% indicaram que são geralmente eficazes e 6,3% informaram que são muito eficazes. 13,7% respondeu que não sabia e 1,3% não respondeu.

No que se refere à governação corporativa, uma média de 29% dos entrevistados respondeu que a sua empresa é às vezes socialmente responsável (com destaque para Maputo Cidade, que contabilizou 72% dos entrevistados), 22% informou que a sua empresa não é socialmente responsável (com destaque para 58% dos entrevistados em Nampula e 46% em Cabo delgado), 20,3% respondeu que a empresa é muito responsável (em que distingue-se 64% das entrevistadas em Tete) e 13% alegou que a empresa é geralmente responsável (com realce para Maputo Província, com 42%).

Em relação à liberdade dos cidadãos para criar ou aderir a organizações de trabalhadores, em média 27% dos entrevistados respondeu que há elevada liberdade, 20,7% respondeu que há muito elevada liberdade, 20% informou que há moderada liberdade e 14,3% respondeu que há baixa liberdade. Por província, 80% dos entrevistados em Maputo Cidade, 76% em Nampula, 56% em Maputo Província e 36% em Manica respondeu que há elevada ou muito elevada liberdade, enquanto em Cabo Delgado e Tete prevaleceu a resposta de baixa liberdade (26% e 38%, respectivamente).

“Controlo da Corrupção” avalia a medida em que o poder público é exercido para ganhos privados, incluindo formas pequenas e grandes de corrupção, bem como a “apropriação” do Estado pelas elites e pelos interesses privados. Esse indicador é medido em uma escala de aproximadamente -2,5 a 2,5, onde valores mais altos correspondem a melhor governação. Moçambique exibe má pontuação nesse indicador, apresentando, em geral, menores valores quando comparado com Malawi, Tanzânia e Zâmbia. Em 2010, Moçambique possuiu o melhor resultado entre os quatro, com pontuação de -0,45, mas teve piora progressiva até alcançar a pontuação de -0,87 em 2016, ficando em último lugar na comparação com os demais países. Em geral, a Zâmbia obteve melhor desempenho, apresentando pontuação de -0,40 em 2016, enquanto a Tanzânia pontuou -0,51 e o Malawi, -0,75.

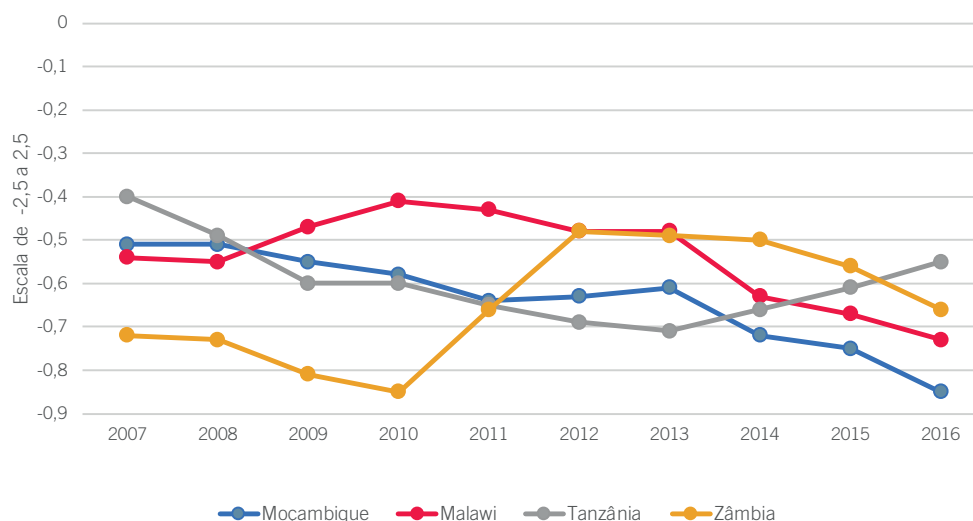
Gráfico 5 - Índice de Percepção da Corrupção



Fonte: Transparência Internacional

Moçambique obteve baixa pontuação no “Índice de Percepção da Corrupção” (IPC), com leve melhora nos valores entre 2012 e 2015, mas com piora em 2016 e 2017. Em uma escala de 0 (“altamente corrupto”) a 100 (“altamente incorrupto”), Moçambique pontuou 31 em 2015, tendo melhorado em relação aos 27 pontos em 2010. Porém, o país teve sua pontuação reduzida para 25 em 2017, enquanto o Malawi exibiu uma pontuação de 31, a Tanzânia, 36, e a Zâmbia, 37, apresentando o melhor desempenho entre os quatro.

Gráfico 6 - Eficácia do Governo



Fonte: Base de Dados do Banco Mundial – Indicadores de Governança Global

A “Eficácia do Governo” mede a qualidade dos serviços públicos, a capacidade do funcionalismo público e sua independência de pressões políticas, a qualidade da formulação e implementação de políticas e a credibilidade do compromisso do governo com tais políticas. Em um intervalo de valores de -2,5 a 2,5, em que valores mais altos indicam melhor desempenho, a efetividade estimada do governo de Moçambique diminuiu gradualmente de -0,55 em 2009 para -0,85 em 2016, obtendo, assim, a pior classificação entre os quatro países em 2016. Ao passo que a Tanzânia e a Zâmbia obtiveram leve melhora no desempenho no período, apresentando -0,55 e -0,66, respectivamente, o Malawi, de forma similar a Moçambique, teve resultados reduzidos no mesmo intervalo de tempo, pontuando -0,73 em 2016.

“Voz e Responsabilidade” avalia a medida em que os cidadãos de um país podem participar da seleção do seu governo, bem como a liberdade de expressão, liberdade de associação e mídia livre em uma escala de -2,5 a 2,5, onde valores mais altos correspondem a melhor governança. Moçambique apresentou desempenho inferior nesse indicador em relação aos outros países em 2016, com pontuação de -0,39. O

Malawi obteve o melhor resultado de todos no mesmo ano, apresentando 0,04 pontos, enquanto Tanzânia e Zâmbia obtiveram -0,18 e -0,30, respectivamente.

Tabela 3- Principais indicadores de boa governação, países selecionados, 2009 - 2017

Controle da Corrupção

A medida em que o poder público é exercido para ganhos privados, incluindo formas pequenas e grandes de corrupção, bem como a “apropriação” do Estado pelas elites e pelos interesses privados.

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Moçambique	-0,44	-0,45	-0,49	-0,57	-0,6	-0,67	-0,75	-0,87
Malawi	-0,40	-0,49	-0,42	-0,47	-0,61	-0,75	-0,76	-0,75
Tanzânia	-0,45	-0,54	-0,59	-0,76	-0,77	-0,75	-0,68	-0,51
Zâmbia	-0,46	-0,51	-0,40	-0,28	-0,31	-0,34	-0,34	-0,40

Estimativa de governação medida em uma escala de aproximadamente -2,5 a 2,5. Valores mais altos correspondem a melhor governação.

Fonte: Base de Dados do Banco Mundial – Indicadores de Governação Global

Índice de Percepção da Corrupção (IPC)

O IPC da Transparência Internacional mede os níveis percebidos de corrupção no setor público, conforme observado por empresários e analistas de países em um determinado país, e é um índice composto, baseado em diferentes pesquisas com especialistas e empresas. O é altamente corrupto, enquanto 100 é altamente incorrupto.

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Moçambique	27	27	31	30	31	31	27	25
Malawi	34	30	37	37	33	31	31	31
Tanzânia	27	30	35	33	31	30	32	36
Zâmbia	30	32	37	38	38	38	38	37

* Em 2012, a Transparência Internacional alterou a escala do IPC de 0 a 10 para 0 a 100. Para fins de comparação, os números utilizados nesse relatório para os anos de 2010 e 2011 estão, assim, alterados, tendo sido multiplicados por 10.

Fonte: Transparência Internacional

Eficácia do Governo

A qualidade dos serviços públicos, a capacidade do funcionalismo público e sua independência de pressões políticas, a qualidade da formulação e implementação de políticas e a credibilidade do compromisso do governo com tais políticas.

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Moçambique	-0,55	-0,58	-0,64	-0,63	-0,61	-0,72	-0,75	-0,85
Malawi	-0,47	-0,41	-0,43	-0,48	-0,48	-0,63	-0,67	-0,73
Tanzânia	-0,6	-0,6	-0,65	-0,69	-0,71	-0,66	-0,61	-0,55
Zâmbia	-0,81	-0,85	-0,66	-0,48	-0,49	-0,5	-0,56	-0,66

Estimativa de governação medida em uma escala de aproximadamente -2,5 a 2,5. Valores mais altos correspondem a melhor governação.

Fonte: Base de Dados do Banco Mundial – Indicadores de Governação Global

Voz e Responsabilidade

A medida em que os cidadãos de um país podem participar da seleção do seu governo, bem como a liberdade de expressão, liberdade de associação e mídia livre.

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Moçambique	-0,11	-0,12	-0,2	-0,2	-0,26	-0,25	-0,27	-0,39
Malawi	-0,15	-0,19	-0,25	-0,21	-0,18	-0,06	-0,01	0,04
Tanzânia	-0,16	-0,13	-0,14	-0,18	-0,2	-0,19	-0,23	-0,18
Zâmbia	-0,3	-0,24	-0,17	-0,13	-0,11	-0,11	-0,07	-0,3

Estimativa de governação medida em uma escala de aproximadamente -2,5 a 2,5. Valores mais altos correspondem a melhor governação.

Fonte: Base de Dados do Banco Mundial – Indicadores de Governação Global

2.3 DIÁLOGO SOCIAL

O diálogo social com a liberdade de associação e o direito à negociação coletiva é fundamental para a obtenção de resultados efetivos, equitativos e mutuamente benéficos para os constituintes da OIT e para a sociedade em geral. Moçambique ratificou os principais instrumentos da OIT relevantes para o diálogo social e a representação dos trabalhadores e empregadores. Estes incluem: a Liberdade Sindical e Proteção ao Direito de Sindicalização, 1948 (nº 87), o Direito de Organização e de Negociação Coletiva, 1949 (nº 98), e a Consultas Tripartidas sobre Normas Internacionais do Trabalho, 1976 (nº 144).

A Comissão Consultiva do Trabalho (CCT), estabelecida em 1994, é a principal instituição para promoção de diálogo social. Ela é tripartida, composta por representantes do governo, organizações de trabalhadores – a Organização dos Trabalhadores de Moçambique-Central Sindical (OTM-CS) e a Confederação Nacional dos Sindicatos Independentes e Livres de Moçambique (CONSILMO) – e de empregadores (Confederação das Associações Económicas – CTA). A CCT é presidida pela Ministra do Trabalho e também conta com a participação dos ministérios de Economia e Finanças, Indústria e Comércio, Agricultura, Recursos Minerais e Energia, Transportes e Comunicações por parte do governo. As representações dos empregadores e dos trabalhadores contam com seis representantes cada¹⁹.

A CTA representa o setor privado e congrega 140 membros em todo o território nacional e em diversos setores de atividade económica²⁰. As duas centrais sindicais, OTM-CS e CONSILMO, possuem, respectivamente, cerca de 245.000 e 106.000 membros²¹.

Além da CCT, um fórum em nível nacional, Moçambique ainda conta com outro instrumento tripartido, os Fórum de Consulta e Concertação Social (FOCCOS), que atuam em âmbito local, buscando contribuir para o desenvolvimento socioeconómico e laboral nas províncias²². Buscando melhorar o ambiente de negócios do país, o governo de Moçambique e a CTA assinaram, em 2015, um memorando de entendimento em que foram identificadas 28 prioridades, em que ambas as partes se responsabilizaram por executar as ações definidas. Essa iniciativa representou uma maior institucionalização no diálogo público – privado em Moçambique²³. Esse foi um passo positivo, mas há ainda bastante espaço para desenvolver o diálogo público-privado em política de comércio e praticar a transparência na elaboração das normas²⁴. Para o ano de 2018, o governo e a CTA assinaram memorando de entendimento sobre a Matriz de Prioridades de Reformas, composta por 17 pontos e sujeita à avaliação periódica do Conselho de Monitoramento do Ambiente de Negócios (CMAN)²⁵. No Plano Quinquenal 2015 – 2019, o governo de Moçambique identifica o impulsionamento e a consolidação do diálogo social como ação dentro do objetivo estratégico de promoção do emprego, da legalidade laboral e da segurança social²⁶.

Na pesquisa EESE Moçambique, quando questionados sobre até que ponto o governo promove ativamente o diálogo social e o utiliza no processo de tomada de decisões, 42,7% dos entrevistados respondeu que a ação do governo ocorre até uma forma limitada; 15% respondeu que a ação do governo é ativa; 14% informou que a ação do governo é adequada e 6% alegou que a ação do governo é muito ativa. 22,3% não soube responder e 0,7% não respondeu.

19 Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social.

20 CTA. Sobre a CTA.

21 Danish Trade Council for International Development and Cooperation, 2017

22 ISCOS, 2017.

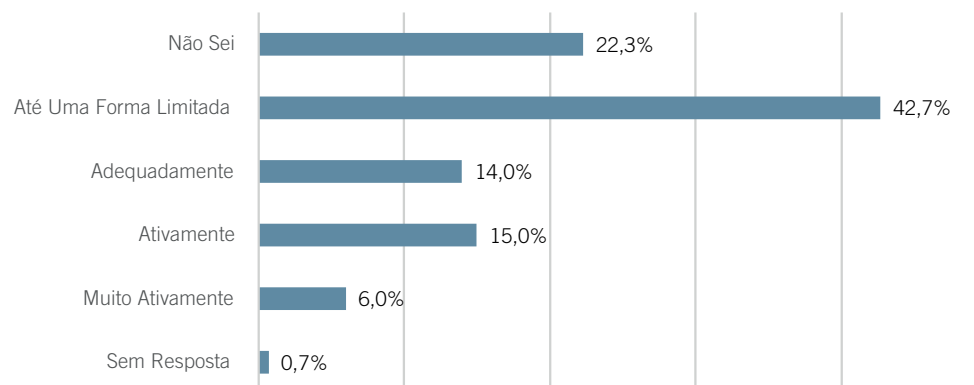
23 Jornal Notícias, 2015.

24 OMC, 2017.

25 CTA, 2018.

26 Governo de Moçambique, Plano Quinquenal 2015 – 2019.

Gráfico 7 - Até que ponto acha que o governo promove ativamente o diálogo social tripartido e utiliza o processo na tomada de decisões políticas?



Fonte: Pesquisa EESE Moçambique

Quando perguntados sobre qual é a eficácia das instituições e regulamentos laborais ou jurídico-legal no tratamento de conflitos e resolução de disputas entre empregadores e trabalhadores, entrevistados da pesquisa EESE Moçambique responderam da seguinte maneira: para 39,3% são algumas vezes eficazes; para 26,3%, raramente eficazes; para 18%, eficazes; para 11%, não eficazes e para 4,3%, muito eficazes. 1% dos entrevistados não responderam à pergunta.

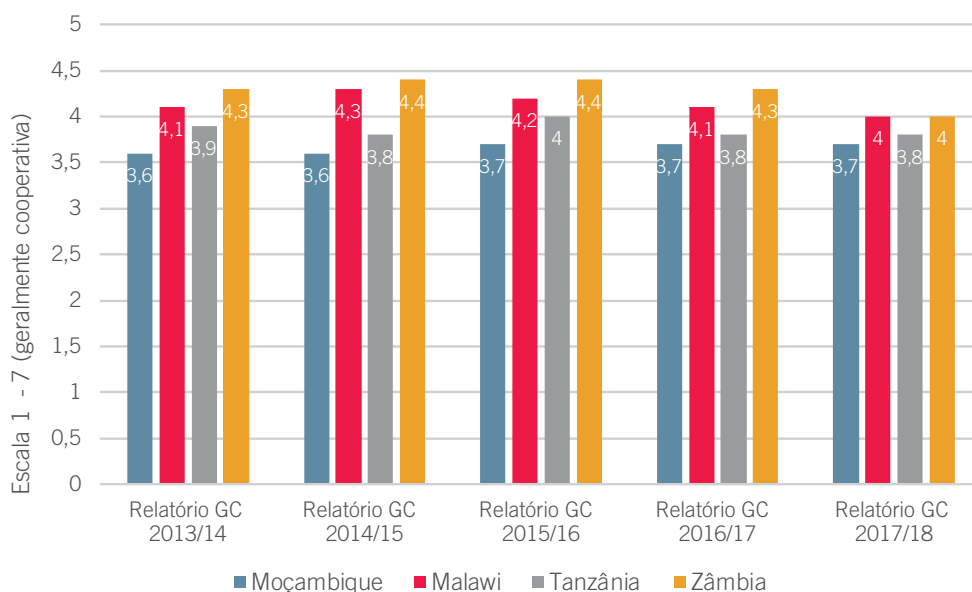
Quando questionados até que ponto os trabalhadores possuem o direito à negociação coletiva, na prática, uma média de 32% dos entrevistados respondeu que não há qualquer problema (com destaque para a província de Nampula, com 62%, e Manica, com 44%), 21,3% afirmou que às vezes é difícil (nota-se que 48% das resposta em Maputo Cidade), 16,7% respondeu que é geralmente fácil, 15,7% disse que é difícil (com destaque para Cabo Delgado, com 38%) e, para 4,3%, é impossível (ressalta-se que 18% daqueles em Cabo Delgado forneceram essa resposta).

Em relação à atuação dos sindicatos dos trabalhadores, quando perguntados se eles representam adequadamente as preocupações dos funcionários/trabalhadores nos debates nacionais sobre questões relativas aos negócios e à economia, 45% dos entrevistados responderam “até certo ponto”, 21% afirmou que não concorda, 14% concorda e 5% concorda plenamente. 14% dos entrevistados não soube responder e 1% não respondeu à pergunta.

No que se refere à atuação das organizações de empregadores na representação dos interesses das pequenas empresas nos níveis local, provincial e nacional, uma média de 38,5% das empresas formais e informais concordam plenamente que há representação adequada (46% das empresas informais e 31% das empresas formais), 19% afirmou que dificilmente há representação adequada (11,7% das empresas informais e 26,3% das empresas formais), 10,2% respondeu que de forma alguma há representação adequada, 5,35% alegou que concorda e 5,35% respondeu “até certo ponto”.

“Cooperação nas relações trabalhador – empregador” determina se as relações trabalhador - empregador são conflituosas ou cooperativas em uma escala de 1 a 7, em que valores mais altos apontam níveis mais altos de cooperação. Os dados obtidos indicam uma leve melhora nos níveis de cooperação em Moçambique, que passou de 3.6 em 2013/2014 a 3.7 em 2017/2018. Malawi e Zâmbia passaram de 4.1 e 4.3, respectivamente, em 2013/2014 a 4 em 2017/2018, com leve melhora em 2014/2015, quando apresentaram pontuação 4.3 e 4.4. Os valores da Tanzânia, por outro lado, recuaram de 3.9 para 3.8 no mesmo período de tempo.

Gráfico 8- Cooperação nas relações trabalhador - empregador



Fonte: Fórum Económico Mundial, Global Competitiveness Report

Tabela 4 - Indicador principal para cooperação nas relações trabalhador - empregador, países selecionados, 2012 - 2018

Relações trabalhador - empregador

A Pesquisa do Fórum Económico Mundial (WEF) perguntou aos líderes empresariais que fornecessem suas opiniões de especialistas sobre o seguinte:

“As relações empregador-empregador em seu país são:

1 - Geralmente conflituosa

7 - Geralmente cooperativa”

	Relatório GC 2013/2014	Relatório GC 2014/2015	Relatório GC 2015/2016	Relatório GC 2016/2017	Relatório GC 2017/2018
Moçambique	3,6	3,6	3,7	3,7	3,7
Malawi	4,1	4,3	4,2	4,1	4
Tanzânia	3,9	3,8	4	3,8	3,8
Zâmbia	4,3	4,4	4,4	4,3	4

Fonte: Fórum Económico Mundial, Global Competitiveness Report

2.4 RESPEITO DOS DIREITOS HUMANOS UNIVERSAIS E DAS NORMAS INTERNACIONAIS DO TRABALHO

O respeito dos direitos humanos universais e das Normas Internacionais do Trabalho (NIT) é uma característica distintiva das sociedades que integraram com sucesso a sustentabilidade e o trabalho decente nas suas economias. Moçambique conta com uma Comissão Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), instituição do estado, composta por 11 membros, escolhidos pelo primeiro-ministro, pelo parlamento, pela ordem dos advogados e pela sociedade civil e, tendo em vista a sociedade civil, o principal grupo é a Liga dos Direitos Humanos (LDH).

Moçambique adotou sete das nove principais convenções internacionais de direitos humanos; ainda precisa ratificar a Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados e não assinou o Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais. Malawi e Zâmbia também ratificaram sete convenções, ao passo que Tanzânia ratificou apenas seis²⁷. Moçambique, Malawi, Tanzânia e Zâmbia ratificaram todas as oito Convenções fundamentais da OIT sobre a liberdade de associação e negociação coletiva e a abolição do trabalho infantil, do trabalho forçado e de todas as formas de discriminação²⁸. Além disso, todos também ratificaram a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW).

O respeito à Liberdade de Associação (Convenções n.º 87 e n.º 98) deve fortalecer o respeito aos direitos humanos, contribuindo assim para os objetivos da Comissão de Direitos Humanos e Boa governação. A liberdade de associação contribuirá para melhorar as relações trabalhistas, a paz industrial e social, o crescimento da produtividade e um ambiente mais estável para o investimento doméstico e estrangeiro necessários para o crescimento económico acelerado e a redução da pobreza.

A abolição das piores formas de trabalho infantil decorrentes da aplicação das Convenções N.º 138 e N.º 182 libertará as crianças do trabalho estafante e do dano do trabalho perigoso, que os priva da educação e os prejudica mental e fisicamente. Os benefícios de uma força de trabalho mais instruída para acelerar o crescimento económico são incontestáveis.

A abolição do trabalho forçado e compulsório, exigida pelas Convenções N.º. 29 e N.º. 105, deve contribuir para a boa governação e o respeito aos direitos humanos. Se os trabalhadores são livres para escolher onde trabalham, em vez de serem forçados a algumas ocupações, eles possuem maior probabilidade de serem mais produtivos e ganharem salários mais altos, o que contribuirá mais efetivamente para o crescimento de empresas sustentáveis.

Moçambique enfrenta diversos desafios na tarefa de garantir os direitos humanos para todos os seus cidadãos. Alguns dos obstáculos mais significativos são relacionados às disputas de terra, à discriminação de pessoas com albinismo, à violência doméstica, à liberdade de expressão e associação, aos impactos da crise económica, à impunidade e falta de justiça e à corrupção. A aquisição de terras utilizadas pela população rural como meio de subsistência por empresas mineradoras tem agravado o problema da insegurança alimentar no país²⁹. Entre os vários grupos sociais que estão sujeitos à discriminação, pessoas com albinismo continuam sendo caçadas para a utilização de partes dos seus corpos em práticas de bruxaria, sendo muitas das vítimas crianças. Em 2017, uma especialista independente das Nações Unidas solicitou atenção urgente e imediata ao assunto no país³⁰. A violência doméstica afeta especialmente as mulheres, e o governo falha frequentemente em investigar e processar os casos, que repetidamente são abandonados, seja por pressões familiares e/ou obstrução da polícia³¹. A liberdade de expressão e associação é garantida por lei, mas a sua proteção e respeito por parte do governo não tem sido efetiva, com alegações de intimidações e ataques contra aqueles que expressarem pontos de vista divergentes ou críticas³². A crise económica enfrentada pelo país tem impactado profundamente as suas finanças, afetando a disponibilidade de medicamentos essenciais, por exemplo

27 ACNUDH.

28 OIT. Ratifications by Country.

29 Anistia Internacional, Relatório 2017/2018.

30 HRW, 2017

31 HRW, 2017.

32 Departamento de Estado dos Estados Unidos, 2017. r

e, assim, dificultando o usufruto da população aos seus direitos sociais e económicos básicos³³.

Abusos de direitos humanos, como sequestros, mortes e desaparecimentos, ocorridos em confrontos com a RENAMO em 2015 e 2016 não veem avanço nas investigações e a falta de informações para o público é frequente³⁴.

A lei prevê penalidades criminais para casos de corrupção por oficiais do governo, mas a sua implementação é fraca, levando muitas vezes à impunidade³⁵. A ONG internacional *Human Rights Watch* apontou atrocidades cometidas tanto pelas forças do governo como pela oposição durante os conflitos militares entre 2015 e 2016 e pede investigações e responsabilização criminal³⁶.

Em relação aos direitos LGBT, a homossexualidade, amplamente tolerada no país, foi descriminalizada há mais de dois anos. Apesar desse avanço, o governo ainda não registrou a maior associação de defesa dos homossexuais, bissexuais e transexuais do país, a Lambda, que há anos luta pela sua legalização e reconhecimento do estado moçambicano³⁷.

No ambiente de negócios também são declaradas violações dos direitos humanos, especialmente em relação aos impactos dos grandes investimentos nas comunidades locais. Organizações da sociedade civil pedem mais proteção às comunidades locais, argumentando questões como os sinais de corrupção, a falta de informações e participação das comunidades nas tomadas de decisão, falta de acesso à justiça para proteção dos direitos das comunidades, falta de informação em relação à responsabilidade social das empresas e falta de evidências sobre os benefícios delas para as comunidades³⁸.

Em geral, o cumprimento das normas internacionais de trabalho é bem maior na economia formal do que na informal. Ainda assim, há casos de diferenças de salário entre trabalhadores estrangeiros e locais na realização do mesmo trabalho e de descriminalização de trabalhadores sindicalizados, por exemplo³⁹.

Apesar de Moçambique ter ratificado duas convenções da OIT sobre a eliminação do trabalho infantil, o problema permanece relevante no país tanto em áreas rurais quanto urbanas. Frequentemente, crianças trabalham em colheitas sazonais da família e em plantações comerciais e não recebem remuneração compatível. Como a educação é obrigatória até a 7ª classe, adolescentes têm a probabilidade de trabalhar aumentada. Mulheres e meninas, por exemplo, são atraídas para as cidades por promessas de emprego ou educação, mas acabam forçadas à servidão doméstica⁴⁰. Por outro lado, em 1ª de novembro de 2018 foi aprovada pela Plenária da Assembleia da República a revisão de Lei do Sistema Nacional de Educação, que propõe a educação obrigatória da 1ª à 9ª classe⁴¹, dentre outras propostas.

Outros indicadores contribuem para uma melhor compreensão da situação dos direitos humanos em Moçambique. O “Índice de Direitos Políticos” mede o nível de liberdade no processo eleitoral, o pluralismo político e a participação e o funcionamento do governo. O índice varia de 1 a 7, com valores mais altos indicando um menor grau de liberdade. Em 2017, Moçambique, Zâmbia e Tanzânia registraram pontuação 4 no índice, e o Malawi, 3. Moçambique e Malawi se mantiveram estáveis entre 2010 e 2017, enquanto Tanzânia e Zâmbia apresentaram piora no indicador no mesmo período.

O “Índice de Liberdade Civil” mede a liberdade de expressão, reunião, associação e religião em uma escala de 1 a 7, com valores mais baixos correspondendo a um melhor desempenho. Moçambique, Tanzânia e Zâmbia pontuaram 4 em 2017, e o Malawi, 3. Moçambique e Tanzânia apresentaram piora no índice entre 2010 e 2017, ao passo que Zâmbia se manteve estável e o Malawi registrou melhora.

33 HRW, 2017.

34 HRW, 2017.

35 Departamento de Estado dos Estados Unidos, 2017.

36 HRW, 2018;

37 HRW, 2017.

38 OAM, 2018.

39 Danish Trade Council for International Development and Cooperation, 2017.

40 Danish Trade Council for International Development and Cooperation, 2017.

41 MINED, 2018. Assembleia da República aprova nova lei do Sistema Nacional de Educação.

Tabela 5- Principais indicadores sobre os Direitos Humanos e as Normas Internacionais do Trabalho, países selecionados, 2010 - 2018

Ratificação de Convenções sobre Direitos Humanos

Mostra a situação dos direitos humanos referentes à ratificação das seguintes 10 convenções: Convenção Contra a Tortura E Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos Ou Degradantes; Convenção sobre os Direitos da Criança; Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher; Eliminação de Discriminação Racial; Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio; Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos; Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais; A Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados; Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias.

Em agosto 2018	
Moçambique	7
Malawi	8
Tanzânia	6
Zâmbia	8

Número de convenções ratificadas de um total de 10.

Fonte: United Nations Treaty Collection Multilateral Treaties Deposited with the Secretary General (UNTC)

Ratificação das convenções fundamentais da OIT

Mostra o *status* das convenções de direitos trabalhistas. Refere-se à ratificação das seguintes 8 convenções: Liberdade Sindical e Proteção ao Direito de Sindicalização (C.87, C.98), Convenção sobre Trabalho Forçado (C.29, C.105), Eliminação da Discriminação em Matéria de Emprego e Ocupação (C.100, C.111), Abolição do Trabalho Infantil (C.138, C.182).

Em agosto/2018	
Moçambique	8
Malawi	8
Tanzânia	8
Zâmbia	8

Número de convenções ratificadas de 10.

Fonte: OIT

Índice de Direitos Políticos

O Índice de Direitos Políticos mede o grau de liberdade no processo eleitoral, o pluralismo político e a participação e o funcionamento do governo. O índice varia de 1 a 7, com valores mais altos indicando um menor grau de liberdade.

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Moçambique	4	4	4	4	4	4	4	4
Malawi	3	3	3	3	3	3	3	3
Tanzânia	3	3	3	3	3	3	3	4
Zâmbia	3	3	3	3	3	3	4	4

Fonte: Freedom House, relatório *Freedom in the World*

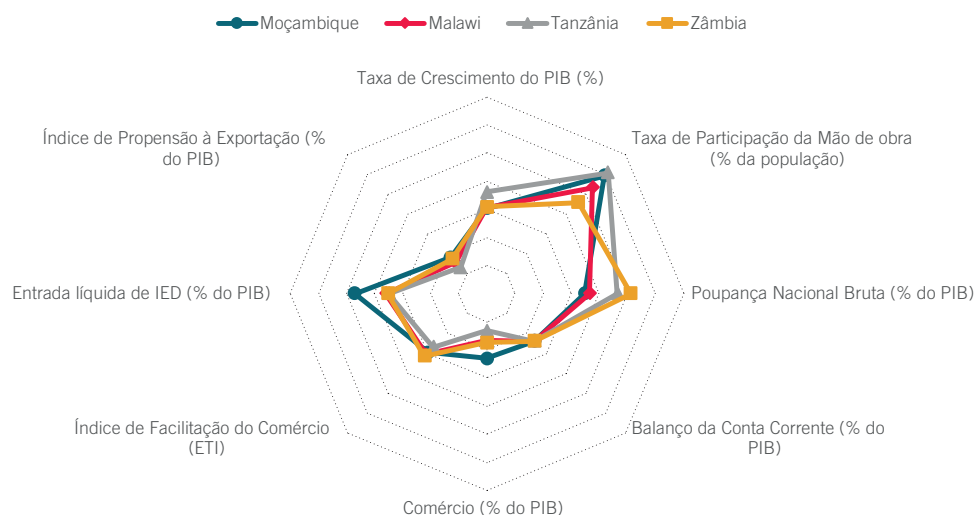
Índice de Liberdades Cívicas

O Índice das Liberdades Cívicas mede a liberdade de expressão, reunião, associação e religião. O índice varia de 1 a 7, com valores mais altos indicando um menor grau de liberdade.

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Moçambique	3	3	3	3	3	4	4	4
Malawi	4	4	4	4	4	3	3	3
Tanzânia	3	3	3	3	3	4	4	4
Zâmbia	4	4	4	4	4	4	4	4

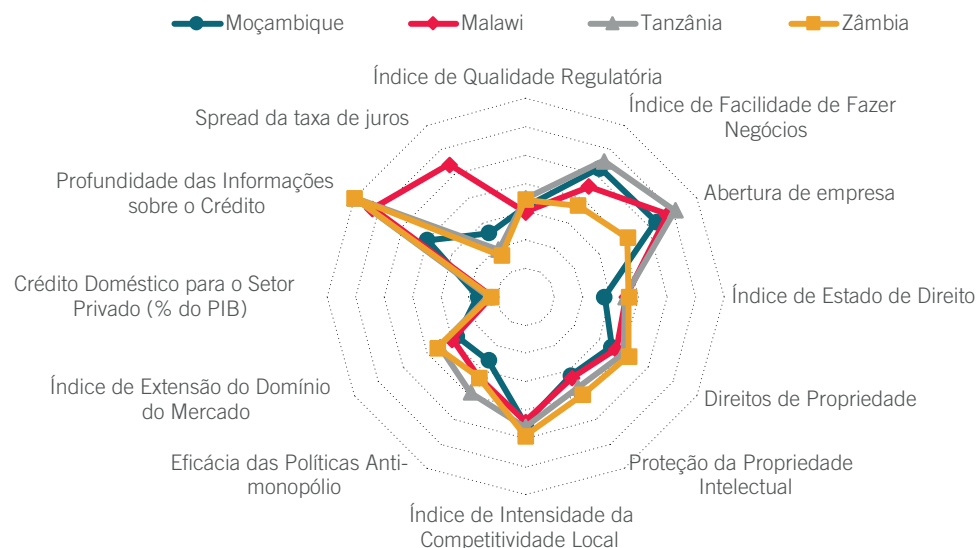
Fonte: Freedom House, relatório *Freedom in the World*

3. ELEMENTOS ECONÓMICOS



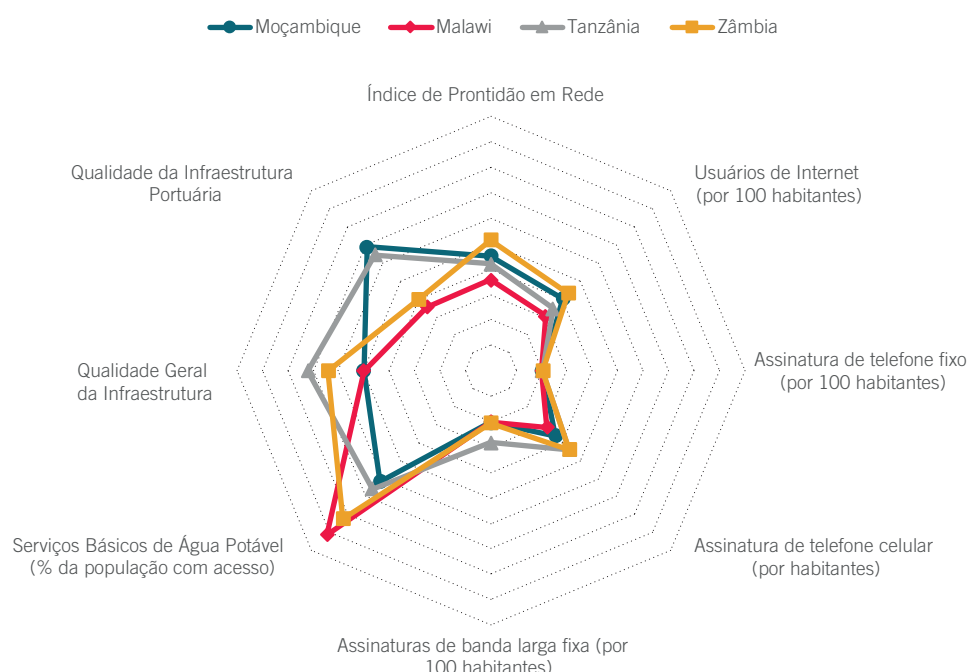
Observação: os valores para os indicadores individuais foram harmonizados, em uma escala de 1 a 7, para melhor apresentação, e formatados de forma que quanto mais longe do centro for um ponto de dado, melhor será o desempenho do país nesse aspecto. Os valores originais dos indicadores estão incluídos nos capítulos.

- Após a independência, fatores como a inserção de uma economia centralizada adicionada da guerra civil tornaram o país um dos mais pobres do mundo.
- Com as reformas econômicas iniciadas em 1987, a ajuda externa e a crescente estabilidade política com a paz de 1992, o país passou por um período de alto crescimento económico, que foi reduzido com a crise iniciada em 2015.
- Os principais produtos exportados são alumínio, carvão, gás e eletricidade.
- O crescimento económico tem sido liderado essencialmente pelos megaprojetos nos setores de energia e recursos naturais, mas estes não tem gerado oportunidades de trabalho suficientes para a população moçambicana.
- O IED é visto pelo governo como forma de alcançar o crescimento económico e gerar emprego. A Agência para Promoção de Investimentos e Exportações (APIEX) é o primeiro ponto de contato para investidores que buscam facilitação e assistência.



Observação: os valores para os indicadores individuais foram harmonizados, em uma escala de 1 a 7, para melhor apresentação, e formatados de forma que quanto mais longe do centro for um ponto de dado, melhor será o desempenho do país nesse aspecto. Os valores originais dos indicadores estão incluídos nos capítulos.

- O quadro legal para investimento em Moçambique é de difícil compreensão, especialmente mas não só para investidores estrangeiros, com alguns setores sujeitos a legislações distintas, dispersas em diferentes textos legais.
- Moçambique possui um sistema complexo e burocrático de direitos de propriedade.
- A maior parte da população moçambicana permanece sem acesso ao crédito, especialmente por causa da necessidade de garantias, falta de educação financeira e falta de documentação como o bilhete de identidade.



Observação: os valores para os indicadores individuais foram harmonizados, em uma escala de 1 a 7, para melhor apresentação, e formatados de forma que quanto mais longe do centro for um ponto de dado, melhor será o desempenho do país nesse aspecto. Os valores originais dos indicadores estão incluídos nos capítulos.

- O setor de telecomunicações é caracterizado pelos altos preços da internet de banda larga em comparação com países da região, desacordos sobre tarifas de interconexão e compartilhamento de instalações, regime de licenciamento pesado e pela baixa qualidade de serviço em alguns subsetores.
- O cenário das tecnologias da informação e comunicação em Moçambique revela baixo acesso à tecnologia ou à transferência tecnológica.
- Os diversos desafios do país em termos de infraestrutura envolve problemas com transporte, energia, água e saneamento básico.

3.1 POLÍTICAS MACROECONÔMICAS SÓLIDAS E ESTÁVEIS E A BOA GESTÃO DA ECONOMIA

As políticas macroeconômicas devem garantir condições econômicas estáveis e previsíveis. A boa gestão econômica deve combinar os objetivos de criar mais e melhores empregos, combater a inflação e implementar políticas e regulamentações que estimulem o investimento produtivo de longo prazo.

Com a independência nacional em 1975 Moçambique introduziu o modelo de economia centralizada, entretanto, o país logo mergulhou em uma guerra civil que destruiu a sua infraestrutura, fragilizou a economia, debilitou suas estruturas institucionais e o deixou com recursos humanos desqualificados⁴². Ao fim desse período, Moçambique era considerado um dos países mais pobres do mundo. Em 1987, uma série de reformas econômicas foram iniciadas pelo governo com o intuito de alcançar a estabilidade econômica. Esse fator, adicionado da ajuda externa e da crescente estabilidade política adquirida com as eleições multipartidárias em 1994, impulsionaram o crescimento do PIB moçambicano de US\$ 4 bilhões em 1993 para US\$ 37 bilhões em 2017⁴³. Moçambique apresentou um crescimento do PIB médio de 8,7% ao ano entre 2001 e 2006⁴⁴ e acima de 6% entre 2008 e 2015⁴⁵.

42 OIT, Decent Work Programme 2011 – 2015.

43 CIA, 2018.

44 OIT, Decent Work Programme 2011 – 2015.

45 The Commonwealth.

Após esse período com média de crescimento do PIB de 7% ao ano entre 2011 e 2015, o PIB de Moçambique apresentou crescimento de 3,7% em 2017. Não obstante o aumento das exportações, as pequenas e médias empresas apresentaram baixo rendimento, especialmente no setor manufatureiro, que se contraiu pela primeira vez desde 1994. Isso se deve pela recessão econômica impulsionada pela dívida que o país tem enfrentado nos últimos anos⁴⁶.

A crise econômica se iniciou em 2015 por um conjunto de fatores: a redução dos preços das *commodities* tradicionalmente exportadas, as consequências da seca trazida pelo El Niño, os confrontos militares internos, uma grande redução do IED e o escândalo da dívida oculta, que agravou o problema⁴⁷. O escândalo, tornado público em abril de 2016, relacionou-se ao fato de que as empresas estatais MAM, Proindicus e Ematum realizaram empréstimos internacionais de forma ilegal e secreta em um valor aproximado de US\$ 2,1 bilhões. De acordo com a investigação realizada por auditoria externa, as três empresas foram criadas pouco antes dos empréstimos acontecerem e eram presididas pelo mesmo diretor⁴⁸. A descoberta da dívida teve como consequência a paragem do apoio ao orçamento do estado por parte de doadores e a paragem do programa do Fundo Monetário Internacional. O caso acarretou perda de confiança dos investidores e indicou deficiências nos quadros institucionais e na gestão do investimento público⁴⁹. Uma auditoria independente externa solicitada pelas autoridades moçambicanas em 2016 trouxe a oportunidade de restaurar a confiança por meio da transparência e da responsabilidade, mas importantes lacunas de informação no relatório desafiaram o objetivo⁵⁰. Recentemente o arresto do antigo Ministro das Finanças e de outros actores ligados ao escândalo da dívida mostra um maior esforço das autoridades para esclarecer o caso e restaurar a confiança dos investidores e dos doadores.

Diante da mencionada crise, Moçambique tem tido limitadas opções de financiamento, alto endividamento que em 2018 chegou ao 102,5% do PIB de acordo com a Agencia Fitch e falta de suporte orçamentário de doadores internacionais. Dessa forma, o déficit fiscal tem sido financiado através da dívida pública, com altos custos. Por outro lado, apesar da alta inflação, redução das reservas de moeda estrangeira e desvalorização da moeda nacional, o Metical, entre 2015 e 2016, a política monetária mais restritiva adotada pelo Banco Central levou à estabilização da moeda e redução da inflação. Além disso, grandes fluxos de exportação de carvão iniciados ao fim de 2016 também contribuíram para a melhoria do quadro⁵¹.

A composição do PIB de Moçambique, por setor de atividade, está distribuída da seguinte forma: o ramo da agricultura, pecuária, pesca e atividades relacionadas, representou a maior porção, com 22,5%; os setores de transportes e atividades vinculadas, armazenamento e informação e comunicações corresponderam a 12,2%; comércio e serviços de manutenção, 11,3%; a indústria transformadora representa 8,6%; aluguer de imóveis e serviços prestados a empresas, 6,7%; o ramo da educação, 7,5%, e; outros setores juntos, 31,3%⁵². O PIB, calculado a preços correntes, foi de US\$ 11,28 bilhões em 2016⁵³, e o PIB per capita, no mesmo ano, contabilizou US\$ 411,28⁵⁴. Em 2017, o PIB a preços correntes alcançou US\$ 12,33 bilhões⁵⁵.

O crescimento económico tem sido liderado primordialmente pelos megaprojetos nos setores de energia e recursos naturais, mas que, no entanto, não tem gerado oportunidades de trabalho suficientes para a população moçambicana: como exemplo de uma industria com investimento intensivo de capital segundo o relatório BTI 2016, enquanto por volta de 370.000 pessoas entravam no mercado de trabalho anualmente, o setor da industria extrativa apenas oferecia cerca de 18 000 vagas⁵⁶. Por outro lado, 30% dos investimentos externos diretos (IEDs) em pequenas e médias empresas (PMEs) geraram um número de postos de trabalho 19 vezes maior do que investimentos em megaprojetos⁵⁷.

46 Banco Mundial, 2017.

47 AfDB, 2018. Mozambique Economic Outlook.

48 FMI, 2018.

49 Banco Mundial, 2017. Mozambique Economic Update.

50 Banco Mundial, 2017. Mozambique Economic Update.

51 AfDB, 2018. African Economic Outlook – Mozambique.

52 INE, 2018.

53 OMC, 2018.

54 INE, 2018. Informação rápida.

55 Banco Mundial, 2018. World Bank national accounts data.

56 Bertelsmann Stiftung, 2016.

57 Bertelsmann Stiftung, 2016.

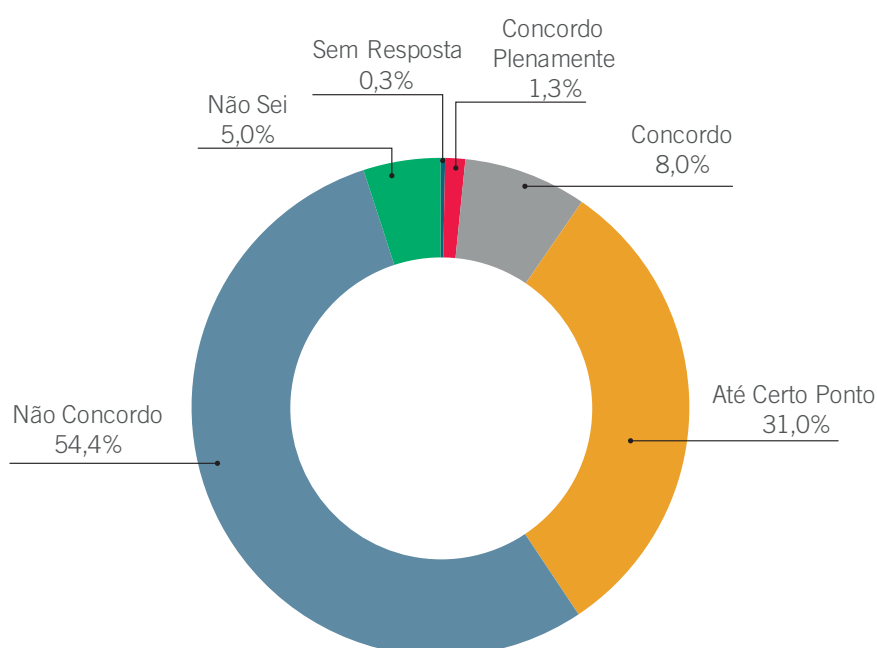
O PIB moçambicano saiu de uma trajetória crescente, alcançando um pico de crescimento de 7,44% em 2014, para uma metade desse valor em 2017, chegando a 3,71%. A Zâmbia e o Malawi alternaram períodos de crescimento e de queda entre 2010 e 2017, chegando às taxas de 4,08% e 4%, respectivamente. A Tanzânia, por outro lado, manteve um crescimento relativamente estável durante o mesmo período, terminando 2017 com uma taxa de crescimento do PIB de 7,1%.

No que se refere à tributação, quando questionados quais os impactos das taxas e impostos das empresas sobre o crescimento dos negócios, 38,7% dos entrevistados afirmou que possuem pouco impacto 30,7% respondeu que a tributação vigente não encoraja o crescimento dos negócios. 11,7% alegou que os impostos incentivam o crescimento dos negócios, 18,7% não soube responder e 0,3% não respondeu à pergunta. Para a maioria das micro (40,2%), pequenas (38,3%), médias (36,4%) e grandes (66,7%) empresas, as taxas e impostos têm pouco impacto no crescimento dos negócios. Das empresas que responderam que os impostos não encorajam, 23,3% é microempresa, 33,8% é pequena, 27,3% é média e apenas 11,1% é grande empresa. Já para 9,8% das micro, 11,7% das pequenas, 27,3% das médias e 22,2% das grandes empresas os impostos incentivam o crescimento. 26,8% e 16,2% das micro e pequenas empresas não soube responder à pergunta, o que se aplicou a apenas 9,1% das médias empresas e nenhuma grande empresa. Participantes do seminário realizado em 29 de novembro 2018 com representantes da CTA das províncias e do nível nacional, afirmaram que é preciso rever os benefícios tributários para os megaprojetos.

Especificamente sobre o impacto das taxas de IVA, a maioria dos entrevistados (39,7%) respondeu que tem pouco impacto no crescimento dos negócios). 29% acha que não encoraja, 12% acredita que incentiva, 19% não soube responder e 0,3% não respondeu à pergunta. Em relação ao imposto de renda na fonte, as respostas são similares, com 34,7% afirmando que tem pouco impacto, 25% alegando que não encoraja, 12,7% respondendo que incentiva. 26,3% não soube responder e 1,3% não respondeu à questão.

Quando questionados se acreditam que Moçambique possui um ambiente macroeconómico sólido e estável e se sua economia é bem gerida, 54,4% dos entrevistados na pesquisa EESE Moçambique, a maioria, respondeu que não concorda (destaque para 84% em Maputo Cidade, 80% em Tete, 70% em Cabo delgado e 54% em Nampula). 31% acredita até certo ponto que o ambiente macroeconómico é sólido e estável e a economia é bem gerida (50% em Maputo Província), enquanto 8% concorda e apenas 1,3% concorda plenamente. 5% afirmou que não sabia e 0,3% não respondeu à pergunta.

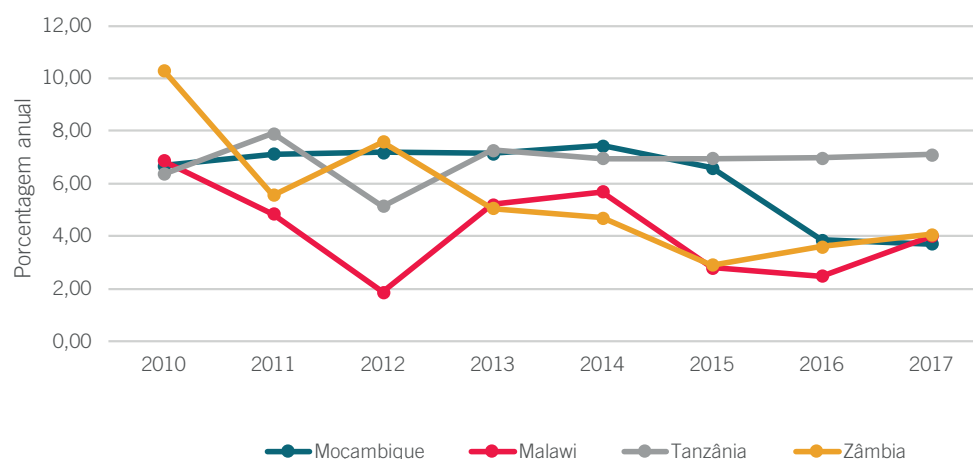
Gráfico 9 - Moçambique tem um ambiente macroeconómico sólido e estável e a sua economia é bem gerida?



Fonte: Pesquisa EESE Moçambique

Sobre o impacto da tributação das empresas no crescimento dos negócios no país, 38,7% dos entrevistados na pesquisa EESE Moçambique respondeu que há pouco impacto, 30,7% afirmou que os impostos sobre empresas não encorajam o crescimento dos negócios, 11,7% alegou que incentivam o crescimento dos negócios, 18,7% não soube responder e 0,3% não respondeu à pergunta. Especificamente em relação ao IVA, 39,7% afirmou que este tem pouco impacto no crescimento dos negócios em Moçambique, 29% alegou que não encoraja os negócios, 12% acredita que incentivam o crescimento. 19% não soube responder e 0,3% não respondeu.

Gráfico 10 - Taxa de Crescimento do PIB, países seleccionados, 2008 - 2017

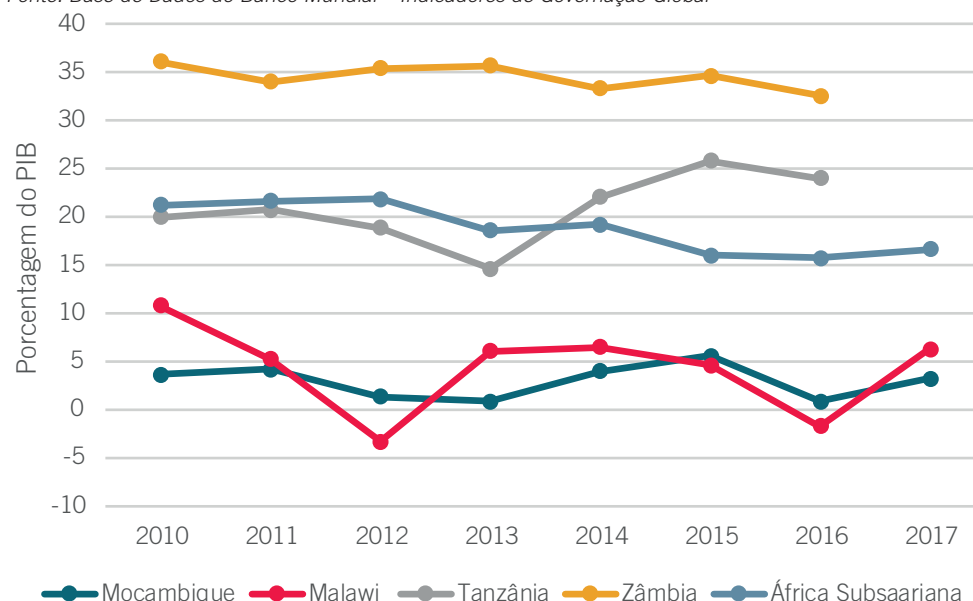


Fonte: Base de Dados do Banco Mundial – Indicadores de Governança Global

A poupança nacional bruta é calculada deduzindo a despesa total de consumo final do PIB a preços correntes. É um indicador da capacidade de um país de investir em capital fixo e crescimento económico. A poupança nacional bruta de Moçambique como percentagem do PIB partiu de 3,58% em 2010 para 5,55% em 2015, ano de maior crescimento do PIB, mas reduziu drasticamente para 0,85% em 2016 e finalizou 2017 com 3,18%. O Malawi apresentou poupança nacional bruta de 6,21% em 2017, após um período de queda e de recuperação a partir de 2010. Ambos Moçambique e Malawi apresentaram níveis bem inferiores à média da África Subsaariana. A Tanzânia e a Zâmbia apresentaram valores de 23,94% e 32,53% em 2016.

Gráfico 11- Poupança Nacional Bruta, países seleccionados, 2008 - 2017

Fonte: Base de Dados do Banco Mundial – Indicadores de Governança Global



A taxa de participação na força de trabalho mede a proporção da população de 15 a 64 anos que é economicamente ativa e é calculada expressando o número de pessoas na força de trabalho como percentagem da população em idade ativa. Em 2017, Moçambique apresentou uma taxa de participação na força de trabalho de 70,26%, Malawi, 63,38%, Tanzânia, 72,19% e Zâmbia, 54,90%. É importante notar que

muitas pessoas trabalham na agricultura, na maioria dos casos e' uma agricultura que só permite a produção de comida para o consumo familiar.

Tabela 6 - Principais indicadores de Políticas macroeconômicas sólidas e estáveis e a boa gestão da economia, países selecionados, 2008 - 2017

Taxa de crescimento do PIB (percentagem)

Mede as taxas anuais de crescimento percentual de todos os bens e serviços de valor agregado produzidos no país. O PIB é a soma do valor agregado bruto por todos os produtores residentes na economia adicionado de quaisquer impostos sobre produtos e subtraído quaisquer subsídios não incluídos no valor dos produtos. É calculado sem deduzir degradação de recursos naturais.

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Moçambique	6,69	7,12	7,20	7,14	7,44	6,59	3,85	3,71
Malawi	6,87	4,85	1,89	5,20	5,70	2,80	2,48	4,00
Tanzânia	6,36	7,90	5,14	7,26	6,97	6,96	6,97	7,10
Zâmbia	10,30	5,56	7,60	5,06	4,70	2,92	3,61	4,08

Taxa de crescimento anual do PIB em percentagem.

Fonte: Banco Mundial, World Development Indicators

Taxa de Participação na Força de Trabalho

A taxa de participação na força de trabalho é a proporção da população de 15 a 64 anos que é economicamente ativa: todas as pessoas que fornecem mão-de-obra para a produção de bens e serviços durante um período específico. A taxa de participação na força de trabalho é calculada expressando o número de pessoas na força de trabalho como percentagem da população em idade ativa. A força de trabalho é a soma do número de pessoas empregadas e do número de desempregados. A população em idade ativa é a população acima de certa idade, definida para a medição de características econômicas.

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Moçambique	70,78	71,09	71,40	71,19	70,89	70,50	70,15	70,26
Malawi	63,20	64,08	64,92	65,74	64,78	63,95	62,97	63,38
Tanzânia	66,98	67,02	68,91	70,74	72,47	72,29	72,05	72,19
Zâmbia	60,86	59,19	57,49	56,94	56,34	55,71	55,17	54,90

Fonte: Banco Mundial, World Development Indicators

Balanço da Conta Corrente (percentagem do PIB)

Balanço da conta corrente (também chamado de “superávit / déficit em conta corrente”) é a soma das exportações líquidas de bens e serviços, lucro líquido e transferências líquidas correntes. É um registro das transações de um país com o resto do mundo. Mostra se um país está “vivendo dentro de seus meios”. Se um país está gastando mais no exterior do que ganha do resto do mundo, então ações corretivas serão necessárias, por ex. para manter o valor da moeda do país em relação à moeda de outros países. O balanço de pagamentos é um sistema contábil de dupla entrada que mostra todos os fluxos de bens e serviços para dentro e fora de uma economia. Todas as transações são registradas duas vezes - uma como crédito e uma como débito. Em princípio, o saldo líquido deve ser zero, mas, na prática, as contas geralmente não se equilibram, exigindo a inclusão de um item de equilíbrio, erros líquidos e omissões. O saldo positivo em conta corrente (excedente) está associado a exportações líquidas positivas. Se o saldo da conta corrente for negativo, ele mede a parte do investimento doméstico financiado pela poupança dos estrangeiros.

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Moçambique	-11,92	-13,62	-13,21	-14,58	-14,39	-14,65	-14,43
Malawi	-7,87	-0,98	-0,97	0,01	-0,25	-1,64	-1,61
Tanzânia	-9,42	-7,96	-8,18	-8,19	-8,17	-7,66	-7,20
Zâmbia	-3,29	-3,48	-3,89	-4,38	-4,62	-4,66	-4,68

* Dados após 2011 estimados.

Fonte: Fundo Monetário Internacional, World Economic Outlook Database

Poupança Nacional Bruta (percentagem do PIB)

A poupança nacional bruta é calculada deduzindo a despesa total de consumo final do PIB a preços correntes. Uma alta taxa de poupança interna bruta geralmente indica o alto potencial de um país para investir. A poupança pode, portanto, ser vital para a quantidade de capital fixo disponível, o que, por sua vez, pode contribuir para o crescimento económico. No entanto, o aumento da poupança nem sempre corresponde ao aumento do investimento. E se as poupanças não são depositadas em um intermediário financeiro como um banco, não há possibilidade de que essas poupanças sejam reutilizadas como investimento pelas empresas. Isso significa que a poupança pode aumentar sem aumentar o investimento, possivelmente causando um déficit de demanda em vez de crescimento económico. No curto prazo, se a poupança cair abaixo do investimento, isso pode levar ao crescimento da demanda agregada e à expansão económica. No longo prazo, se a poupança cair abaixo do investimento, ela acabará reduzindo o investimento e prejudicando o crescimento futuro.

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Moçambique	4,19	1,30	0,83	3,96	5,55	0,85	3,18
Malawi	5,19	-3,37	6,07	6,43	4,61	-1,75	6,21
Tanzânia	20,70	18,81	14,62	22,03	25,81	23,94	
Zâmbia	33,99	35,39	35,61	33,31	34,57	32,53	
África Subsaariana	21,61	21,82	18,54	19,18	16,01	15,70	16,63

Fonte: Banco Mundial, World Development Indicators

Formação Bruta de Capital (% PIB)

A formação bruta de capital consiste em despesas com adições aos ativos fixos da economia mais variações líquidas no nível de estoques. Ativos fixos incluem melhorias fundiárias (cercas, valas, drenos e assim por diante); compra de máquinas, maquinários e equipamentos; e a construção de estradas, ferrovias e afins, incluindo escolas, escritórios, hospitais, residências privadas e prédios comerciais e industriais. Estoques são estoques de bens mantidos pelas empresas para atender às flutuações temporárias ou inesperadas na produção ou nas vendas, e “trabalhos em andamento”. A formação bruta de capital (também chamada de taxa de investimento ou investimento interno bruto), juntamente com o investimento estrangeiro direto, é fundamental para o crescimento económico e o desenvolvimento económico. O alto nível de formação bruta de capital em um período refere-se ao aumento do valor dos estoques. Alto nível de formação de capital bruto ou investimento é propício para o crescimento económico.

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Moçambique	18,30	25,67	47,38	54,47	55,36	45,33	38,31	35,55
Malawi	22,82	12,42	12,05	12,70	11,99	12,22	10,78	13,43
Tanzânia	27,30	33,24	28,50	30,32	30,13	27,21	24,77	
Zâmbia	29,88	33,64	31,75	34,04	34,04	42,81	38,21	

Fonte: Banco Mundial, World Development Indicators

Inflação (preço médio ao consumidor, percentagem)

O índice de preços ao consumidor reflete mudanças no custo para o consumidor médio para adquirir uma cesta fixa de bens e serviços que podem ser fixos ou alterados em intervalos especificados, como anual. É importante notar que no caso de Moçambique a inflação é calculada apenas na base de dados das cidades de Maputo, Beira e Nampula.

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Moçambique	10,33	3,25	9,29	5,59	5,62	5,55	5,55	5,59
Malawi	8,71	8,42	8,36	7,67	6,88	6,61	6,23	5,62
Tanzânia	10,28	12,14	7,82	5,02	5,03	5,03	5,03	5,03
Zâmbia	12,45	13,39	8,23	7,53	6,51	5,50	5,00	5,00

Fonte: FMI - World Economic Outlook Database

3.2 COMÉRCIO E INTEGRAÇÃO ECONÓMICA SUSTENTÁVEL

A integração comercial pode levar a efeitos positivos no emprego por meio de ganhos de eficiência. No entanto, como a integração comercial também pode levar ao deslocamento de empregos, ao aumento da informalidade e à crescente desigualdade de renda, o impacto das políticas comerciais no emprego e no trabalho decente deve ser considerado cuidadosamente.

O governo de Moçambique está aberto para revisar e aprovar investimentos estrangeiros em essencialmente todos os setores, pois o IED é visto como forma de alcançar o crescimento económico e gerar emprego⁵⁸. Cabe à Agência para Promoção de Investimentos e Exportações (APIEX) a facilitação e a assistência aos investidores nacionais e estrangeiros, atuando nas áreas de oportunidades de investimento, parcerias, incentivos fiscais e abertura de empreendimentos⁵⁹. A APIEX foi criada em 2017 como resultado da fusão do Centro de Promoção de Investimentos (CPI), do Gabinete das Zonas Económicas de Desenvolvimento Acelerado (Gazeda) e do Instituto para a Promoção de Exportações (Ipex), que buscou aumentar o valor do investimento estrangeiro direto e ampliar e diversificar as exportações⁶⁰. Os participantes do seminário tripartido do mês de Fevereiro 2019 sublinharam também a necessidade de alinhar as políticas e as leis de investimentos directo estrangeiro com a lei do trabalho em vigor.

A legislação sobre investimentos em Moçambique é composta pela Lei de Investimentos (Lei nº 3/93, de 24 de junho), pelo Regulamento da lei de Investimentos (Decreto nº 43/2009, de 21 de agosto) e pelo Código de Benefícios Fiscais (Lei nº 4/2009, de 12 de janeiro)⁶¹. Em geral, não há distinção legal entre investidores nacionais ou estrangeiros nem limites à propriedade ou controle estrangeiro de empresas. Com algumas exceções, não há requisitos legais de que cidadãos moçambicanos possuam ações de investimentos estrangeiros no país⁶². Por outro lado, em caso de parcerias público-privadas, empreendimentos de grande escala e de concessões, cidadãos moçambicanos devem participar com ações que representem entre 5% e 20% da empresa promotora do projeto (Lei nº 15/2011, de 10 de agosto)⁶³. Na prática, investidores nacionais e estrangeiros enfrentam procedimentos demorados, um processo que pode se tornar mais desafiador em caso de falta de conhecimento sobre o país e da língua portuguesa⁶⁴.

Em relação aos produtos exportados, de acordo com os mais recentes dados de 2019 da CIA World Factbook Moçambique exportou combustíveis minerais por um valor de 2.4 mil milhões de dólares equivalentes ao 46.9% das exportações totais, seguido do alumínio que cobre o 25,1% e de outros minerais pelo 5,1%. Outras commodities exportadas incluem castanhas de caju, camarão, algodão, açúcar, frutas cítricas e madeira. No que se refere às importações, estes são produtos manufaturados, alimentos e outros produtos agrícolas, combustíveis e produtos de mineração. É importante ressaltar que os bens manufaturados representaram 67% das importações e são, especialmente, máquinas e equipamentos para suprir as necessidades dos megaprojetos do país⁶⁵. Dessa forma, a economia moçambicana depende de algumas exportações relevantes, o que torna necessário alcançar uma maior diversificação para que haja desenvolvimento sustentável.

A concentração no setor de exportação também se estende ao número de empresas exportadoras: apenas 13 companhias contabilizam 75% das receitas de exportação. Dentre os principais produtos exportados Mozal, HCB, Kenmare e Sasol Petrol Moçambique representam mais da metade das indústrias exportadoras.

Em uma iniciativa de estreitar laços entre os megaprojetos e os outros setores da economia moçambicana, de forma que representem um estímulo para o crescimento económico, gerar emprego e reduzir a pobreza, o governo estabeleceu Zonas Francas

58 Departamento de Estado dos Estados Unidos, 2017.

59 Governo de Inhambane.

60 Macauihub, 2017.

61 CPI. Legislação sobre Investimentos em Moçambique.

62 Departamento de Estado dos Estados Unidos, 2017.

63 Departamento de Estado dos Estados Unidos, 2017.

64 Departamento de Estado dos Estados Unidos, 2017.

65 OMC, 2017.

Industriais (ZFI) e Zonas Econômicas Especiais (ZEE), que são zonas com benefícios como incentivos fiscais com o objetivo de atrair investimentos. No entanto, a baixa qualificação e a incapacidade de pequenos empresários locais tem sido um obstáculo para o aproveitamento das oportunidades de negócios geradas pelas zonas, trazendo pouco retorno à economia local.

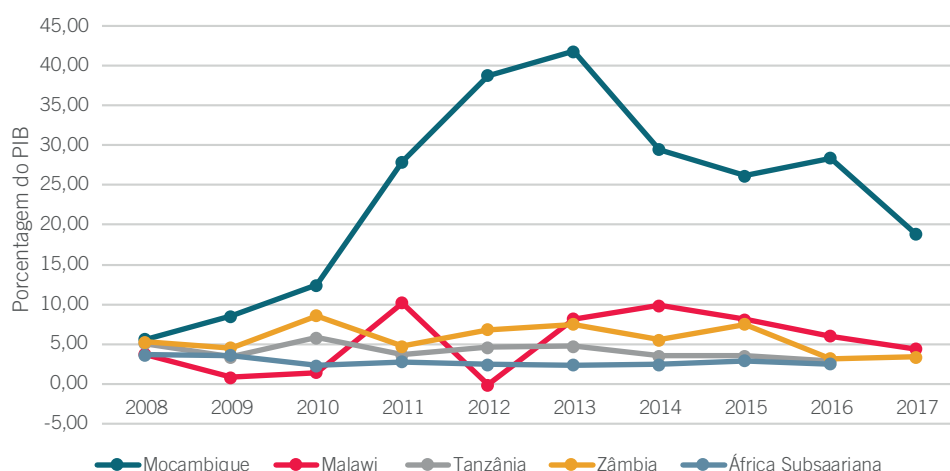
Moçambique é membro da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) desde a formação da organização, em 1992, assim como da sua precursora, a Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC). A SADC é uma organização intergovernamental que busca promover o crescimento sustentável e igualitário e o desenvolvimento socioeconômico por meio da eficiência dos sistemas produtivos, do aprofundamento da cooperação e da integração, da boa governação e da paz durável e da segurança entre os seus quinze membros, que englobam cerca de 277 milhões de pessoas⁶⁶. De acordo com os participantes ao seminário tripartido do mês de Fevereiro 2019 a integração regional não está a beneficiar o desenvolvimento económico de Moçambique devido a fraco nível de industrialização do país.

Oficialmente, a política comercial de Moçambique busca estabelecer um ambiente de negócios favorável para a promoção da competitividade dos seus produtos nacionais em mercados internacionais, preferencialmente em mercados desenvolvidos europeus, americanos e asiáticos, sem prejudicar o comércio regional⁶⁷. Nesse sentido, Moçambique possui acordos regionais de comércio estabelecidos com os outros membros da SADC, que se tornou uma zona de livre comércio completa em 2015, e existem negociações para que a Comunidade se torne uma união aduaneira⁶⁸.

Descobertas recentes de reservas de carvão e gás trazem potencial para que o país se torne ator global relevante no setor energético, possibilidade reforçada por uma agenda de reformas que enfatiza a necessidade de melhorar a capacidade de gerenciamento das indústrias extrativas moçambicanas⁶⁹. No entanto, é importante notar os impactos ambientais e sociais de tais fontes de energia na sua extração e combustão, que contribuem para o aquecimento global e degradação ambiental e além das difíceis condições de trabalho e deslocamento das comunidades locais. Desde 2017 o país está também a viver uma situação de insegurança nas zonas interessadas pela extração do gás que põem em risco as vidas das comunidades e dos trabalhadores dos projectos e no longo prazo também o desenvolvimento dos mesmos projectos.

A entrada líquida de IED em Moçambique como percentagem do PIB teve um aumento exponencial a partir de 2008, alcançando o pico de 41,81% em 2013, cuja posterior redução foi impulsionada pela crise ocorrida a partir de 2015, culminando em 18,8% em 2017. Ainda assim, Moçambique possui taxas bem mais altas do que os outros países da comparação e da região. O Malawi e a Zâmbia registraram 4,4% e 3,36%, respectivamente, em 2017, e a Tanzânia, 2,88% em 2016. A África Subsaariana possui uma média de 2,52% em 2016.

Gráfico 12 - Entrada líquida de IED (% do PIB)



Fonte: Base de Dados do Banco Mundial – Indicadores de Governança Global

66 SADC, 2018.

67 OMC, 2017.

68 OMC, 2017.

69 OMC, 2017.

“Comércio” como um indicador mede a soma das exportações e importações de bens e serviços como parcela do PIB. O comércio de Moçambique como percentagem do PIB atingiu o pico em 2014 de 118,14% e finalizou 2017 com 108,91%, bem acima da média de 58,70% da África Subsaariana. O Malawi e a Zâmbia alcançaram 65,33% e 71,63, respectivamente, em 2017. Em 2016, o indicador para a Tanzânia atingiu 42,33%.

O “Índice de Facilitação do Comércio (ETI)” mede os fatores, políticas e serviços que facilitam o fluxo livre de mercadorias através das fronteiras e até o destino. O Fórum Económico Mundial mudou sua metodologia em 2014, então números recentes podem não ser facilmente comparáveis com anos anteriores. Em uma escala de 1 a 7, em que o valor mais alto indica que um país é bem-sucedido em possibilitar o livre fluxo de comércio, em 2016, Moçambique registrou um índice de 3,88, significando um aumento em relação aos 3,54 de 2014 (nova metodologia). Malawi e Tanzânia seguiram a mesma trajetória de melhoria, alcançando 3,93 e 3,74, respectivamente, em 2016. A Zâmbia, por outro lado, recuou de 4,11 em 2014 para 3,97 em 2016.

O “Índice de Propensão à Exportação” mede a exportação de bens e serviços como uma percentagem do PIB. Em 2017, Moçambique registrou um índice de propensão à exportação de 38,27%, tendo aumentado de 31,51% em 2010. Malawi apresentou um índice de 29,16% em 2017 e a Zâmbia obteve 35,24% no mesmo ano. A Tanzânia apresentou um índice de 19,59% em 2016.

Tabela 7 - Principais indicadores de comércio e integração econômica sustentável, países selecionados, 2008 - 2017

Comércio (percentagem do PIB)

Comércio (percentagem do PIB) é a soma das exportações e importações de bens e serviços medida em termos de percentagem do produto interno bruto (PIB).

Note-se que a proporção comércio-PIB se refere à soma das importações e exportações e pode, portanto, exceder 100 por cento.

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Moçambique	77,73	88,33	110,83	114,38	118,12	104,21	110,82	108,91
Malawi	57,65	48,79	67,88	78,27	73,33	64,91	77,91	65,33
Tanzânia	47,88	56,80	54,40	48,72	49,20	46,40	42,33	
Zâmbia	67,90	76,21	79,10	84,60	80,06	79,87	73,96	71,63
África Subsaariana	62,15	66,70	64,23	61,15	59,91	54,62	52,58	58,70

Fonte: Banco Mundial, World Development Indicators

Índice de Facilitação do Comércio (ETI)

O Índice de Facilitação do Comércio mede os fatores, políticas e serviços que facilitam o livre fluxo de mercadorias através das fronteiras e para o destino final. O índice divide os facilitadores em quatro áreas gerais: (1) acesso a mercados, (2) administração de fronteiras, (3) infraestrutura de transporte e comunicações e (4) ambiente de negócios. Em uma escala de 1 a 7, uma pontuação alta no ETI geral indica que um país é relativamente bem-sucedido em possibilitar o fluxo livre de comércio.

	GETR 2008	GETR 2009	GETR 2010	GETR 2012	GETR 2014	GETR 2014 (nova metodologia)	GETR 2016
Moçambique	3,3	3,49	3,71	3,65	3,5	3,65	3,88
Malawi		3,77	3,82	3,79	3,5	3,88	3,93
Tanzânia	3,27	3,5	3,6	3,69	3,5	3,36	3,74
Zâmbia	3,52	3,64	3,8	3,78	3,7	4,11	3,97

Fonte: Fórum Económico Mundial

Entrada Líquida de IED/PIB, por cento

Investimento estrangeiro direto é a entrada líquida de investimento para adquirir uma participação de gestão duradoura (10% ou mais do capital votante) em uma empresa que opera em uma economia diferente da do investidor. É a soma do capital próprio, reinvestimento de lucros, outro capital de longo prazo e capital de curto prazo como mostrado na balança de pagamentos. Esta série mostra as entradas líquidas na economia reportada e é dividida pelo PIB.

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Moçambique	12,39	27,90	38,77	41,81	29,47	26,14	28,40	18,80
Malawi	1,39	10,16	-0,15	8,18	9,88	8,10	5,99	4,40
Tanzânia	5,77	3,63	4,60	4,70	3,47	3,52	2,88	
Zâmbia	8,53	4,73	6,79	7,49	5,55	7,48	3,16	3,36
África Subsaariana	2,29	2,75	2,41	2,38	2,40	2,86	2,52	

Fonte: Banco Mundial, World Development Indicators

Índice de Propensão à Exportação = exportações de bens e serviços/PIB, por cento

As exportações de bens e serviços representam o valor de todos os bens e outros serviços de mercado fornecidos para o resto do mundo. Elas incluem o valor de mercadorias, frete, seguro, transporte, viagens, royalties, taxas de licença e outros serviços, como serviços de comunicação, construção, financeiros, informações, negócios, pessoais e governamentais. Elas excluem a renda do trabalho e da propriedade (anteriormente chamados de serviços de fatores), bem como os pagamentos por transferências.

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Moçambique	31,51	33,43	32,38	30,37	33,36	32,22	36,68	38,27
Malawi	22,79	20,78	26,20	35,66	33,70	29,16	32,97	29,16
Tanzânia	18,75	20,76	21,29	17,65	19,41	21,62	19,59	
Zâmbia	37,03	40,47	40,08	40,48	38,82	37,14	35,32	35,24
África Subsaariana	31,44	34,03	32,52	29,15	28,57	24,86	24,31	27,64

Fonte: Banco Mundial, World Development Indicators

Comércio Transfronteiriço

O comércio transfronteiriço registra o tempo e o custo associados ao processo logístico de exportação e importação de mercadorias. Os rankings anuais são comparados a junho do ano anterior e com base na média das pontuações de distância de cada economia à fronteira (DTF) para os 10 tópicos incluídos no ranking agregado.

O índice classifica as economias de 1 a 190 (a partir de 2017), com o primeiro lugar sendo o melhor. Antes de 2017, a classificação era de 1 a 189.

	DB 2013	DB 2014	DB 2015	DB 2016	DB 2017	DB 2018	DB 2019
Moçambique	134	176	170	129	106	109	91
Malawi	168	131	129	123	118	117	126
Tanzânia	122	139	137	180	180	182	183
Zâmbia	156	163	177	152	161	150	153

Fonte: Banco Mundial - Doing Business project

3.3 AMBIENTE LEGAL E REGULATÓRIO FAVORÁVEL

Normas bem projetadas e claras, incluindo aquelas que sustentam os padrões trabalhistas e ambientais, são boas para a promoção de *start-ups* e desenvolvimento de empresas. Elas facilitam a formalização e aumentam a competitividade sistêmica. O Ministério da Indústria e Comércio (MIC) é o órgão que tem como incumbência a formulação, elaboração e implementação de políticas e estratégias setoriais com o objetivo da promoção do crescimento da produção industrial, do comércio, da comercialização agrícola e das exportações.⁷⁰

As micro e pequenas empresas correspondem a mais de 90% do setor industrial moçambicano, sendo que as micro correspondem a 63%, as pequenas, 31%, as médias, 3% e, as grandes, 3%. Porém, as percentagens de geração de emprego formal são inversas: apesar da proporção dominante ser composta por microempresas, estas geram apenas 6% dos postos de trabalho, enquanto as pequenas geram 16%, as médias, 8% e as grandes, 71%. Em relação ao volume de negócios, as grandes empresas continuam à frente, com 69%, seguidas das micro, com 21%, as médias, 5%, e as pequenas, 4%⁷¹.

O quadro legal para investimento em Moçambique é de difícil compreensão, especialmente para investidores estrangeiros, com alguns setores sujeitos a legislações distintas, dispersas em diferentes textos legais, como garantias de proteção ao investidor. Apesar disso, há iniciativas para melhorar a situação. No Relatório Doing Business 2019 do Banco Mundial, Moçambique se classificou na posição 174 de 190 países no ranking para abrir uma empresa. Em relação ao relatório anterior, destacou dois pontos melhorados: o maior acesso à eletricidade e a facilidade em exportar. No primeiro ponto, o relatório destaca a redução do tempo necessário para um novo empreendimento ser conectado à rede elétrica e a eliminação do depósito de segurança para grandes empreendimentos comerciais. Quanto à exportação, o relatório ressalta a importância do complexo portuário Maputo-Matola na melhoria da infraestrutura para exportação⁷².

Dessa forma, em geral, as atividades e metas ligadas à melhoria do ambiente de negócios tem sido lançadas e alinhadas aos planos de Governo, de forma a criar uma estratégia de Estado. Em 2008, o país lançou a Estratégia para a Melhoria do Ambiente de Negócios 2008-2012 (EMAN I), alinhado ao Plano Quinquenal 2005-2009 e, mais tarde, o EMAN II (2013-2017)⁷³, com o objetivo de concluir as ações e melhorar mecanismos de monitoramento e avaliação do ciclo de negócios e da melhoria da competitividade. De salientar que o Conselho de Ministro aprovou no primeiro semestre de 2019 o Instrumento do Governo: Ambiente de Negócio-Nova Perspectiva (ANNP) formulado em parceria com o sector privado. Ainda, uma série de reformas legislativas realizadas entre 2015 e 2017 no âmbito do Diálogo Público Privado têm abordado a política e estratégia industrial do país, a educação profissional e a contratação de mão-de-obra estrangeira⁷⁴, por exemplo. A institucionalização de um novo modelo de Diálogo Público Privado foi um passo positivo na direção de um ambiente de negócios mais favorável⁷⁵. Com assinatura do memorando de entendimento, formalizou-se o diálogo entre as partes, que acordaram planos de ação com prazos para ambas, cuja execução é sujeita ao monitoramento.

Na pesquisa EESE Moçambique, quando os entrevistados foram questionados sobre como o ambiente regulatório afeta a gestão de uma pequena empresa no país, 45,7% informou que ele às vezes constitui um obstáculo. Enquanto isso, 21,7% informou que o ambiente regulatório oferece apoio relativo; 9,7% disse que é um grande obstáculo e apenas 6,3% alegou que é muito favorável. 16% não sabia a resposta e 0,7% não respondeu.

70 MIC. Missão.

71 MIC. Política e Estratégia Industrial 2016-2025

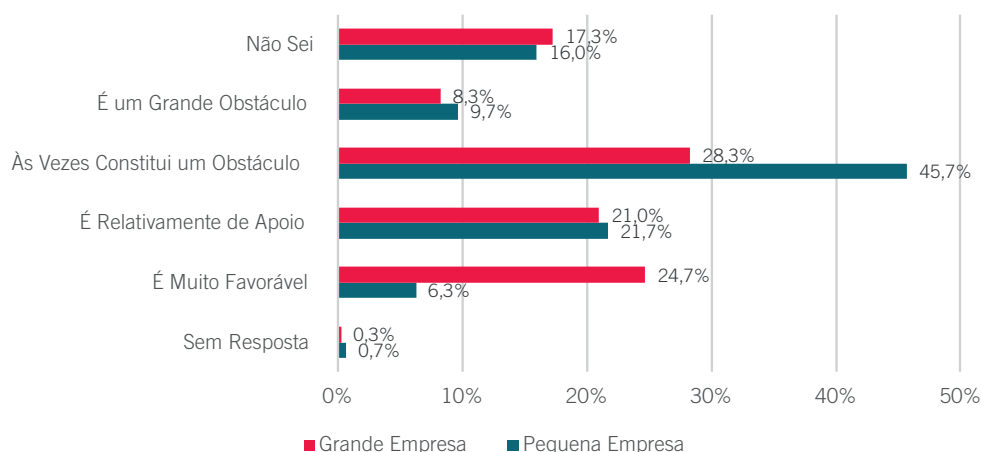
72 Banco Mundial, 2018.

73 MIC. Estratégia para a Melhoria do Ambiente de Negócios em Moçambique 2013 – 2017.

74 MIC Diálogo Público Privado.

75 OMC, 2017.

Gráfico 13 - Como descreveria o ambiente regulador, uma vez que afeta a gestão de uma pequena empresa em Moçambique?



Fonte: Pesquisa EESE Moçambique

No que se refere às grandes empresas, 28,3% afirmou que o ambiente regulatório às vezes constitui um obstáculo, 24,7% respondeu que é muito favorável, 21% disse que é relativamente de apoio e 8,3% afirmou que é um grande obstáculo. 17,3% não sabia a resposta e 0,3% não respondeu. Em termos provinciais, 54% dos entrevistados em Maputo Cidade, 40% em Manica e 32% em Nampula respondeu que o ambiente regulador é muito favorável, 24% em Cabo Delgado e 32% em Maputo Província afirmou que o ambiente regulatório é relativamente de apoio e 64% dos entrevistados em Tete e outros 32% em Maputo província respondeu que às vezes constitui um obstáculo. É importante notar que 40% dos entrevistados em Cabo Delgado e em Nampula não soube responder à pergunta.

Quando questionados sobre a compreensão da comunidade empresarial sobre a legislação laboral e empresarial, 39% dos entrevistados respondeu que o direito do trabalho é parcialmente respeitado (68% e 56% dos entrevistados em Tete e Manica, respectivamente), 28,7% afirmou que é geralmente respeitado (destaque para 68% em Maputo Cidade), 12% respondeu que o direito do trabalho geralmente não é respeitado (30% em Nampula) e 4% alegou que é amplamente respeitado. 14% dos entrevistados não soube responder (40% em Cabo Delgado) e 1,7% não respondeu à pergunta. Para 42,9% das empresas formais o direito do trabalho é parcialmente respeitado; para 36%, geralmente respeitado; para 8,6%, geralmente não é respeitado; para 5,1%, é amplamente respeitado, e 6,3% não soube responder à pergunta. Para as empresas informais, por outro lado, para 35,2% o direito do trabalho é parcialmente respeitado; para 18%, geralmente respeitado; para 16,8%, geralmente não é respeitado; para 2,4%, é amplamente respeitado, e 24,8% não soube responder à pergunta. Nas empresas formais, a maioria dos proprietários (43,5%) e dos trabalhadores (45,3%) acredita que o direito do trabalho é parcialmente respeitado, enquanto os gestores (48,3%) afirmam que é geralmente respeitado. No caso das empresas informais, a maioria dos proprietários (30,3%), gestores (54,5%) e trabalhadores (32,4%) afirmam que o direito do trabalho é parcialmente respeitado. Ressalta-se que, no caso das empresas informais, 31% dos proprietários, 13,6% dos gestores e 18,9% dos trabalhadores não souberam responder à pergunta.

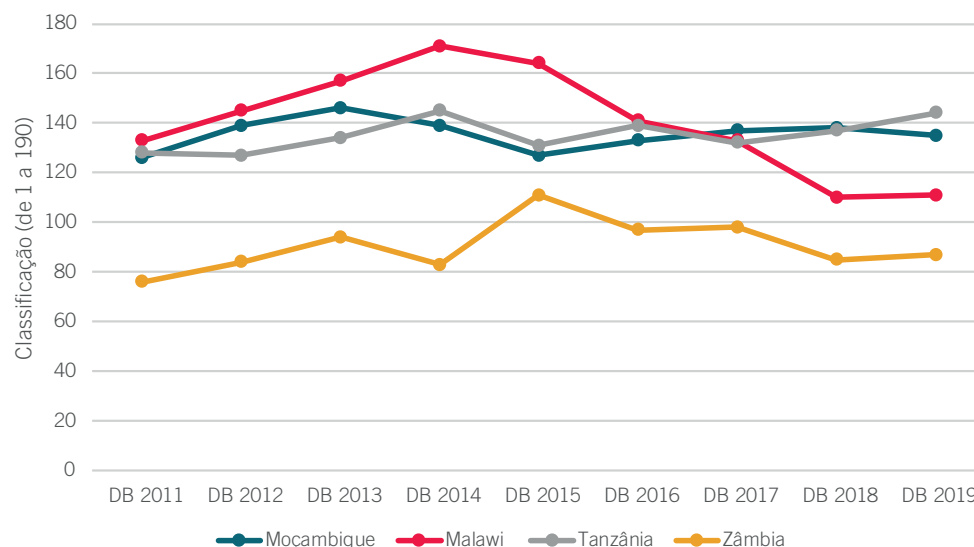
Quando perguntados se os trabalhadores entendem a lei/direito do trabalho, uma média de 46,7% dos entrevistados respondeu que a ela é parcialmente compreendida (destaque para 80% em Manica e 76% em Tete), 25,7% respondeu que ela é geralmente não compreendida (realce para 62% em Nampula), 17,3% disse que a lei/direito do trabalho é geralmente compreendida (ressalta-se 66% em Maputo Cidade). Apenas para 1% ela é amplamente compreendida, 8,3% não soube responder e 1% não respondeu à pergunta.

No que se refere a como a lei do trabalho afeta o crescimento de pequenas empresas em Moçambique, para uma média de 28,7% dos entrevistados a maioria das empresas está ciente, mas ignora a maioria das disposições da lei de trabalho, portanto, não é um grande impedimento (destaque para 84% em Manica); para 24,3% dos entrevistados a maioria não tem conhecimento, por isso não é um grande impedimento (destaque para 62% em Nampula), para 20,7%, a maioria das pequenas empresas acha difícil cumprir a lei de trabalho e, ao fazê-lo, é um grande impedimento (destaque para 76% em Maputo Cidade), para 10% a maioria das pequenas empresas tem

pouco problema em cumprir a lei do trabalho e, portanto, não é um grande impedimento (22% em Cabo Delgado e 20% em Maputo Província), e 14,3% não soube responder a pergunta (32% em Tete e 30% em Cabo Delgado).

As deficiências de Moçambique na estrutura legal para o investimento se refletem na baixa classificação do país no Índice de Facilidade de Fazer Negócios, que se classificou em 135º lugar no relatório *Doing Business 2019*. O índice “Facilidade de Fazer Negócios” classifica economias de 1 a 190, onde o primeiro lugar reflete um ambiente regulador propício para negócios. Este índice compreende médias para 10 tópicos diferentes. A Zâmbia obteve a melhor colocação no relatório 2019, a 87ª, em seguida, o Malawi, na 111ª e, depois, a Tanzânia, em 144º lugar.

Gráfico 14 - Índice de Facilidade de Fazer Negócios



Fonte: Banco Mundial – Projeto Doing Business

O “Índice de Qualidade Regulatória” mede a capacidade de um governo de fornecer políticas e regulamentações sólidas para a promoção do desenvolvimento do setor privado, variando de -2,5 a 2,5. O índice de qualidade regulatória de Moçambique piorou entre 2009 e 2016, passando de -0,39 para -0,70. O Malawi passou por trajetória semelhante, tendo o seu desempenho saído de -0,45, em 2009, para -0,84, em 2016. Já a Tanzânia, após leve melhora no índice entre os anos de 2009 e 2016, manteve o desempenho no ano inicial e no ano final: -0,44. Por fim, a Zâmbia apresentou melhora no índice no mesmo período, passando de -0,53 para -0,48.

Tabela 8 - Principais indicadores de ambiente legal e regulatório favorável, países selecionados, 2009 - 2017

Índice de Qualidade Regulatória (IQR)

A capacidade do governo de fornecer políticas e regulamentações sólidas que permitam e promovam o desenvolvimento do setor privado. Estimativa de governação medida em uma escala de aproximadamente -2,5 a 2,5. Valores mais altos correspondem a melhor Governação.

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Moçambique	-0,39	-0,40	-0,43	-0,45	-0,40	-0,41	-0,50	-0,70
Malawi	-0,45	-0,57	-0,70	-0,70	-0,69	-0,80	-0,82	-0,84
Tanzânia	-0,44	-0,42	-0,42	-0,39	-0,33	-0,33	-0,37	-0,44
Zâmbia	-0,53	-0,50	-0,44	-0,43	-0,47	-0,50	-0,44	-0,48

Fonte: Banco Mundial, Indicadores de Governação Global

Iniciar uma empresa

O Índice de Início de uma Empresa registra todos os procedimentos que são oficialmente exigidos para um empreendedor iniciar e operar formalmente um negócio industrial ou comercial. Isso inclui a obtenção de todas as licenças e autorizações necessárias e a conclusão de todas as notificações, verificações ou inscrições necessárias para a empresa e os funcionários com autoridades relevantes. O índice classifica as economias de 1 a 190, em que o primeiro lugar é a melhor posição.

		DB 2011	DB 2012	DB 2013	DB 2014	DB 2015	DB 2016	DB 2017	DB 2018	DB 2019
Moçambique	Classificação	65	70	96	95	107	124	134	137	174
	Dias	13	13	13	13	13	19	19	19	17
Malawi	Classificação	132	139	141	149	157	161	150	152	153
	Dias	39	39	39	40	38	38	37	37	37
Tanzânia	Classificação	122	123	113	119	124	129	135	162	163
	Dias	29	29	26	26	26	26	26	28	27,5
Zâmbia	Classificação	57	69	74	45	68	78	105	101	102
	Dias	18	18	17	6,5	6,5	7,5	8,5	8,5	8,5

Fonte: Banco Mundial, Doing Business Project

Índice de Facilidade de Fazer Negócios

O índice Facilidade de Fazer Negócios classifica as economias de 1 a 190, com o primeiro lugar sendo o melhor. Uma alta classificação significa que o ambiente regulatório é propício para a operação de negócios. Este índice faz a média dos rankings percentuais do país em 10 tópicos, compostos por uma variedade de indicadores, dando igual peso a cada tópico.

	DB 2011	DB 2012	DB 2013	DB 2014	DB 2015	DB 2016	DB 2017	DB 2018	DB 2019
Moçambique	126	139	146	139	127	133	137	138	135
Malawi	133	145	157	171	164	141	133	110	111
Tanzânia	128	127	134	145	131	139	132	137	144
Zâmbia	76	84	94	83	111	97	98	85	87

Fonte: Banco Mundial - Doing Business project

3.4 IMPÉRIO DA LEI E A GARANTIA DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE

Um sistema legal formal e efetivo, que garanta que os contratos sejam respeitados e cumpridos, que o estado de direito seja respeitado e que os direitos de propriedade sejam seguros e justos, é uma condição fundamental para atrair investimentos bem como para nutrir confiança e justiça em uma sociedade. A adesão ao estado de direito é crucial para criar um ambiente de confiança para empresas e investidores.

A propriedade privada da terra não é permitida em Moçambique: o estado detém toda a terra, mas realiza um sistema de arrendamento em que a terra pode ser alugada por 50 anos, renováveis pelo mesmo período de tempo. A infraestrutura construída em terras arrendadas pertence ao titular da licença, que pode alugá-la ou vendê-la a terceiros sem restrições.⁷⁶ Porém, na prática, esse processo é bastante complexo, envolvendo diversos procedimentos e instituições, e enfrenta as limitações das capacidades institucionais dos governos municipais na gestão da ocupação da terra⁷⁷. Adicionalmente, após conquistados, os direitos de ocupação da terra podem ser revogados a qualquer momento caso julgue-se que os planos de exploração da terra concordados anteriormente não estejam sendo respeitados⁷⁹.

No que se refere à propriedade intelectual em Moçambique, a Lei de Propriedade Industrial, de 1999, e a Lei de Direitos do Autor, de 2001, deixaram a legislação moçambicana em conformidade com os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS, em inglês) da Organização Mundial do Comércio. Conferiu-se assim, proteção legal para os direitos de propriedade industrial, direitos autorais e outros direitos relacionados^{80 81}. O órgão responsável por gerenciar o sistema da propriedade industrial, buscando ampliar seu uso para agregar valor aos produtos e serviços nacionais, assim como estimular a criatividade e a inovação, é o Instituto da Propriedade Industrial (IPI)⁸². Em 2016, um novo Código de Propriedade Intelectual entrou em vigor, proibindo, dentre outras medidas, a importação paralela de várias formas de propriedade intelectual. Ainda, há disposições em vigor que permitem o licenciamento obrigatório, mas estas não tem sido frequentemente utilizadas⁸³. Na realidade, apesar das leis e regulações vinculadas à propriedade intelectual e do fornecimento de recursos para tribunais criminais ou administrativos para violações, o cumprimento dos direitos de propriedade intelectual em Moçambique permanece esporádico e inconsistente⁸⁴.

O sistema judiciário, reorganizado com a Lei nº 24/2007, está estruturado em quatro níveis: a Suprema Corte, que possui jurisdição nacional; o Tribunal de Apelação, que possui jurisdição para recursos em segunda instância; os Tribunais Provinciais, que avaliam matéria civil, administrativa, de família, trabalho, transporte marítimo, crianças e menores e matéria penal, e Tribunais Distritais, previstos para cada um dos 130 distritos moçambicanos, com jurisdição para atuação na primeira instância^{85 86}.

O desempenho de Moçambique no “Índice do Estado de Direito” fica atrás de todos os países da comparação. O índice é medido em uma escala de -2,5 a 2,5, onde valores mais elevados correspondem a melhor governação. Todos os quatro países apresentaram números negativos. Enquanto Moçambique registou um índice de -1,02 em 2016, Malawi, Tanzânia e Zâmbia se encontraram em patamar semelhante, registrando -0,37, -0,39 e -0,30, respectivamente.

O indicador “Direitos de propriedade” estima o quão bem os direitos de propriedade são definidos e protegidos por lei em uma escala de 1 a 7, onde valores mais altos indicam que as leis de propriedade estão claramente definidas. A este respeito, Moçambique marcou 3,7 em 2017, tendo caído de 3,6 no ano anterior. Zâmbia obteve

76 Departamento de Estado dos Estados Unidos, 2018.

77 Banco Mundial, 2017. Mozambique Economic Update.

78 OCDE, 2013.

79 OCDE, 2013.

80 OMC, 2017.

81 OMPI.

82 IPI.

83 OMC, 2017.

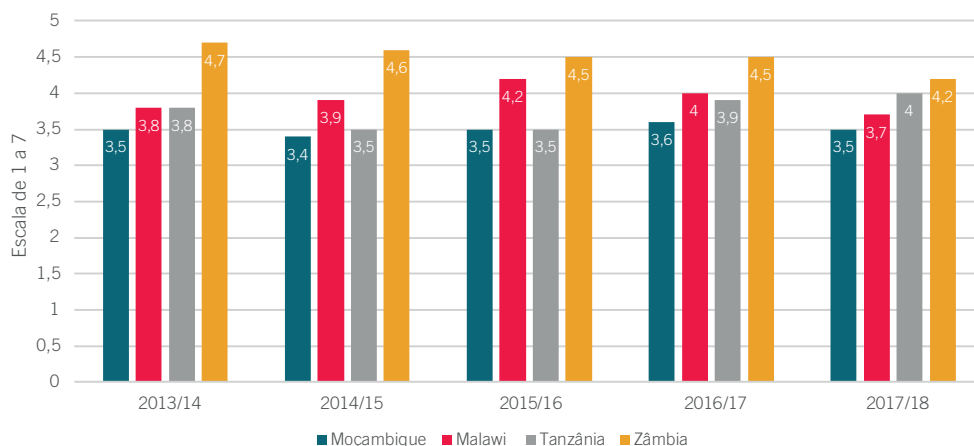
84 Departamento de Estado dos Estados Unidos, 2018.

85 UNCTAD, 2012.

86 Brasil - Ministério da Justiça.

a melhor pontuação, com 4,2 em 2017 e tendo reduzido de 4,7 em 2013. O Malawi pontuou 3,7 e a Tanzânia pontuou 4 em 2017.

Gráfico 15 - Direitos de Propriedade



Fonte: Fórum Económico Mundial - The Global Competitiveness Report.

O indicador “Proteção da Propriedade Intelectual” avalia se a proteção de direitos de propriedade intelectual em um país é fraca e não aplicada, ou forte e aplicada, em uma escala de 1 a 7, com valores mais altos correspondendo a um melhor desempenho. Em 2017, Moçambique marcou 3,2, com desempenho inferior ao dos outros países da comparação. A Zâmbia obteve a melhor pontuação em 2017, com 4, enquanto a Tanzânia apresentou 3,7 e o Malawi registou 3,3.

Tabela 9 - Principais indicadores de Império da lei e a garantia dos direitos de propriedade, países selecionados, 2010 - 2018

Índice de Estado de Direito

O ponto até o qual os agentes confiam e respeitam as regras da sociedade, incluindo a qualidade da execução de contratos e dos direitos de propriedade, da polícia e dos tribunais, assim como a probabilidade de crime e violência.

A estimativa de governação é medida em uma escala de aproximadamente -2,5 a 2,5. Valores mais altos correspondem a melhor governação.

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Moçambique	-0,59	-0,47	-0,57	-0,59	-0,82	-0,81	-0,85	-1,02
Malawi	-0,11	-0,13	-0,16	-0,22	-0,16	-0,29	-0,31	-0,37
Tanzânia	-0,48	-0,49	-0,51	-0,53	-0,47	-0,40	-0,37	-0,39
Zâmbia	-0,48	-0,49	-0,46	-0,37	-0,27	-0,24	-0,23	-0,30

Fonte: Banco Mundial, Indicadores de Governação Global

Direitos de Propriedade

A pesquisa do Fórum Económico Mundial (FEM) pediu aos líderes empresariais que fornecessem suas opiniões de especialistas sobre o seguinte: “Os direitos de propriedade em seu país, incluindo ativos financeiros, são 1 = mal definidos e não protegidos por lei, 7 = bem definidos e bem protegidos por lei”.

	Relatório GC 2013/2014	Relatório GC 2014/2015	Relatório GC 2015/2016	Relatório GC 2016/2017	Relatório GC 2017/2018
Moçambique	3,5	3,4	3,5	3,6	3,5
Malawi	3,8	3,9	4,2	4,0	3,7
Tanzânia	3,8	3,5	3,5	3,9	4,0
Zâmbia	4,7	4,6	4,5	4,5	4,2

Fonte: Fórum Económico Mundial, The Global Competitiveness Report

Proteção da Propriedade Intelectual

A Pesquisa do Fórum Económico Mundial (WEF) pediu aos líderes empresariais que fornecessem suas opiniões de especialistas sobre o seguinte: “As medidas de proteção à propriedade intelectual e contra a falsificação em seu país são 1 = fracas e não aplicadas, 7 = fortes e aplicadas”.

	Relatório GC 2013/2014	Relatório GC 2014/2015	Relatório GC 2015/2016	Relatório GC 2016/2017	Relatório GC 2017/ 2018
Moçambique	2,7	2,7	3,0	3,2	3,2
Malawi	3,4	3,1	3,1	3,3	3,3
Tanzânia	3,2	3,3	3,2	3,6	3,7
Zâmbia	3,9	4,0	4,3	4,2	4,0

Fonte: Fórum Económico Mundial, *The Global Competitiveness Report*

3.5 CONCORRÊNCIA JUSTA

Para que o setor privado e as empresas sustentáveis se desenvolvam e cresçam, é importante que haja regulamentação para garantir a concorrência, incluindo regras para garantir o respeito contínuo aos padrões trabalhistas e sociais. Além disso, práticas anti competitivas ao nível nacional devem ser eliminadas.

Moçambique tem abordado a regulamentação da concorrência de forma progressiva, apesar de lenta. A primeira vez que o assunto foi discutido no país foi em 2007, no contexto do início da privatização de alguns setores e da formação da base para o livre fluxo do comércio no âmbito da União Aduaneira da África Austral (SACU)⁸⁷.

Moçambique introduziu a Lei da Concorrência (Lei nº 20/2013, modificada pelo Decreto 97/2014) em 2013, que incorporou a proibição de práticas anti competitivas como a instituição de acordos horizontais entre concorrentes que impeça, distorça ou restrinja a concorrência; acordos verticais entre empresas e seus consumidores e fornecedores e o abuso da posição de dominância por uma empresa dominadora do mercado⁸⁸. A violação de alguma proibição contida na lei pode resultar em multa que chega a 5% do facturamento da empresa no ano anterior⁸⁹. A Lei da Concorrência estabeleceu a Autoridade Reguladora da Concorrência (ARC) como entidade com autoridade para fiscalizar, regulamentar, investigar e punir, observando, assim, a aplicação da lei⁹⁰, cujo estatuto foi aprovado pela lei 37/2014.

A lei é válida para todas as atividades econômicas realizadas no país, ou que as afetem, e possui dois pilares principais, a saber, as práticas anti competitivas e o controle de fusões⁹¹. Entretanto, como a ARC possui jurisdição exclusiva para fazer cumprir a lei da concorrência, mas que, até o momento, não está operacionalizada, as proibições ainda não estão sendo colocadas em prática⁹². Os participantes do seminário tripartido de Fevereiro 2019 salientaram o desconhecimento da legislação por parte das empresas assim como a falta de envolvimento das entidades envolvidas.

Moçambique possui diversos setores com regulamentações específicas, como os setores de serviços financeiros, telecomunicações, água e saneamento e serviços⁹³. Entretanto, o Centro de Integridade Pública de Moçambique defende a criação de entidades reguladoras para diversos outros setores, como os de energia, medicamentos, gás e outros, de forma a intervir em casos como quedas recorrentes de energia ou da aquisição de empresa em mercado com apenas duas empresas concorrentes⁹⁴.

O indicador “Intensidade da Concorrência Local” mede o nível de competição nos

87 Global Competition Review, 2017.

88 OMC, 2017.

89 Departamento de Estado dos Estados Unidos, 2018.

90 OMC, 2017.

91 OMC, 2017.

92 Henriques; Melo, 2017.

93 UNCTAD, 2013.

94 CIP, 2016. Quadro Legal e Institucional das Entidades Reguladoras Deve Ser Revisto Urgentemente.

mercados em valores que vão de 1 a 7, em que 1 corresponde a competição limitada e 7 referindo-se à intensa concorrência na maioria das indústrias. O indicador para Moçambique em 2017 foi de 4,5, tendo aumentado em relação 2013, quando computou 4,2. A Zâmbia obteve o melhor desempenho entre os quatro países em 2017, apresentando índice 4,9, apesar de ter recuado em relação ao próprio desempenho de 5,2 em 2013. A Tanzânia e o Malawi pontuaram 4,6 e 4,4, respectivamente, em 2017, ambos tendo melhorado em relação às próprias pontuações em 2013.

O índice “Eficácia das Políticas Antimonopólio” mede se as políticas antimonopólio promovem a concorrência ou não e se são eficazes ou não, com valores de 1 a 7, em que valores mais altos se referem a melhores desempenhos. Nesse quesito, Moçambique demonstrou uma trajetória decrescente, obtendo, em 2017, um índice de 2,6, o mais baixo entre os quatro países e o valor mais baixo em relação à sua séria histórica. Zâmbia e Malawi também obtiveram trajetórias decrescentes, ambos pontuando 3,3 em 2017. Já a Tanzânia obteve em 2017 desempenho igual ao apresentado em 2013, de 3,9.

Índice de Extensão do domínio do mercado indica se a atividade corporativa é dominada por apenas alguns grupos empresariais ou se está espalhada entre muitas empresas, em uma faixa de valores de 1 a 7, com valores mais altos correspondentes uma quantidade maior de empresas. Em 2017, Moçambique obteve 2,8 pontos, uma redução em relação aos 3,3 em 2015, e que representa o pior desempenho em relação aos outros países da comparação. Em 2017, o Malawi apresentou índice 3, a Tanzânia, 3,5 e a Zâmbia, 3,6.

Tabela 10 - Principais indicadores de Concorrência Justa, países selecionados, 2012 - 2018

Índice da Intensidade da Concorrência Local

O Índice da Intensidade da Concorrência Local é baseado em dados de pesquisa extraídos da seguinte questão: “A concorrência nos mercados locais é (1 = limitada na maioria das indústrias e a redução de preços é rara, 7 = intensa na maioria das indústrias como liderança de mercado)”.

	Relatório GC 2013/2014	Relatório GC 2014/2015	Relatório GC 2015/2016	Relatório GC 2016/2017	Relatório GC 2017/2018
Moçambique	4,2	4,7	4,6	4,5	4,5
Malawi	4,3	4,9	5,1	4,6	4,4
Tanzânia	4,2	4,3	4,5	4,7	4,6
Zâmbia	5,2	5,6	5,5	5,2	4,9

Fonte: Fórum Económico Mundial, The Global Competitiveness Report

Eficácia das Políticas Antimonopólio

O índice da eficácia das políticas antimonopólio é baseado em dados de pesquisas anuais. Foi solicitado aos entrevistados que classificassem a eficácia da política antimonopólio no seu país por meio da questão: “A política antimonopolista no seu país é (1 = permissiva e não eficaz na promoção da concorrência, 7 = eficaz e promove a concorrência)”.

	Relatório GC 2013/2014	Relatório GC 2014/2015	Relatório GC 2015/2016	Relatório GC 2016/2017	Relatório GC 2017/2018
Moçambique	3,3	3,4	3,1	2,7	2,6
Malawi	3,9	3,9	3,5	3,1	3,3
Tanzânia	3,9	3,8	3,6	3,7	3,9
Zâmbia	4,6	4,5	4,0	3,3	3,3

Fonte: Fórum Económico Mundial, The Global Competitiveness Report

Índice de Extensão do domínio do mercado

O índice de extensão do domínio do mercado é baseado em dados de pesquisas anuais. Os entrevistados foram solicitados a avaliar a atividade corporativa em seu país: “A atividade corporativa em seu país é (1 = dominada por alguns grupos empresariais, 7 = disseminada entre muitas empresas)”.

	Relatório GC 2013/2014	Relatório GC 2014/2015	Relatório GC 2015/2016	Relatório GC 2016/2017	Relatório GC 2017/2018
Moçambique	3,1	3,3	3,3	3,0	2,8
Malawi	3,2	3,1	3,0	2,9	3,0
Tanzânia	3,3	3,5	3,4	3,4	3,5
Zâmbia	4,2	4,2	4,0	3,6	3,6

Fonte: Fórum Económico Mundial, *The Global Competitiveness Report*

3.6 TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO

Na era da economia do conhecimento, o uso de tecnologias da informação e comunicação (TICs) é fundamental para atingir as metas de desenvolvimento, particularmente o crescimento de empresas sustentáveis. Os indivíduos se beneficiam da disponibilidade e do uso das TICs de várias maneiras, pois podem substituir viagens por chamadas telefônicas, ter acesso a informações sobre coisas importantes, como preços, e assim por diante. Para aproveitar plenamente o potencial das TIC, é necessária uma infraestrutura técnica adequada, bem como competências humanas para o uso das redes e serviços existentes.

Em geral, Moçambique possui uma estrutura de telefonia móvel muito mais forte do que a da telefonia fixa, contando com cerca de 18 milhões usuários de telefonia móvel contra 81 mil assinantes da fixa em 2015. Nesse sentido, o Programa Quinquenal do Governo 2015 – 2019 estabeleceu a promoção do uso das tecnologias da informação e comunicação como uma das áreas prioritárias⁹⁵ e a Lei das Telecomunicações (Lei nº 04/2016, de 3 de junho) foi introduzida em 2016 com o objetivo de encarar desafios enfrentados pelo setor por meio do estímulo à maior competição, da melhora no funcionamento e da garantia dos direitos dos consumidores⁹⁶.

Porém, o setor de telecomunicações é caracterizado pelos altos preços da internet de banda larga em comparação com os países da região, desacordos sobre tarifas de interconexão e compartilhamento de instalações, regime de licenciamento pesado e pela baixa qualidade de serviço em alguns subsectores, o que representa um entrave para o desenvolvimento de atividades produtivas⁹⁷. Esse cenário está representado no relatório Global Enabling Trade 2016, na classificação de Moçambique no quesito “disponibilidade e uso das TIC”, em que o país se classificou na posição 129 de 136 países. O relatório também aponta que, em relação ao número de usuários de internet, Moçambique estava na 128ª posição, com apenas 9% da população usuária de internet⁹⁸.

O canal de televisão estatal Televisão de Moçambique e o canal privado STV são os únicos transmitidos a nível nacional. Entretanto, nas áreas rurais, a rádio é a maior fonte de informação, e a oferta de serviço é dominada pela estatal Rádio Moçambique, com difusão em 18 línguas locais. Outras rádios privadas possuem baixo orçamento e alcance. Já a imprensa utiliza essencialmente a língua portuguesa e possui baixo alcance fora de Maputo e das capitais provinciais⁹⁹.

O cenário das TICs em Moçambique revela baixo acesso à tecnologia ou à transferência tecnológica. Isso requer a necessidade de maior investimento na área, com necessidade de melhorias na infraestrutura, incluindo o acesso à eletricidade de qualidade e sinal, velocidade e consistência da internet, e no incentivo para o melhoramento do

95 Governo de Moçambique, 2015. Plano Quinquenal 2015 – 2019.

96 OMC, 2017.

97 OMC, 2017.

98 FEM, 2016.

99 Bertelsmann Stiftung, 2016.

serviço já prestado e o estabelecimento de outras empresas no setor¹⁰⁰. Participantes do seminário técnico ocorrido em 29 de novembro de 2018 concordaram que a internet em Moçambique é cara e precisa melhorar.

O “Índice de Desenvolvimento das TIC (IDI)” é um índice composto que combina 11 indicadores relacionados ao acesso, uso e competências das TIC em uma única medida que pode ser usada como ferramenta de comparação global, regional e nacional. Em uma escala de 1 a 10, com valores mais altos indicando melhor desempenho, o IDI de Moçambique pontuou 2,32 em 2017, sendo superado apenas pela Zâmbia, que computou 2,54 no mesmo ano. A Tanzânia e o Malawi pontuaram 1,81 e 1,74, respectivamente, em 2017.

O “Índice de Prontidão em Rede” mede até que ponto um país aproveita as TICs para obter maior competitividade. Numa escala de 1 a 7, com valores mais altos correspondendo a melhor desempenho, a pontuação de Moçambique se manteve relativamente estável em 2016, com pontuação 3, em relação aos 2,99 obtidos em 2012. O Malawi pontuou 2,7 em 2016, apresentando redução quando comparado aos 3,05 apresentado em 2012 e a Tanzânia e a Zâmbia mantiveram em 2016 desempenho similar ao de 2012, com os dados mais recentes apresentando 2,7 e 3,2, respectivamente.

O número de “Usuários da Internet” a cada 100 pessoas em Moçambique cresceu de 4,17 em 2010 para 17,52 em 2016. Apenas a Zâmbia possui número superior em 2017, com 19,92. O Malawi foi o país com menor número, com 9,61, e a Tanzânia registou 13 usuários de internet a cada 100 pessoas em 2017.

O número de linhas telefônicas fixas dos quatro países é baixo, sendo o Malawi o país com menor número, 0,06 para cada 100 pessoas em 2016 e a Zâmbia o país com maior número, 0,61 no mesmo ano. Em 2016, Moçambique apresentou um índice de 0,29 e a Tanzânia pontuou 0,23.

O número de “Assinaturas de Telefonia Móvel” para cada 100 pessoas em Moçambique em 2016 foi de 52,12, estando à frente apenas do Malawi no mesmo ano, que pontuou 39,68. A Tanzânia e a Zâmbia possuíram desempenho similar em 2016, com 72,06 e 72,43, respectivamente. Todos os países tiveram incremento no número de pessoas a cada 100 com assinaturas de telefonia móvel em relação ao ano de 2010.

Tabela 11 - Principais indicadores de Tecnologias da Informação e Comunicação, países selecionados, 2010 - 2016

Índice de Desenvolvimento das TIC (IDI)

O Índice combina 11 indicadores em uma única medida que pode ser usada como um instrumento de referência global, regional e nacional. Estes estão relacionados ao acesso, uso e competências das TIC, tais como os domicílios com um computador, o número de utilizadores da Internet; e níveis de alfabetização.

	2010	2011	2012	2013	2015	2016	2017
Moçambique	1,30	1,28	1,31	1,52	1,82	2,23	2,32
Malawi	1,37	1,42	1,43	1,52	1,61	1,58	1,74
Tanzânia	1,51	1,60	1,65	1,76	1,82	1,73	1,81
Zâmbia	1,50	1,65	1,77	2,02	2,04	2,19	2,54

Fonte: União Internacional de Telecomunicações - Measuring the Information Society Reports

100 GIZ, 2016.

Índice de Prontidão em Rede

O NRI mede o grau em que os países desenvolvidos e em desenvolvimento em todo o mundo impulsionam as tecnologias de informação e comunicação (TIC) para aumentar a competitividade. O Índice compreende três sub-índices que medem o ambiente para as TIC, juntamente com a prontidão e uso dos principais interessados, com um total de nove pilares e 71 variáveis.

Escala de 1 a 7, com pontuações mais altas refletindo uma melhor disposição para utilizar as oportunidades criadas pela TIC.

	2012	2013	2014	2015	2016
Moçambique	2,99	2,76	2,77	2,90	3,00
Malawi	3,05	2,83	2,90	2,80	2,70
Tanzânia	2,95	2,92	3,04	3,00	2,90
Zâmbia	3,26	3,19	3,34	3,20	3,20

Fonte: Fórum Económico Mundial - The Global Information Technology Reports

Usuários de Internet (por 100 habitantes)

A Internet é uma rede global interligada de computadores na qual os usuários em um computador obtêm informações de outros computadores na rede. Usuários da Internet são pessoas com acesso à rede mundial. O número total de usuários da Internet é dividido pela população e multiplicado por 100.

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Moçambique	4,17	4,30	6,00	7,29	9,24	16,93	17,52
Malawi	2,26	3,33	4,35	5,05	5,83	9,30	9,61
Tanzânia	2,90	3,20	3,95	4,40	7,00	10,00	13,00
Zâmbia	6,99	8,39	10,27	12,33	14,70	17,90	19,92

Fonte: Banco Mundial, World Development Indicators

Assinaturas de telefonia móvel celular (por 100 habitantes)

As assinaturas de telefone móvel celular são assinaturas de um serviço público de telefonia móvel que fornece acesso à PSTN usando a tecnologia celular. O indicador inclui (e é dividido em) o número de assinaturas pós-pagas e o número de contas pré-pagas ativas (ou seja, que foram usadas nos últimos três meses). O indicador se aplica a todas as assinaturas de celular que oferecem comunicações de voz. Excluem-se assinaturas por meio de cartões de dados ou modems USB, assinaturas de serviços públicos de dados móveis, rádio móvel privada com recursos partilhados, telepono, paging por rádio e serviços de telemetria.

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Moçambique	29,83	31,50	34,29	46,91	67,92	71,88	52,12
Malawi	20,55	25,29	28,87	31,91	33,00	37,37	39,68
Tanzânia	45,52	53,95	55,46	54,20	61,00	73,62	72,06
Zâmbia	39,33	57,24	71,60	68,60	64,75	71,78	72,43

Fonte: Banco Mundial, World Development Indicators

Assinaturas de banda larga fixas (com fio)

As assinaturas de banda larga fixa referem-se às assinaturas fixas para acesso de alta velocidade à Internet pública (uma conexão TCP / IP), em velocidades de recebimento iguais ou superiores a 256 kbit / s. Inclui o modem a cabo, DSL, fibra até a casa / edifício, outras assinaturas de banda fixa (com fio), banda larga via satélite e banda larga fixa terrestre sem fio. Este total é medido independentemente do método de pagamento. Excluem-se assinaturas que tenham acesso a comunicações de dados (incluindo a Internet) por meio de redes móveis-celulares. Deve-se incluir WiMAX fixo e outras tecnologias sem fio fixas. Incluem-se tanto as assinaturas residenciais como as assinaturas para organizações.

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Moçambique	0,07	0,11	0,11	0,11	0,14	0,15	0,16
Malawi	0,01	0,01	0,01	0,05	0,05	0,03	0,05
Tanzânia	0,02	0,06	0,08	0,11	0,16	0,20	3,33
Zâmbia	0,07	0,12	0,10	0,09	0,13	0,15	0,19

Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators*

3.7 ACESSO AOS SERVIÇOS FINANCEIROS

O estabelecimento e expansão de empresas sustentáveis requer acesso a recursos financeiros. As PMEs são uma parte importante das economias em desenvolvimento, pois ajudam a enfrentar os desafios de emprego e distribuição de renda.

O Banco de Moçambique, o banco central do país, é a instituição que formula e implementa a sua política monetária e cambial, além de supervisionar as instituições financeiras, dentre outras atribuições¹⁰¹. Com o objetivo de aumentar a inclusão financeira, promover a educação sobre o assunto e a defesa do consumidor financeiro, o governo de Moçambique elaborou a Estratégia Nacional de Inclusão Financeira, uma ação integrada à Estratégia para o Desenvolvimento do Setor Financeiro, aprovada em 2013 e vigente durante o período 2013 – 2022¹⁰². Essa última visa manter a estabilidade financeira, melhorar o acesso financeiro e apoiar o crescimento inclusivo, além de aumentar a oferta de capital privado de longo prazo para dar suporte ao desenvolvimento¹⁰³.

O acesso ao financiamento permanece um desafio em Moçambique. Apesar da crescente liberalização do mercado de serviços bancários moçambicano, não houve mudanças na melhora da acessibilidade e disponibilidade dos produtos bancários¹⁰⁴. A maior parte da população moçambicana não possui acesso ao crédito devido aos seus critérios de elegibilidade, que requerem garantias. Porém, como a terra não pode ser utilizada para preencher esse requisito, muitos não conseguem ter acesso ao crédito¹⁰⁵. Na realidade, crédito formal está disponível para apenas 3% da população¹⁰⁶ e cerca de 60% dos cidadãos moçambicanos se encontra à margem do sistema financeiro, 16% utiliza provedores de serviços financeiros informais e apenas 20% utiliza o sistema bancário formal¹⁰⁷. Ainda, o setor financeiro moçambicano é caracterizado pelo domínio dos bancos, que são, maioritariamente, estrangeiros. A maior parte das ações do setor financeiro são concentradas nos três maiores bancos comerciais, que controlam, juntos, mais de 65% das ações totais¹⁰⁸ e concentram 95% dos lucros do setor¹⁰⁹.

De acordo com a pesquisa do Fórum Económico Mundial, o Global Competitiveness Report sobre os fatores mais problemáticos para fazer negócios em Moçambique,

101 Banco de Moçambique. O Banco.

102 Banco de Moçambique, 2016. Estratégia Nacional de Inclusão Financeira.

103 OMC, 2017.

104 OMC, 2017.

105 Departamento de Estado dos Estados Unidos, 2018.

106 AfDB, 2018. African Economic Outlook Country Note.

107 AfDB, 2016. African Economic Outlook.

108 Banco Mundial, 2017.

109 AfDB, 2018. African Economic Outlook Country Note.

dentre os cinco principais, o acesso ao financiamento foi apontado como o mais relevante, seguido da corrupção, da burocracia governamental ineficiente, da educação insuficiente da mão-de-obra e da instabilidade das normas¹¹⁰. Esse tem sido o maior entrave para o crescimento nos negócios já que 75% das micro, pequenas e médias empresas se encontra financeiramente excluída, em especial nas áreas rurais¹¹¹.

Conforme o African Development Bank, essa situação restringe a capacidade do setor de mobilizar recursos e, assim, limita o seu desenvolvimento e o surgimento de novas instituições. Apesar da melhoria na expansão geográfica do setor, o mercado financeiro é concentrado na capital Maputo e foca em níveis superiores do mercado¹¹². Por outro lado, há esforços para mudar o cenário: a aprovação da Lei nº 06/2015, que está inserida na Estratégia Nacional de Inclusão Financeira 2016 – 2022, lançou os pilares para o estabelecimento de instituições que trabalhem com a coleta e sistematização de informações de usuários de bens e serviços por meio de crédito¹¹³.

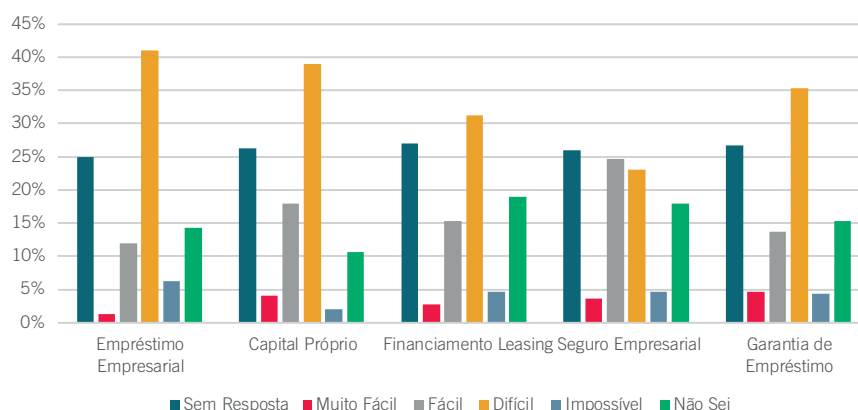
Quando questionados se as políticas do setor financeiro são conducentes ao crescimento das pequenas empresas, 28,3% dos entrevistados pela pesquisa EESE responderam que não são propícias, 21,3% respondeu que são propícias até certo ponto, 17,3% afirmou que são dificilmente conducentes, 6,3% alegou que são muito propícias e 6% disse que são conducentes. 9,3% não soube responder e 11,3% não respondeu à questão.

No quesito do acesso igualitário ao financiamento, quando questionados sobre que grupo tem menor probabilidade de ter acesso ao financiamento formal, uma média de 33% dos entrevistados respondeu que não há diferença entre os grupos (destaque para 66% em Nampula e em Maputo Cidade). Para 29,3%, os jovens têm menor probabilidade de acesso (76% em Cabo Delgado e 52% em Tete); para 7%, os homens (30% em Maputo Província); para 11,4%, mulheres e homens jovens, e; para 4,3%, as mulheres (16% em Manica). 9,3% não soube responder à pergunta e 5,7% não respondeu.

A pesquisa EESE Moçambique questionou os entrevistados sobre a possibilidade das pequenas empresas formais e informais conseguirem os diversos tipos de financiamento. Em geral, apesar da grande quantidade de perguntas sem resposta, destacam-se as altas percentagens de respostas “difícil” para as pequenas empresas formais e informais, além de um aumento nas respostas “impossível” para as pequenas empresas informais.

Em relação as pequenas empresas formais, a maioria dos entrevistados respondeu ser difícil conseguir financiamento por meio de empréstimo empresarial (41%), capital próprio (39%), financiamento *leasing* (31,3%) e garantia de empréstimo (35,3%). Quanto ao seguro empresarial, as respostas “difícil” e “fácil” dividiram opiniões: 23% dos entrevistados afirmaram ser difícil conseguir esse tipo de financiamento, enquanto 24,7% alegaram que é fácil. Uma média de 26,2% não respondeu à questão e é média 15,5% não soube responder.

Gráfico 16 - O quão fácil você acha que é para uma pequena empresa formal obter financiamento?



Fonte: Pesquisa EESE Moçambique

110 FEM, The Global Competitiveness Report 2017 – 2018.

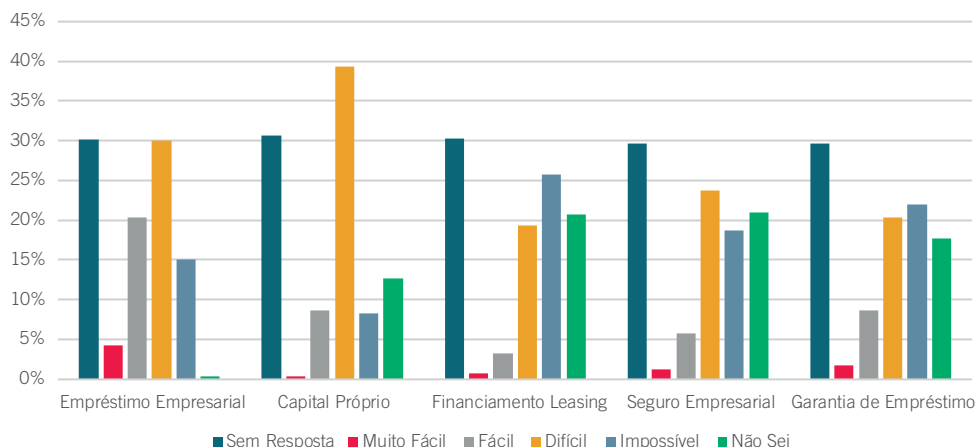
111 AfDB, 2018. African Economic Outlook Country Note.

112 AfDB, 2016. African Economic Outlook.

113 Governo de Moçambique. Sistema de informação de crédito já abrange privados.

No que se refere à facilidade das pequenas empresas informais obterem financiamento, entrevistados afirmaram ser difícil conseguir empréstimo empresarial (30%), capital próprio (39,3%), financiamento leasing (19,3%), seguro empresarial (23,7%) e garantia de empréstimo (20,3%). Ainda, aqueles que informaram ser impossível obter financiamento contabilizaram 15% para empréstimo pessoal, 25,7% para financiamento leasing, 18,7% para seguro empresarial e 22% para garantia de empréstimo. Sobre capital próprio, 8,3% informou ser impossível conseguir, ao passo que 8,7% alegou ser fácil. Uma média de 30,1% não respondeu à questão e uma média de 14,5% não soube responder.

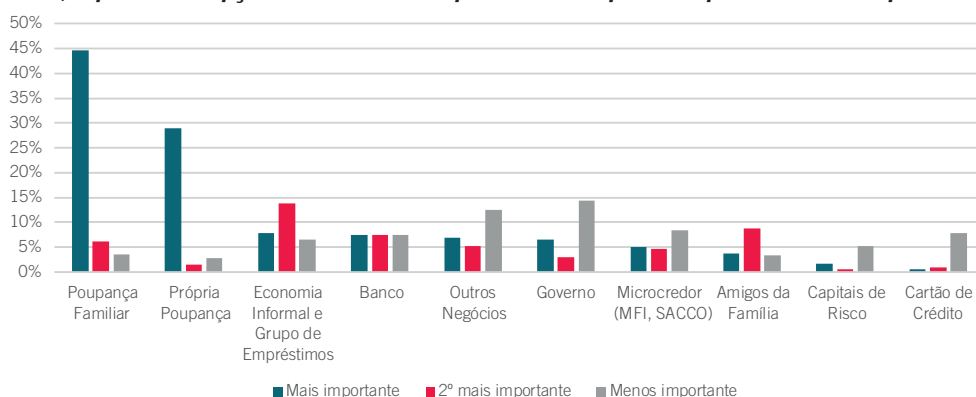
Gráfico 17 - O quão fácil você acha que é para uma pequena empresa informal obter financiamento?



Fonte: Pesquisa EESE Moçambique

Quanto aos tipos de financiamento acessíveis, quando questionados a quem recorreriam para obter financiamento para uma nova ideia de negócio, empreendimentos formais entrevistados na pesquisa EESE Moçambique alegaram que buscariam, em primeiro lugar, a poupança familiar (44,7%) e a própria poupança (29%). Em segundo lugar, buscariam a economia informal e grupos de empréstimos (13,9%) e amigos da família (8,7%). Em terceiro lugar, buscariam o governo (14,3%), outros negócios (12,5%), instituições de microcrédito (8,4%) e bancos (7,5%). Dos principais problemas identificados pelas empresas formais para aceder ao financiamento estão, em ordem de importância, os altos custos dos empréstimos; em segundo lugar, a falta de informação solicitada sobre o financiamento, e o longo período de avaliação e processamento de informações sobre o financiamento. Em específico, a garantia do empréstimo empresarial foi apontada como um grande obstáculo ao acesso ao financiamento.

Gráfico 18 – Empresa formal - Se encontrasse um empréstimo para a sua nova ideia de negócio, de quem se aproximaria para obter o financiamento de primeira, segunda e terceira, a partir das opções abaixo? (Do aspecto mais importante para o menos importante)

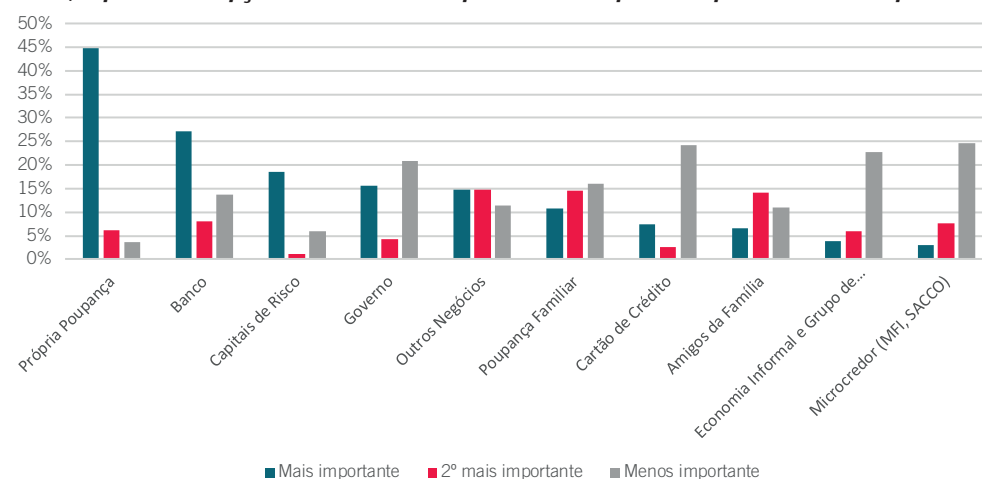


Fonte: Pesquisa EESE Moçambique

No caso das empresas informais, a fonte de financiamento primária seria a própria poupança (44,7%) ou o banco (27,2%). Em segundo lugar, buscariam outros negó-

cios (14,7%) ou a poupança das famílias (14,6%). Em terceiro lugar, buscariam uma instituição de microcrédito (24,7%) ou a economia informal ou grupo de empréstimos. Para os entrevistados do setor informal, os três maiores problemas para obter financiamento são, em ordem de importância, os altos custos dos empréstimos; a ausência ou número insuficiente de fiadores, e o longo período de avaliação e processamento dos expedientes relativos ao acesso ao financiamento.

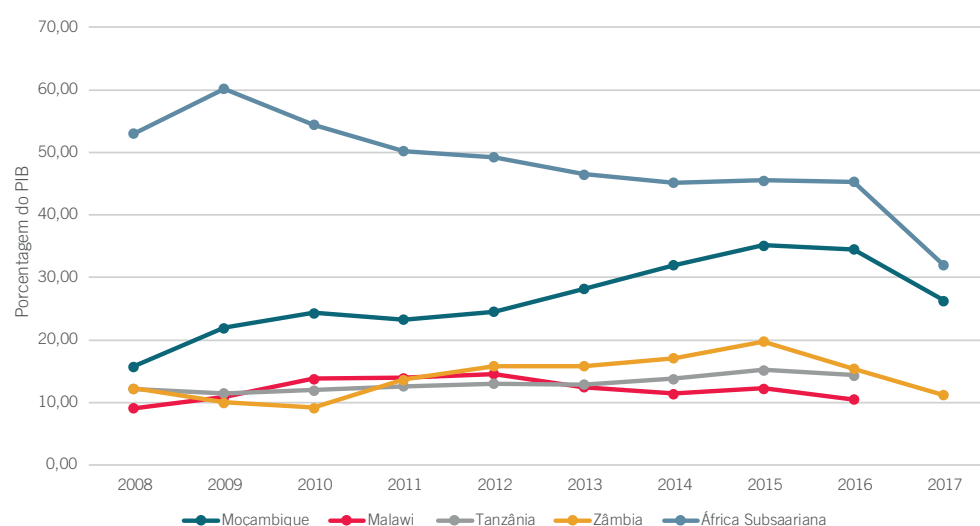
Gráfico 19 - Empres informal - Se encontrasse um empréstimo para a sua nova ideia de negócio, de quem se aproximaria para obter o financiamento de primeira, segunda e terceira, a partir das opções abaixo? (Do aspecto mais importante para o menos importante)



Fonte: Pesquisa EESE Moçambique

O indicador “Crédito Doméstico para o Setor Privado” como percentagem do PIB mostra que, após um pico de 35,11% em 2015, tendo aumentado de 24,33% em 2010, esse crédito reduziu-se para 26,31% em 2017. Ambas Tanzânia e a Zâmbia apresentaram trajetória crescente até o pico de 15,18% e 19,76% em 2015, apresentando posterior redução para 14,36% em 2016 e 11,2% em 2017, respectivamente, para cada país. Já o Malawi apresentou o menor valor, obtendo 10,47% em 2016. Os quatro países estiveram abaixo da média regional tanto em todo o período de 2010 a 2017.

Gráfico 20 - Crédito doméstico para o setor privado



Fonte: Banco Mundial - World Development Indicators

O índice de “Profundidade das Informações sobre o Crédito” mede as regras que afetam o escopo, a acessibilidade e a qualidade das informações de crédito disponíveis por meio de registros de crédito públicos ou privados. Em uma escala de 0 a 8, com valores mais altos indicando a disponibilidade de mais informações de crédito, Moçambique passou de 0 em 2013 para 4 no relatório *Doing Business* 2019. O Malawi passou de 0, no relatório 2017, para 7, no relatório 2019, ao passo que a Tanzânia passou de 0, no relatório 2016, à pontuação máxima de 8, no relatório 2019. A Zâmbia também alcançou a nota máxima de 8 no relatório 2019.

O indicador “Spread da Taxa Juros” mede a diferença entre taxa de juros e a taxa de depósito. Os dados para Moçambique mostram que a taxa tem crescido progressivamente de 2010 a 2017, passando de 6,58%, no primeiro ano, para 10,77%, no último ano. O Malawi foi o país com aumento mais expressivo, saindo de 21,02% em 2010 para 32,54% em 2016. Já Tanzânia e Zâmbia tiveram o spread da taxa de juros reduzido de 7,92%, em 2010, para 5,46%, em 2016, e de 13,52%, 2010, para 3,66%, em 2017.

Tabela 12 - Principais indicadores de Acesso aos Serviços Financeiros, países selecionados, 2010 - 2017

Crédito doméstico para o setor privado

O crédito doméstico para o setor privado refere-se aos recursos financeiros fornecidos ao setor privado, tal como por meio de empréstimos, compras de títulos não representativos de capital e créditos comerciais e outras contas a receber, que estabelecem uma reivindicação de pagamento. Para alguns países, essas reivindicações incluem crédito para empresas públicas.

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Moçambique	24,33	23,29	24,52	28,19	32,00	35,11	34,50	26,31
Malawi	13,83	13,93	14,57	12,45	11,40	12,26	10,47	
Tanzânia	11,94	12,64	13,00	12,89	13,79	15,18	14,36	
Zâmbia	9,20	13,69	15,86	15,82	17,09	19,76	15,44	11,20
África Subsaariana	54,44	50,24	49,26	46,50	45,14	45,56	45,35	32,00

Fonte: Banco Mundial - World Development Indicators

Profundidade das Informações sobre o Crédito

O índice de profundidade das informações sobre o crédito mede as regras que afetam o escopo, a acessibilidade e a qualidade das informações de crédito disponíveis por meio de registros de crédito públicos ou privados. O índice varia de 0 a 8, com valores mais altos indicando a disponibilidade de mais informações de crédito, originados de um registro público ou de uma agência privada, para facilitar as decisões de empréstimo.

	DB 2014	DB 2015	DB 2016	DB 2017	DB 2018	DB 2019
Moçambique	0	4	4	4	4	4
Malawi	0	0	0	0	7	7
Tanzânia	0	0	0	8	8	8
Zâmbia	6	7	8	8	8	8

Fonte: Banco Mundial - Doing Business project

Spread da Taxa Juros (taxa de empréstimo menos taxa de depósito, %)

O *spread* da taxa de juros (taxa de empréstimo menos a taxa de depósito) é a taxa de juros cobrada pelos bancos em empréstimos a clientes de primeira linha menos a taxa de juros paga por bancos comerciais ou similares por depósitos à ordem, depósito a prazo fixo ou poupança.

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Moçambique	6,58	6,12	5,38	6,53	6,22	6,33	10,42	10,77
Malawi	21,02	19,64	21,25	27,60	31,12	32,79	32,54	
Tanzânia	7,92	8,19	6,01	5,89	6,43	6,21	5,46	
Zâmbia	13,52	11,81	5,15	3,03	3,70	4,26	4,72	3,66
África Subsaariana	7,92	7,73	7,27	7,07	7,21	6,77	7,31	

Fonte: Banco Mundial - World Development Indicators

3.8 INFRAESTRUTURA FÍSICA

O desenvolvimento de empresas sustentáveis depende fundamentalmente da qualidade e quantidade da infraestrutura física disponível. O investimento público em infraestrutura é fundamental para reduzir os obstáculos ao crescimento. O acesso à água e energia também desempenha um papel fundamental.

No que se refere ao transporte, Moçambique é altamente dependente das suas rodovias: quase a totalidade do transporte de passageiros e cerca de metade do frete é realizado por meio delas. Contudo, a rede viária do país se encontra em condições precárias, especialmente no meio rural¹¹⁴. Na classificação da “qualidade das estradas”, Moçambique se encontrou na posição 129, de um total de 137 países¹¹⁵. É importante notar que Moçambique representa cerca de 70% do tráfego da SADC por meio dos corredores logísticos que ligam seus portos com os países vizinhos, o que representa um grande papel do país no comércio regional. Os participantes do seminário tripartido de Fevereiro 2019 salientaram também a precariedade das vias de acesso internas que dificultam grandemente o comércio. Já em relação à “qualidade das ferrovias”, o resultado é mais positivo, em que o país se classificou na posição 75¹¹⁶. Apesar dos investimentos recentes feitos pelo governo nas rodovias nacionais e das contribuições do setor privado na infraestrutura férrea e de portos, a ligação entre as cidades e as áreas rurais e o transporte urbano são limitados¹¹⁷. No transporte aéreo, vários voos de longa distância são realizados através do aeroporto de Joanesburgo, na África do Sul, o que afeta o desenvolvimento da indústria do turismo¹¹⁸. Felizmente nos últimos anos varais companhias juntaram-se a TAP e a SAA para criar ligações internacionais com alguns aeroportos de Moçambique.

A infraestrutura precária também dificulta a diversificação para além da indústria extrativa: a infraestrutura de transporte e energia tem servido essencialmente às necessidades dos megaprojetos e dos consumidores estrangeiros, em uma configuração que prioriza consumidores em larga escala e mercados de exportação em detrimento das necessidades domésticas¹¹⁹. Apesar da venda de eletricidade ser uma importante fonte de renda para o país, essa conjuntura contrasta com o fato de que apenas 14% da população possui acesso à eletricidade¹²⁰. Ainda, o setor é subdesenvolvido, tendo grandes deficiências na geração e na transmissão de energia, além das quedas de energia serem frequentes, assim como o desperdício, devido à estrutura física deficiente¹²¹.

Além de sofrerem com a infraestrutura de transporte existente, os pequenos agricultores moçambicanos também enfrentam problemas com a falta de instalações de armazenamento, o que desafia a distribuição de alimentos no país¹²². Os problemas da infraestrutura também representam um grande desafio para o crescimento e a competitividade das PME moçambicanas, que ainda são afetadas pelo capital humano não qualificado, pela insuficiência de financiamento e o alto custo da energia, especialmente em relação aos países vizinhos¹²³.

114 OMC, 2017.

115 WEF, The Global Competitiveness Report 2017 – 2018.

116 OMC, 2017.

117 Banco Mundial, 2017. Mozambique Economic Update.

118 OMC, 2017.

119 OCDE, 2013.

120 OCDE, 2013.

121 Banco Mundial, 2016.

122 OCDE, 2013.

123 OCDE, 2013.

Em referência ao acesso à água e saneamento, este representa um grande desafio para o país: em 2016, por volta de 49% da população não possuía acesso à água tratada e, em relação à falta de acesso ao saneamento básico, a percentagem chegou a 79% da população, sendo 90% na zona rural e 58% na região urbana¹²⁴. O pouco acesso à água tratada, saneamento e higiene acarreta custos com saúde, com a produtividade e custos indiretos decorrentes dos efeitos negativos do baixo desenvolvimento cognitivo. O saneamento ruim, por exemplo, custa ao país aproximadamente US\$ 124 milhões ao ano¹²⁵. Tendo em vista a indústria do turismo em Moçambique, por exemplo, esta depende da boa qualidade da infraestrutura rodoviária, de água tratada e de saneamento para o seu desenvolvimento e atratividade¹²⁶. Participantes do seminário técnico realizado em 29 de novembro de 2018 concordaram que a infraestrutura do país precisa melhorar e destacaram que é preciso melhor definir as prioridades de infraestrutura, questionando, assim, o nível de prioridade dado à construção da ponte entre Maputo e Katembe.

Sobre a percentagem da população com acesso aos serviços básicos de água potável, apesar do progressivo aumento ao longo dos anos, Moçambique está atrás dos outros três países na comparação, com 47,26% em 2015. Nesse mesmo ano, a Tanzânia alcançou 50,15%, a Zâmbia, 61,23%, e o Malawi, 67,20%. Todos se encontraram bem abaixo da média mundial de acesso aos serviços básicos de água potável e Moçambique e Tanzânia estavam abaixo da média da África Subsaariana de 57,55% em 2015.

Entrevistados da pesquisa EESE responderam à questão sobre a qualidade da infraestrutura de Moçambique no ponto de vista das operações de uma empresa. Sobre as estradas e pontes do país, 27,7% avaliaram que têm qualidade satisfatória, 26% avaliaram como muito fracas, 24,7% informaram que são fracas e 18% alegaram que são boas. A maioria avaliou as instalações do aeroporto como boas (34%) e satisfatórias (22,3%). 26,7% avaliaram as ferrovias como satisfatórias e 21,3% informaram que são boas. Para 37,7%, o fornecimento de eletricidade é satisfatório, para 25,3%, é fraco e, para 21%, é bom. Sobre a infraestrutura de água e esgoto, a maioria (34,7%) avaliou como fraca, seguido de avaliação satisfatória (32,3%) e muito fraca (22%). A maioria (43,7%) acredita que a infraestrutura de telecomunicações é boa e satisfatória (31%). Em relação aos portos, 23,7% acreditam que possuem qualidade satisfatória, boa (21,3%) e muito fraca (15,3%).

Tabela 13 - Infraestrutura física

Tipo de Infraestrutura	Como avalia a qualidade da infraestrutura em Moçambique (do ponto de vista de permitir que as empresas operem de forma eficaz e eficiente)?							Total
	Sem Resposta	Muito Bom	Bom	Satisfatório	Fraco	Muito Fraco	Não Sei	
Estradas e Pontes	1,7%	1,7%	18,0%	27,7%	24,7%	26,0%	0,3%	100%
Instalações do Aeroporto	11,6%	2,0%	34,0%	22,3%	11,7%	7,3%	11,0%	100%
Ferrovias	9,7%	0,7%	21,3%	26,7%	15,7%	8,0%	18,0%	100%
Fornecimento de Eletricidade	0,0%	1,3%	21,0%	37,7%	25,3%	12,7%	2,0%	100%
Água e Esgoto	0,0%	0,7%	8,7%	32,3%	34,7%	22,0%	1,7%	100%
Telecomunicações	4,0%	5,3%	43,7%	31,0%	9,0%	6,7%	0,3%	100%
Portos	16,3%	0,3%	21,3%	23,7%	10,0%	13,0%	15,3%	100%
Total	6,18%	1,71%	24,00%	28,77%	18,72%	13,67%	6,95%	100%

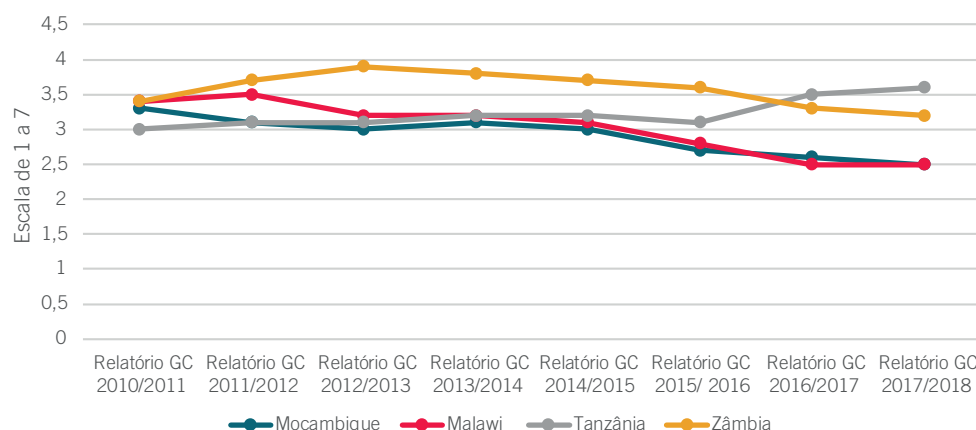
Fonte: Pesquisa EESE Moçambique

124 UNICEF Moçambique, 2016. Relatório Anual.

125 Banco Mundial, 2016.

126 OCDE, 2013.

Gráfico 21 - Índice de Qualidade Geral da Infraestrutura



Fonte: Fórum Económico Mundial - The Global Competitiveness Report

A “Qualidade do Índice Geral de Infraestrutura” tenta avaliar se a infraestrutura de um país é subdesenvolvida ou extensa e eficiente, em uma escala de 1 a 7, com valores mais altos indicando melhor desempenho. O índice de Moçambique se deteriorou, passando de 3,1 em 2013 para 2,5 em 2017. Com desempenho similar, o índice do Malawi reduziu de 3,2, em 2013, para 2,5, em 2017, e o da Zâmbia diminuiu de 3,8 para 3,2 nos mesmos anos. Apenas os dados para a Tanzânia apontaram melhora progressiva, que passou de 3,2 em 2013 para 3,6 em 2017.

O “Índice de Qualidade da Infraestrutura Portuária” busca avaliar se as instalações portuárias são desenvolvidas ou não, utilizando uma escala de 1 a 7, com valores mais altos indicando melhor desempenho. O índice para Moçambique aumentou de 3,5, em 2010, para o pico de 3,7, em 2014, mas finalizou 2017 com 3,6. Os valores para o Malawi e Zâmbia reduziram em 2017 em relação à 2010, passando de 3,6 para 2,1, no caso do primeiro país, e de 3,6 para 2,3, no caso do segundo. Já a Tanzânia apresentou maior progresso, tendo melhorado de 3,0, em 2010, para 3,4, em 2017.

O consumo de energia elétrica mede a produção de usinas de energia e de termoelétricas combinadas, subtraídas as perdas de transmissão, distribuição e transformação, e o próprio uso das usinas de energia e termoelétricas. O consumo de energia em Moçambique em 2014 esteve em patamar similar à média da África Subsaariana, com 462,62 kWh per capita e 482,87 kWh per capita, respectivamente. A Tanzânia foi o país com menor consumo de energia per capita, contabilizando 99,17 kWh no mesmo ano, ao passo que a Zâmbia obteve o maior consumo entre os países da comparação, obtendo 707,19 em 2014. Todos estiveram bem abaixo da média mundial para aquele ano, de 3127,36 kWh per capita. Não há dados para o Malawi.

Tabela 14 - Principais indicadores de Estrutura Física, países selecionados, 2008 - 2018

Serviços Básicos de Água Potável (% da população com acesso)

A percentagem de pessoas que usam pelo menos serviços básicos de água. Este indicador engloba tanto as pessoas que usam serviços hídricos básicos quanto aquelas que usam serviços hídricos gerenciados com segurança. Serviços básicos de água potável são definidos como o consumo de água de uma fonte melhorada, desde que o tempo de coleta não seja superior a 30 minutos para uma viagem de ida e volta. As fontes de água melhoradas incluem água canalizada, poços ou poços tubulares, poços cavados protegidos, nascentes protegidas e água embalada ou fornecida.

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Moçambique	35,31	37,00	38,70	40,40	42,11	43,82	45,54	47,26
Malawi	59,93	60,97	62,00	63,04	64,08	65,12	66,16	67,20
Tanzânia	41,40	42,65	43,91	45,16	46,41	47,66	48,90	50,15
Zâmbia	55,42	56,27	57,11	57,94	58,77	59,59	60,41	61,23
África Subsaariana	51,37	52,28	53,18	53,95	54,86	55,76	56,66	57,55
Mundo	85,35	85,85	86,34	86,74	87,19	87,62	88,05	88,46

Fonte: Banco Mundial - World Development Indicators

Índice de Qualidade Geral da Infraestrutura

Dados da pesquisa: “A infraestrutura geral em seu país é: 1 = subdesenvolvida, 7 = tão extensa e eficiente quanto a melhor do mundo”.

	Relatório GC 2013/2014	Relatório GC 2014/2015	Relatório GC 2015/2016	Relatório GC 2016/2017	Relatório GC 2017/2018
Moçambique	3,1	3	2,7	2,6	2,5
Malawi	3,2	3,1	2,8	2,5	2,5
Tanzânia	3,2	3,2	3,1	3,5	3,6
Zâmbia	3,8	3,7	3,6	3,3	3,2

Fonte: Fórum Económico Mundial - The Global Competitiveness Report

Índice de Qualidade da Infraestrutura Portuária

Dados da pesquisa: “As instalações portuárias e as vias navegáveis interiores do seu país são: 1 = subdesenvolvidas, 7 = tão desenvolvidas quanto as melhores do mundo. Para países sem litoral, mede-se a facilidade de acesso às instalações portuárias e às vias navegáveis interiores”.

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Moçambique	3,5	3,4	3,4	3,5	3,7	3,6	3,6	3,6
Malawi	3,6	3,6	3,7	3,3	2,6	2,2	2,2	2,1
Tanzânia	3,0	3,3	3,3	3,2	3,3	3,4	3,4	3,4
Zâmbia	3,6	4,0	4,1	3,5	2,7	2,2	2,2	2,3

Fonte: Fórum Económico Mundial - The Global Competitiveness Report

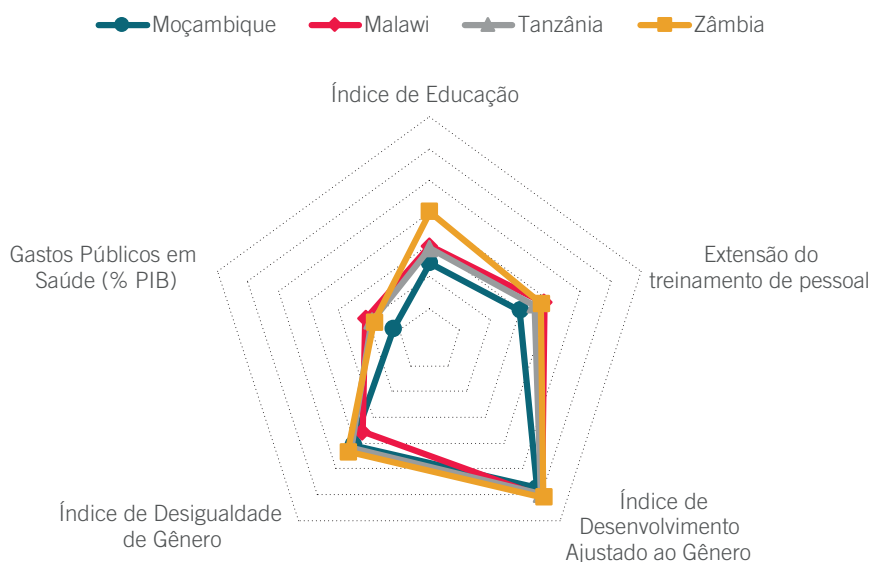
Consumo de Energia Elétrica (kWh per capita)

O consumo de energia elétrica mede a produção de usinas de energia e de termoeletricas combinadas, subtraídas as perdas de transmissão, distribuição e transformação, e o próprio uso das usinas de energia e termoeletricas.

	2010	2011	2012	2013	2014
Moçambique	440,40	440,68	445,39	436,14	462,62
Tanzânia	92,95	83,85	93,76	95,98	99,17
Zâmbia	580,14	621,04	721,50	735,88	707,19
África Subsaariana	502,49	506,48	493,71	488,52	482,87
Mundo	2954,76	3019,62	3046,33	3105,95	3127,36

Fonte: Banco Mundial - World Development Indicators

4. ELEMENTOS SOCIAIS



Observação: os valores para os indicadores individuais foram harmonizados para melhor apresentação, e formatados de forma que quanto mais longe do centro for um ponto de dado, melhor será o desempenho do país nesse aspecto¹²⁷. Os valores originais dos indicadores estão incluídos nos capítulos.

- O governo reconhece a necessidade de melhorar o ambiente de negócios e tem criado iniciativas nesse sentido, como o estabelecimento do IPEME e da EMAN.
- Dentre dos diversos desafios enfrentados pela PMEs estão os relacionados à tributação, qualificação da mão-de-obra, infraestrutura, acesso aos serviços financeiros, acesso aos mercados, burocracia excessiva e capacidades institucionais insuficientes.
- O baixo nível educacional da população é preocupante, com baixa taxa de alfabetização, falta de infraestrutura e de professores qualificados e alta taxa de abandono escolar.
- Classificado em 180º dos 188 países e territórios dos indicadores de desenvolvimento humano do PNUD, Moçambique permanece um dos países mais pobres do mundo.
- A pobreza no país tem forte componente de gênero: as mulheres possuem menos acesso à terra, menor taxa de alfabetização, menor probabilidade de ter um trabalho formal e, assim, têm pior acesso aos serviços financeiros, e recebem salários menores que os homens.
- Além da pobreza, o país demonstra baixa classificação do desenvolvimento humano, medidas de desigualdade e expectativa de vida média.
- Com Moçambique sendo altamente vulnerável às mudanças climáticas, sofreu com eventos climáticos extremos como ciclones, que mais afetaram as populações pobres, e as PMEs.
- A alta incidência de HIV/SIDA e de insegurança alimentar no país é alarmante.
- O governo de Moçambique tem realizado reformas no sistema de proteção social para aumentar o seu alcance: estima-se que 7% da população tenha acesso à proteção social no país.

¹²⁷ Utilizou-se a fórmula “x-mín/máx-mín” para a harmonização de indicadores com escala. Para indicadores sem escala, estes foram harmonizados em uma escala de 1 a 7.

4.1 CULTURA EMPRESARIAL

O reconhecimento geral do papel fundamental das empresas no desenvolvimento é um elemento fundamental para um ambiente de negócios favorável. O forte apoio público e privado ao empreendedorismo, inovação empresarial e instituições que apoiam e promovem o empreendedorismo são outros determinantes importantes de um ambiente favorável para empreendimentos sustentáveis.

O governo de Moçambique estabeleceu, em 2007, a Estratégia de Desenvolvimento das MPMEs 2007-2012, sendo essa a primeira iniciativa na área. Para a implementação da Estratégia, o governo constituiu o Instituto para a Promoção das Pequenas e Médias Empresas (IPEME), que buscou abordar os principais constrangimentos ao ambiente de negócios das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), a saber: barreiras regulatórias, falta de acesso ao financiamento, baixa qualificação da força de trabalho, carga fiscal e custo dos procedimentos elevados, baixo acesso aos mercados, falta de conexões horizontais e verticais entre empresas e falta de espírito empreendedor¹²⁸. Nesse sentido, o IPEME atua no compartilhamento de informações empresariais, inclusive sobre soluções financeiras; na prestação de consultoria, capacitação, no apoio à criação de novas empresas e na disseminação do empreendedorismo¹²⁹.

Adicionalmente, no esforço de melhorar o ambiente de negócios, especialmente para o empresário nacional, o governo criou a Estratégia para a Melhoria do Ambiente de Negócios (EMAN), com edições de 2008 – 2012 (EMAN I) e 2013 – 2017 (EMAN II). Além do foco no empresário nacional, o EMAN II focalizou na consagração do e-BAÚ – uma plataforma informatizada integrada e banco de dados utilizado para concentrar a prestação dos serviços –, e em uma nova forma das PMEs obterem financiamento através da bolsa de valores¹³⁰. Como mencionado anteriormente o Governo em parceria com o sector privado e com o apoio da GIZ esta’ a finalizar o “Instrumento do Governo: Ambiente de Negocio-Nova Perspectiva (ANNP)” para continuar o trabalho na melhoria do ambiente de negócio em Moçambique.

Apesar das iniciativas, as PMEs ainda enfrentam diversos obstáculos. De acordo com a publicação “Pequenas e médias empresas em Moçambique: situação e desafios”, estes estão vinculados especialmente à tributação, qualificação da mão-de-obra, infraestrutura, acesso aos serviços financeiros e acesso aos mercados¹³¹. Em relação à tributação, por exemplo, apesar da introdução do Imposto Simplificado Para os Pequenos Contribuintes (ISPC), esse incentivo teve poucos resultados porque cerca de 86% das empresas atuam na informalidade, estando, assim, fora do sistema. O baixo nível educacional da população reflete diretamente na sua qualificação assim como na sua aptidão para capacitação empresarial¹³².

Ademais, o desenvolvimento do setor privado também é afetado pelo sistema altamente burocrático, envolvendo regulações onerosas, diversos procedimentos demorados, além das capacidades institucionais insuficientes. Esse grupo de fatores aumenta os custos administrativos, desestimula o empreendedorismo e aumenta as oportunidades para a corrupção¹³³.

De acordo com o ultimo Censo de Empresas 2014 – 2015, 92,7% das empresas totais em Moçambique são pequenas¹³⁴, é importante ressaltar a estimativa de que entre 68% e 95% da força de trabalho moçambicana se encontra na economia informal¹³⁵. Mulheres representam cerca de 60% dos trabalhadores informais, em parte porque possuem menores níveis educacionais e qualificações, além de assumirem as responsabilidades não remuneradas domésticas e com os dependentes, o que contribui para o fato de que os homens possuem maior possibilidade de saírem do ramo da agricultura para empregos de renda mais alta¹³⁶. Essa situação, conseqüentemente, estimula a desigualdade de género no país e dificulta o crescimento inclusivo.

128 GIZ, 2016.

129 SEBRAE.

130 Governo de Moçambique. Estratégia para a Melhoria do Ambiente de Negócios em Moçambique.

131 GIZ, 2016.

132 GIZ, 2016.

133 Banco Mundial, 2016.

134 INE, 2017. Empresas em Moçambique: Resultados Do Segundo Censo Nacional (2014 – 2015).

135 ODI; DFID, 2017.

136 Banco Mundial, 2016.

O precário ambiente de negócios em Moçambique prejudica a possibilidade de obter competitividade fora do setor extrativo, dificultando a revitalização de áreas como a agricultura e o turismo. Muitos setores são dominados por poucas grandes empresas e a falta de médias empresas representa a dificuldade das pequenas empresas em crescer e aumentar a sua competitividade¹³⁷.

Dados secundários sobre o grau de cultura empreendedora no país são escassos, assim como indicadores nessa área são difíceis de serem identificados. Informações sobre o indicador “densidade de novas empresas”, que indica o número de empresas de responsabilidade limitada recém-registradas por 1000 pessoas em idade ativa (15 a 64 anos) em um determinado ano, estão disponíveis apenas para o Malawi e a Zâmbia, sem dados para Moçambique e Tanzânia.

O Índice de Início de uma Empresa registra todos os procedimentos que são oficialmente exigidos para um empreendedor iniciar e operar formalmente um negócio industrial ou comercial, incluindo a obtenção de todas as licenças e autorizações necessárias e a conclusão de todas as notificações, verificações ou inscrições necessárias para a empresa e os funcionários com autoridades relevantes. O índice classifica as economias de 1 a 190, em que o primeiro lugar é a melhor posição. Observa-se que Moçambique piorou na classificação entre 2010 e 2017, passando de 65º lugar no primeiro ano para 137º no último, sendo 19 dias necessários para abrir uma empresa. Essa mesma tendência foi observada nos outros países da comparação. A Zâmbia obteve o melhor resultado entre eles, ficando em 101º lugar em 2017, sendo preciso 8,5 dias para abrir uma empresa; o Malawi se classificou em 152º, com 37 dias necessários para a empresa iniciar as operações, e a Tanzânia se classificou em 162º no mesmo ano, com 28 dias (a tabela correspondente ao índice encontra-se ao fim da seção 3.3).

4.2 EDUCAÇÃO, CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO CONTÍNUA

Expandir as capacidades das pessoas por meio de educação de alta qualidade, capacitação e aprendizagem ao longo da vida e cultivar uma força de trabalho qualificada são elementos importantes para garantir altos níveis de produtividade para as empresas e a força de trabalho. Investimentos em infraestrutura física, bem como desenvolvimentos em outros setores econômicos, exigem uma força de trabalho educada e qualificada para que possa gerar altos retornos.

Após a independência do país, os moçambicanos estabeleceram o Sistema Nacional de Educação (SNE) em 1983. O sistema educacional é composto por três níveis, o pré-escolar, o escolar e o extraescolar. O primeiro é oferecido por instituições do Ministério do Género, Criança e Ação Social (MGCAS), ONGs, organizações comunitárias e instituições privadas e é oferecida para crianças de 2 a 5 anos¹³⁸. Ela é facultativa e inacessível para a maior parte da população moçambicana¹³⁹. O escolar é composto pelo ensino geral, técnico-profissional e superior. O ensino geral subdivide-se em ensino primário e secundário, sendo o primeiro obrigatório. Este é gratuito, direcionado às crianças com 6 anos de idade, tem duração de sete anos letivos e é ministrado em português. Após esse período, estudantes têm a opção de ingressar na educação secundária ou técnica, que não são gratuitas¹⁴⁰. Moçambique possui 49 instituições de ensino superior, sendo 18 públicas – dentre elas, 4 universidades públicas – e 31 instituições privadas¹⁴¹. Por fim, o ensino extraescolar compreende alfabetização de adultos, educação não formal e formação de professores¹⁴².

De acordo com os dados preliminares do Censo cerca de 45% da população moçambicana é composta por crianças entre 0 e 14 anos e aproximadamente 21,5% da população é formada por jovens de 15 a 24 anos. Porém, apesar de ter uma população predominantemente jovem, o seu nível educacional é alarmante. Na geração nascida nos anos 1980, por exemplo, a média de anos de estudo é de 3.8 anos. A questão persiste, apesar do recente aumento do investimento governamental na área, em que recursos destinados à educação alcançaram uma média de 6,8% do PIB anual a partir de 2011. No entanto, essa tendência mudou em 2017, com a redução de 10%,

137 Banco Mundial, 2016.

138 Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano.

139 SACMEQ.

140 Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano.

141 Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Ensino Profissional.

142 Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano.

em termos reais, no orçamento para as áreas de educação e saúde¹⁴³. Para além do orçamento, o problema também é perpetuado pela má qualificação dos professores: quando não estão ausentes da sala de aula, o que ocorre em 56% do tempo, eles não possuem conhecimento suficiente ou capacitação adequada para ensinar¹⁴⁴. De acordo com pesquisa do Banco Mundial, 65% dos professores em Moçambique conseguem resolver uma subtração de dois dígitos¹⁴⁵.

Além disso, muitas crianças e adolescentes abandonam a escola, e as meninas em especial por motivos de gravidez e casamento precoce: Moçambique se encontra entre os cinco países com maior incidência de gravidez na adolescência no mundo¹⁴⁶. Além da gravidez e do casamento precoce, a distância de casa para a escola, sua falta de infraestrutura, salas de aula superlotadas, a carência na quantidade e na qualificação dos professores¹⁴⁷ e a necessidade de ajudar a família com afazeres domésticos e com o sustento¹⁴⁸ por causa de papéis de género rígidos, são causas importantes do abandono escolar. De acordo com dados da UNICEF, em 2016, havia 1,2 milhão de crianças fora da escola¹⁴⁹. Essa situação se reflete na taxa de alfabetização do país, que é de apenas 58,8%, e que possui uma grande diferença entre os géneros: estima-se que 73,3% dos homens sejam alfabetizados, enquanto apenas 45,4% das mulheres o são¹⁵⁰. Em referência ao ensino superior para a população moçambicana, compreende-se que pouco mais de 5 pessoas em um universo de 1000 tinham a possibilidade de acessá-lo em 2012¹⁵¹. Além do mencionado baixo acesso da população ao ensino secundário e ao ensino técnico, aqueles que conseguem entrar ainda enfrentam outra questão: o ensino secundário e o técnico são considerados desconectados das necessidades do mercado de trabalho, pois, além de poderem ser longos e caros, podem estar pouco ligados às realidades práticas¹⁵². Desta forma, obstrui as chances de estudos se traduzirem em um trabalho ou empreendimento.

A baixa escolaridade da população leva a uma grande falta de mão-de-obra qualificada para empregos mais estáveis e para oportunidades de trabalho e de empreendedorismo advindas do investimento estrangeiro. Dessa forma, muitas empresas empregam funcionários estrangeiros em Moçambique, um número que é limitado pela cota da relação entre o número de trabalhadores estrangeiros e de trabalhadores nativos estabelecida pelo governo¹⁵³. Nesse sentido, o governo adotou em 2016 uma regulação trabalhista que fortaleceu a exigência de que empresas com funcionários estrangeiros criem programas de treinamento para que cidadãos moçambicanos venham a substituí-los¹⁵⁴.

Na pesquisa EESE Moçambique, quando questionados se os trabalhadores possuem as competências exigidas pelas empresas, a grande maioria dos entrevistados (75,3%) destacou a falta de habilidades necessárias. 43% (com destaque para 68% em Tete e 52% em Manica) respondeu que existem deficits significativos de habilidades, 32,3% afirmou que há pequenos deficits de habilidades (destaque para 64% em Maputo província e 50% em Maputo Cidade), 8,7% afirmou que os trabalhadores geralmente não possuem as competências (destaque para 32% em Nampula) e 8,3% afirmou que geralmente as possuem. 6% dos entrevistados não soube responder e 1,7% não respondeu à pergunta.

143 Banco Mundial, 2017.

144 Banco Mundial, 2017.

145 Banco Mundial, 2017.

146 Banco Mundial, 2017.

147 UNICEF Moçambique. Current situation.

148 UNICEF Moçambique, 2016. Relatório Anual.

149 UNICEF Moçambique, 2016. Relatório Anual.

150 Departamento de Estado dos Estados Unidos, 2018.

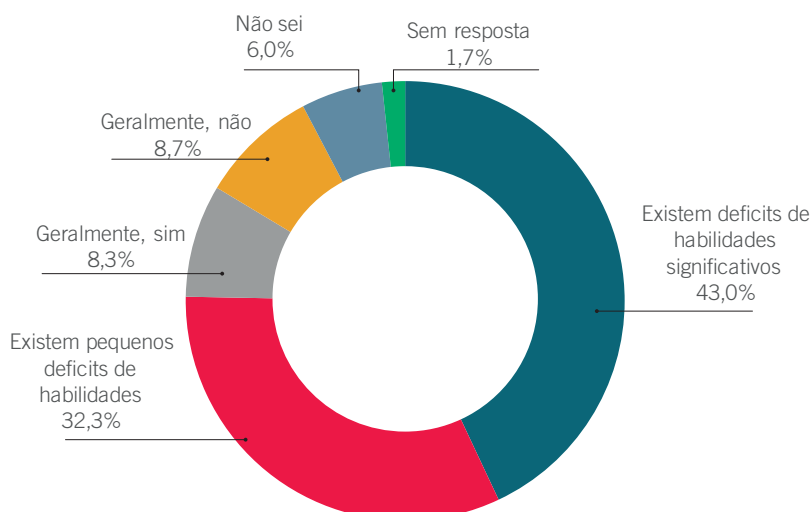
151 MINED, 2014. Dados Estatísticos sobre o Ensino Superior em Moçambique 2012.

152 OIT, 2015. Structural Change, employment and education in Mozambique.

153 Departamento de Estado dos Estados Unidos, 2018.

154 Departamento de Estado dos Estados Unidos, 2018.

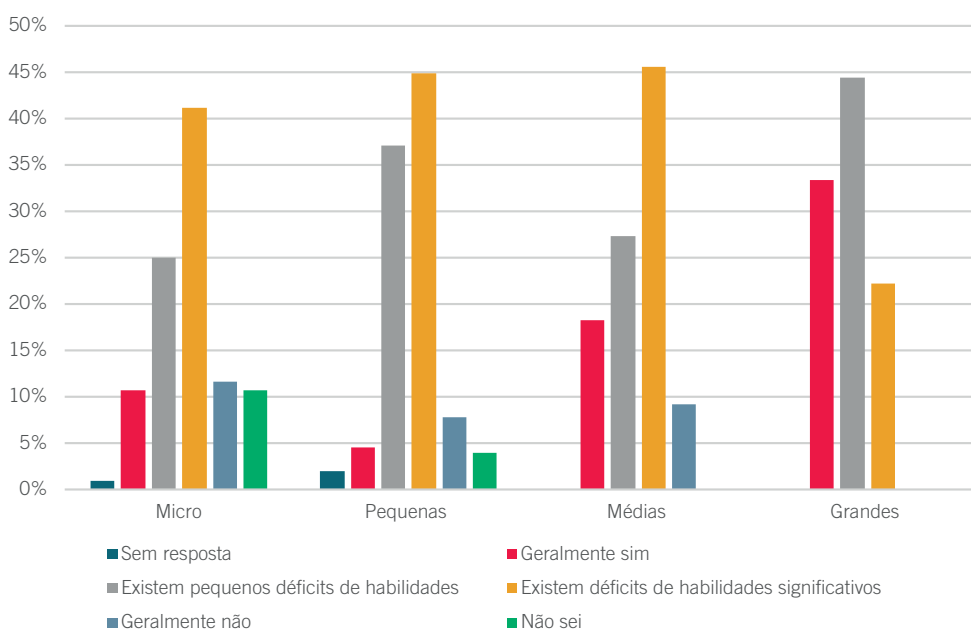
Gráfico 22 – Disponibilidade de mão de obra qualificada – pelo tipo de resposta dos entrevistados - “Os trabalhadores têm as competências exigidas pelas empresas?”



Fonte: Pesquisa EESE Moçambique

Em termos do tamanho das empresas, uma média de 43,8% das micro, pequenas e médias empresas afirmaram que existem déficits de habilidades significativos, enquanto apenas 22,2% das grandes empresas afirmam o mesmo. A resposta “existem pequenos déficits de habilidades” foi mais presente entre as grandes empresas (44,4%), seguidas das pequenas empresas (37%), médias (35%) e, por fim, das micro (25%). 33% das grandes empresas afirmaram que os trabalhadores possuem as competências exigidas, ao passo que essa é resposta de apenas 18,2 % das médias, 4,5% das pequenas e 10,7% das microempresas. Por outro lado, as microempresas são as que estão menos satisfeitas com as competências dos trabalhadores, em que 11,6% delas respondeu que eles geralmente não possuem as habilidades exigidas, enquanto 7,8% e 9,1% das pequenas e médias empresas, respectivamente, deram essa resposta e nenhuma das grandes empresas afirmou que os trabalhadores geralmente não possuem as competências necessárias.

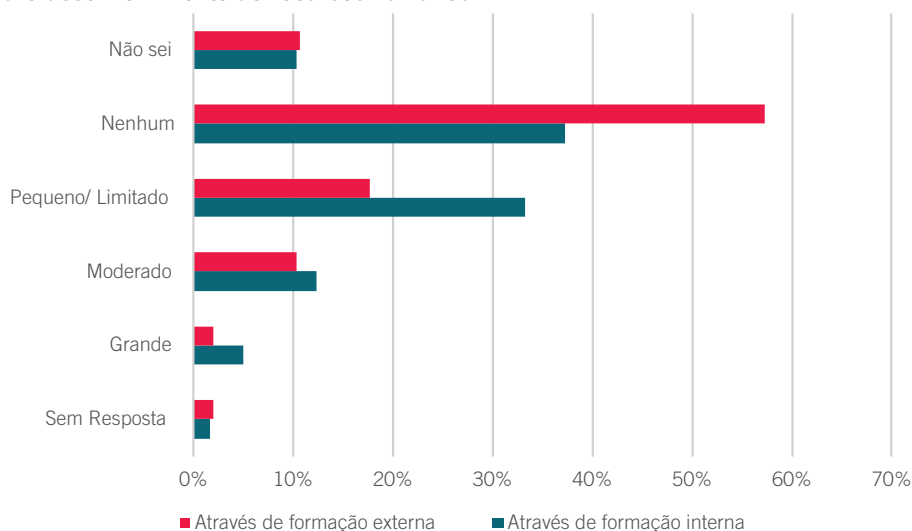
Gráfico 23- Disponibilidade da mão-de-obra qualificada - por tipo de empresa - “De um modo geral, acha que os trabalhadores têm as competências exigidas pelas empresas em Moçambique?”



Fonte: Pesquisa EESE Moçambique

Quando solicitada a opinião dos entrevistados sobre qual o nível de investimento das empresas em formação interna e externa para o desenvolvimento dos recursos humanos, a maioria das respostas, tanto em relação à formação interna (37,3%) como externa (57,3%), é de que não há investimento. Para 33,3% dos entrevistados há um investimento pequeno/limitado em formação interna; para 12,3% há um investimento moderado e para 5%, há um grande investimento nessa formação. Já em relação à formação externa, há investimento pequeno/limitado para 17,7% dos entrevistados; investimento moderado para 10,3% e; grande investimento para 2%. Para as duas formações, uma média de 10,5% dos entrevistados não soube responder e uma média de 1,9% deles não respondeu à questão.

Gráfico 24 - Contribuição das empresas no desenvolvimento de recursos humanos - “Na sua opinião, qual é o nível de investimento que as empresas em Moçambique contribuem para o desenvolvimento de recursos humanos?”



Fonte: Pesquisa EESE Moçambique

A pesquisa EESE Moçambique perguntou aos entrevistados até que ponto eles achavam que o ensino terciário e profissional do país atendia às necessidades da comunidade empresarial. 53% deles respondeu que satisfaz algumas necessidades, 18,7% afirmou que não atende às necessidades (com destaque para Cabo Delgado e Nampula, com 30% e 28%, respectivamente), 15,3% afirmou que atende à maioria das necessidades (destaca-se Maputo Cidade, com 40%) e 2,7% disse que atende a todas às necessidades (com destaque para 12% em Manica). 8,7% não soube responder e 1,7% não respondeu à questão.

Entrevistados também foram questionados sobre o quanto o fato de muitos moçambicanos talentosos viverem no exterior afeta os negócios no país. Para 37% dos entrevistados, o fato afeta os negócios do país muito negativamente (com destaque para 60% em Manica, 54% em Tete e 50% em Maputo Cidade). 26,7% respondeu que tem opinião neutra (com destaque para 62% em Cabo Delgado) e 13% disse que afeta um pouco negativamente. 17,7% não soube responder à pergunta (destaque para 50% em Nampula) e 4,7% não respondeu. 37,8% dos homens e 34,9% das mulheres entrevistadas responderam que a fuga de cérebros afeta os negócios no país muito negativamente, 26,7% dos homens e 27,7% das mulheres responderam com neutralidade, 11,5% dos homens e 16,9% das mulheres disseram que afeta um pouco negativamente e 0,9% dos homens e nenhuma mulher respondeu que afeta positivamente. 17,5% dos homens e 18,1% das mulheres não soube responder à pergunta e 5,5% dos homens e 2,4% das mulheres não respondeu.

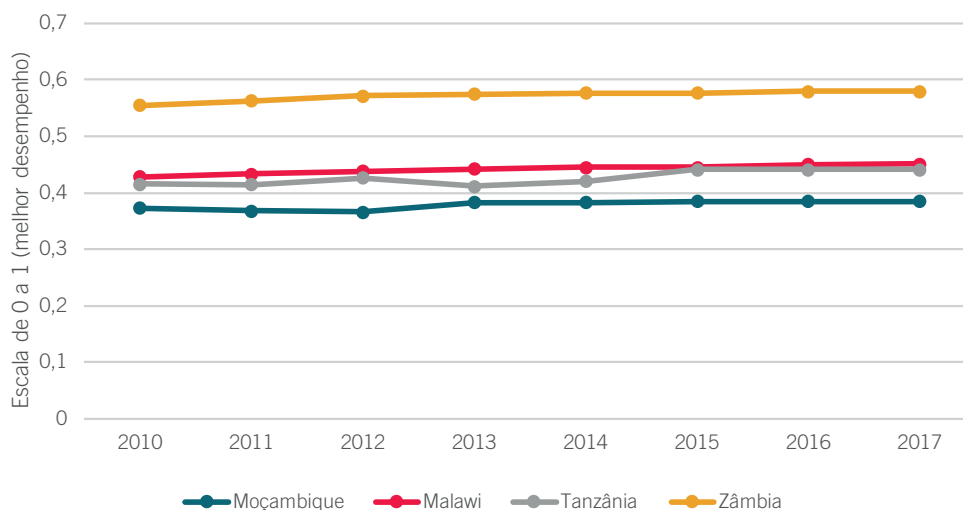
Os dados sobre os “Gastos públicos em educação” demonstram que Moçambique aumentou os gastos no setor entre 2012 e 2013, passando de 6,08% do PIB para 6,48%. O Malawi registrou 5,42% em 2013 e 5,61% em 2015, incrementando o investimento de 3,54% registrado em 2010, mas terminou a trajetória com redução para 4,75% em 2016. A Tanzânia gastou 4,04% em 2009, aumentou para 4,62% em 2010, mas reduziu seus gastos em educação para 3,48% do PIB em 2014. Não há dados disponíveis para a Zâmbia.

Os dados sobre “Taxa de Alfabetização de Jovens” para Moçambique estão disponíveis apenas para os anos de 2009, que apresentou uma taxa de 67,15% de pessoas

alfabetizadas com idades entre 15 e 24 anos. O Malawi se manteve praticamente estável em 2010 e 2015, com taxa de 72,94% no último ano. A Tanzânia apresentou progresso no mesmo período, passando de 74,56% para 85,76%. A Zâmbia, por fim, apenas possui dados para o ano de 2010, quando computou 88,71% da população alfabetizada com idade entre 15 e 24 anos, a maior taxa entre os quatro países.

O “Índice de Educação” mede o nível de escolaridade com base na taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada de matrícula no ensino primário, secundário e terciário em uma escala de 0 a 1, com valores mais altos indicando melhor desempenho. No período 2010-2017, Moçambique registrou leve melhora de 0,37 a 0,39. Malawi, Tanzânia e Zâmbia também melhoraram nesse indicador no mesmo período, apresentando pontuações superiores à de Moçambique, a saber, 0,45, 0,44 e 0,58 em 2017, respectivamente.

Gráfico 25 - Índice de Educação



Fonte: PNUD – Relatórios de Desenvolvimento Humano

A “Extensão do Treinamento de Pessoal” indica se as empresas de um país investem pouco ou muito em treinamento e desenvolvimento de funcionários para atrair, treinar e reter funcionários, utilizando uma escala de 1 a 7, com valores mais altos indicando mais investimentos. Em 2017, Moçambique registrou uma classificação de 3,0, tendo decrescido de 3,40 em 2014 e 3,2 em 2012. A Tanzânia apresentou trajetória similar, de decrescimento em 2017 em relação a 2012, contabilizando 3,5 e 3,8, respectivamente. Malawi e Zâmbia, por outro lado, apresentaram aumento na pontuação, registrando 3,8 e 3,7 em 2017.

Tabela 15 - Principais indicadores de educação, capacitação e formação contínua, países selecionados, 2008 - 2018

Gastos Públicos em Educação

O gasto da administração pública em educação (corrente, capital e transferências) é expresso como percentagem do PIB. Inclui despesas financiadas por transferências de fontes internacionais para o governo. A administração pública geralmente se refere aos governos local, regional e central.

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Moçambique				6,08	6,48			
Malawi		3,54	4,15		5,42	4,84	5,61	4,75
Tanzânia	4,04	4,62				3,48		
Zâmbia								

Fonte: Banco Mundial - World Development Indicators

Índice de Educação

Mede o aproveitamento escolar. O Índice de Educação é medido pela taxa de alfabetização de adultos e pelas taxas brutas combinadas de matrícula no ensino primário, secundário e terciário. A taxa de alfabetização de adultos fornece uma indicação da capacidade de ler e escrever, enquanto a taxa bruta de matrícula fornece uma indicação do nível de educação desde o jardim de infância até a educação da pós-graduação. É uma média ponderada do índice de alfabetização de adultos (com ponderação de dois terços) e a taxa bruta de matrículas no ensino primário, secundário e terciário combinado (índice de matrícula bruta [0, 100]) (com um terço da ponderação).

Utiliza escala de 0 a 1. Valores mais altos correspondem a melhor desempenho.

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Moçambique	0,37	0,37	0,37	0,38	0,38	0,39	0,39	0,39
Malawi	0,43	0,43	0,44	0,44	0,45	0,45	0,45	0,45
Tanzânia	0,42	0,42	0,43	0,41	0,42	0,44	0,44	0,44
Zâmbia	0,56	0,56	0,57	0,58	0,58	0,58	0,58	0,58

Fonte: PNUD – Relatórios de Desenvolvimento Humano

Extensão do Treinamento de Pessoal

A pesquisa do Fórum Económico Mundial (WEF) solicitou aos líderes empresariais que fornecessem suas opiniões de especialistas sobre: “A abordagem geral das empresas em seu país aos recursos humanos é: (1 = investir pouco em treinamento e desenvolvimento de funcionários, 7 = investir fortemente para atrair, treinar e reter funcionários) ”.

	Relatório GC 2013/2014	Relatório GC 2014/2015	Relatório GC 2015/2016	Relatório GC 2016/2017	Relatório GC 2017/2018
Moçambique	3,30	3,40	3,30	3,10	3,00
Malawi	3,90	4,00	4,00	3,90	3,80
Tanzânia	3,70	3,50	3,50	3,40	3,50
Zâmbia	3,80	4,10	4,00	3,80	3,70

Fonte: Fórum Económico Mundial – Relatório de Competitividade Global

Taxa de Alfabetização (percentagem de pessoas entre 15 – 24 anos de idade)

Taxa de alfabetização de jovens é a percentagem de pessoas entre 15 e 24 anos que podem, com compreensão, ler e escrever uma declaração curta e simples sobre sua vida cotidiana.

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Moçambique	67,15							
Malawi		72,14				76,08	72,94	
Tanzânia		74,56		85,94			85,76	
Zâmbia		88,71						
África Subsaariana	69,00	69,64	71,52	72,80	73,33	74,15	74,75	75,31
Mundo	89,65	89,69	89,65	90,61	90,74	91,02	91,19	91,36

Fonte: Banco Mundial - World Development Indicators

4.3 JUSTIÇA SOCIAL E INCLUSÃO SOCIAL

A reduzida capacidade de realizar gastos na melhoria da justiça social e da inclusão social teve grandes impactos na qualidade de vida em todo o país, além de afetar negativamente seu ambiente de negócios, reduzindo, entre outras, as possibilidades de empreendedorismo e de produtividade da população. A exclusão social em termos de pobreza persiste, e com dimensão de género. As principais áreas de desenvolvimento incluem a redução da pobreza, a desigualdade de género, a violência doméstica (principalmente) contra mulheres e meninas, as taxas de mortalidade materna e infantil e gravidez na adolescência, a interrupção e reversão da disseminação do HIV/SIDA e a melhoria da segurança alimentar.

O período de crescimento económico em Moçambique não necessariamente se traduziu em maior desenvolvimento social e económico. Em termos de desenvolvimento humano, de acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano 2018 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o país esteve nas últimas posições, classificando-se em 180º, dos 188 países e territórios totais¹⁵⁵. Apesar disso, o relatório mostra que houve melhora geral nesse quesito entre 1990 e 2017: o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) aumentou em 108,9% no período¹⁵⁶. Em uma tendência semelhante, a expectativa de vida ao nascer aumentou em 16 anos, a média de anos de estudo cresceu 2,7 anos e a de expectativa de anos de estudo se estendeu até os 6 anos. A expectativa de vida se mantém muito baixa, com uma média de 58,9 anos¹⁵⁷.

Moçambique permanece como um dos países mais pobres do mundo. A redução da pobreza dimensional possui grandes diferenças entre o meio rural e o urbano, além de desigualdades regionais. O crescimento urbano não tem representado uma fonte significativa de trabalho para trabalhadores rurais e, dentre os trabalhadores urbanos, cerca de um terço é pobre¹⁵⁸. Foi na região sul do país e, mais especificamente, nas áreas urbanas, que a desigualdade obteve um aumento mais acentuado¹⁵⁹. A constatação de que 44,1% da população se encontra em nível de pobreza multidimensional severo e que 68,7% dela se encontra abaixo da linha da pobreza é alarmante¹⁶⁰. Em nível regional, ao passo que a taxa de pobreza reduziu 18% nas províncias do sul, a região central contabilizou redução de 11%, ao passo que as províncias do norte viram o índice de pobreza aumentar em 10%, com destaque para a província de Niassa¹⁶¹.

A pobreza possui um forte componente de género. Lares liderados por mulheres, notadamente em áreas rurais, possuem maior probabilidade de serem pobres: mulheres possuem menos acesso à terra, menor taxa de alfabetização, menor probabilidade de ter um trabalho formal e, assim, têm pior acesso aos serviços financeiros, e recebem salários menores que os homens¹⁶². Relações desiguais de género, dominantes em Moçambique, influenciam nos tamanhos das famílias, em que geralmente as mulheres possuem a quantidade de filhos desejada pelo marido ou outros membros da família. À essa situação adiciona-se o baixo nível educacional das mulheres, especialmente as mais pobres, conjuntura estreitamente vinculada à alta prevalência de casamentos precoces no país, que classifica Moçambique como país de quarta maior incidência de casamentos precoces no mundo¹⁶³. Participantes do seminário técnico realizado em 29 de novembro de 2018 concordaram com as dificuldades enfrentadas pelas mulheres e adicionaram que, nesse sentido, que a dificuldade de acesso aos serviços financeiros, por exemplo, alcança até mesmo as mulheres formadas, sendo muito mais acessível aos homens.

Assim como a pobreza, a violência doméstica também é estreitamente vinculada à desigualdade de género no país. De acordo com o estudo Estatísticas de Violência Doméstica 2014 – 2016, a maioria das vítimas de violência doméstica são as mulheres, sejam crianças, adultas ou idosas. Há uma aceitação cultural desse tipo de violência, com admissão ainda maior na área rural, advinda de dinâmicas sociais discriminató-

155 PNUD, 2018. Human Development Report 2018 Briefing Note – Mozambique.

156 PNUD, 2018. Human Development Report 2018 Briefing Note – Mozambique.

157 PNUD, 2018. Human Development Report 2018 Briefing Note – Mozambique.

158 Banco Mundial, 2017.

159 Ministério da Economia e Finanças, 2016.

160 PNUD, 2016. Mozambique – Human Development Indicators.

161 Ministério da Economia e Finanças, 2016.

162 Banco Mundial, 2016.

163 Banco Mundial, 2017.

rias, desigualdades de género e práticas danosas contra mulheres e crianças¹⁶⁴.

A infraestrutura precária é um problema importante em Moçambique, especialmente em relação às doenças causadas pela água não tratada e pela falta de saneamento e higiene. Doenças como cólera trazem risco especial às crianças mais novas e a diarreia permanece como uma das principais causas de morte¹⁶⁵. Nesse quesito, há também um componente de género: meninas e mulheres são mais vulneráveis, por exemplo, por precisarem buscar água para a família e, assim, se ausentarem da escola, e por passarem pelo risco de sofrer agressão sexual caso precisem ir ao banheiro à noite. Há também um componente ambiental: Moçambique é altamente vulnerável às mudanças climáticas, e sofreu com eventos climáticos extremos como os ciclones Idai e Kenneth em 2019, que aumentaram a incidência de doenças como cólera. Impactos das mudanças climáticas mais afetam as populações pobres, além das PME e a infraestrutura.

Problemas vinculados à assistência em saúde e à alimentação permanecem. A taxa de mortalidade materna de 489 por 100.000 nascidos vivos¹⁶⁶ e a taxa de mortalidade infantil de 83 por 1000¹⁶⁷ nascidos vivos é preocupante. A alta incidência de HIV/SIDA no país também é grave: segundo o Relatório de Indicadores Básicos de HIV (IMASIDA) 2015, 13,2% das pessoas de 15 a 49 anos são seropositivas, o que representa um aumento em relação à percentagem de 11,5% computada no relatório de 2009¹⁶⁸. Dentre as cerca de 1,8 milhão de pessoas vivendo com HIV em 2016, 54% tinham acesso ao tratamento antirretroviral¹⁶⁹. Já em relação à insegurança alimentar, esta afeta 35% da população moçambicana e é particularmente grave entre as crianças menores de 5 anos: 43% delas sofre de desnutrição crônica¹⁷⁰. Além disso, cerca de 80% da população não pode arcar com os custos mínimos para uma dieta adequada¹⁷¹.

O “Índice de GINI” mede até que ponto a distribuição de renda entre indivíduos ou famílias dentro de uma economia é igual. A igualdade absoluta corresponde a um valor de 0, enquanto a desigualdade absoluta é representada por 100. Os dados para a Moçambique estão disponíveis para 2008, com índice de 45,6, e 2014, com índice de 54, demonstrando, assim, um aumento na desigualdade. Em uma trajetória também decrescente, a Zâmbia obteve pontuação de 55,6 em 2010 e de 57,10 em 2015. O Malawi registrou 45,5 em 2010, enquanto a Tanzânia apresentou 37,8 em 2011.

O “Índice de Desenvolvimento Ajustado ao Género” mede as realizações médias em uma vida longa e saudável, conhecimento e um padrão de vida decente, ajustado para explicar as desigualdades entre homens e mulheres. Valores mais altos indicam uma situação melhor. Moçambique obteve uma leve melhora no índice entre 2010 e 2017, saindo de 0,89 para 0,9. Malawi obteve melhora, saindo de 0,9 em 2010 para 0,94 em 2017. Tanzânia também registrou leve progresso, partindo de 0,92 em 2010 para 0,93 em 2017. Já a Zâmbia melhorou de 0,91 para 0,94 no mesmo período.

164 INE, 2016.

165 UNICEF Moçambique, 2016. Relatório Anual.

166 PNUD, 2016. Mozambique – Human Development Indicators.

167 Banco Mundial, 2017.

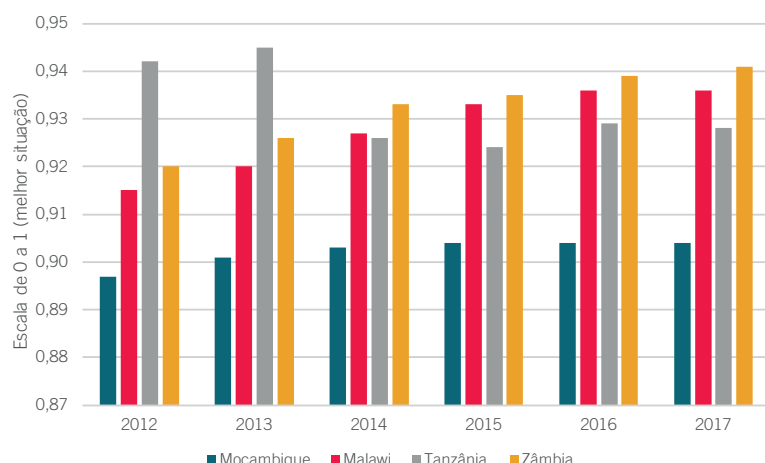
168 IMASIDA, 2017.

169 UNAIDS.

170 FAO. 8 de março de 2018.

171 PMA, 2018.

Gráfico 26 - Índice de Desenvolvimento Ajustado ao Género



Fonte: PNUD – Relatórios de Desenvolvimento Humano

O “Índice de Desigualdade de Género” (GII) mede a perda por causa da desigualdade nas conquistas em saúde, empoderamento e mercado de trabalho. Os valores variam de 0, refletindo a igualdade perfeita, a 1, que reflete a desigualdade total. Nesse índice, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia apresentaram melhora: Moçambique passou de 0,6, em 2010, para 0,55, em 2017; Tanzânia passou de 0,56, em 2011, para 0,54, em 2017, e; Zâmbia, de 0,57 para 0,52 nos mesmos anos. O Malawi permaneceu com índice de 0,62 em 2010 e 2017.

A “Classificação da Igualdade de Género” mede até que ponto um país implementou instituições e programas para fazer cumprir leis e políticas destinadas a promover a igualdade de acesso de mulheres e homens à educação, saúde, economia e proteção legal. A classificação é feita em uma escala de 1 a 6, com valores mais altos indicando melhor desempenho. Neste indicador, tanto Moçambique quanto Malawi mantiveram pontuação 3,5 de 2010 a 2017. Tanzânia manteve a pontuação 3,5 até 2017, quando teve desempenho reduzido para 3,0. Já a Zâmbia diminuiu de 3,5, em 2010, para 3,0, em 2011, pontuação que manteve constante até 2017.

Tabela 16 - Principais indicadores de justiça social e inclusão social, países selecionados, 2003 - 2015

Índice de GINI

O índice de Gini mede até que ponto a distribuição da renda (ou, em alguns casos, gasto com consumo) entre indivíduos ou domicílios dentro de uma economia se desvia de uma distribuição perfeitamente igual. Um valor de 0 representa igualdade absoluta, um valor de 100 desigualdade absoluta.

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Moçambique	45,60						54,00	
Malawi			45,50					
Tanzânia				37,80				
Zâmbia			55,60					57,10

Fonte: Banco Mundial - World Development Indicators

Índice de Desenvolvimento Ajustado ao Género (GDI)

Um índice composto que mede a realização média nas três dimensões básicas capturadas no índice de desenvolvimento humano - uma vida longa e saudável, conhecimento e um padrão decente de vida - ajustado para explicar as desigualdades entre homens e mulheres. Valores variam de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, menos diferenças entre mulheres e homens.

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Moçambique	0,89	0,89	0,90	0,90	0,90	0,90	0,90	0,90
Malawi	0,90	0,91	0,92	0,92	0,93	0,93	0,94	0,94
Tanzânia	0,92	0,93	0,94	0,95	0,93	0,92	0,93	0,93
Zâmbia	0,91	0,91	0,92	0,93	0,93	0,94	0,94	0,94

Fonte: PNUD – Relatórios de Desenvolvimento Humano

Índice de Desigualdade de Género (GII)

O GII é um índice composto que mede a desigualdade de género usando três dimensões: saúde reprodutiva, empoderamento e mercado de trabalho. A saúde reprodutiva é medida por dois indicadores: a taxa de mortalidade materna e a taxa de natalidade dos adolescentes. O empoderamento é medido pela parcela de assentos parlamentares ocupados por mulheres e a parcela da população com pelo menos alguma educação secundária. O mercado de trabalho é medido pela participação na força de trabalho.

Valores variam de 0, refletindo perfeita igualdade, a 1, que reflete total desigualdade.

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Moçambique	0,60	0,59	0,58	0,57		0,56	0,55	0,55
Malawi	0,62	0,61	0,61	0,61	0,62	0,62	0,62	0,62
Tanzânia		0,56	0,55	0,55	0,55	0,54	0,54	0,54
Zâmbia	0,57	0,57	0,57	0,56	0,56	0,55	0,52	0,52

Fonte: PNUD – Relatórios de Desenvolvimento Humano

Classificação da Igualdade de Género

A classificação da igualdade de género avalia até que ponto o país estabeleceu instituições e programas para fazer cumprir leis e políticas que promovem acesso igual para homens e mulheres na educação, saúde, economia e proteção sob a lei (1 = baixo a 6 = alto).

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Moçambique	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50
Malawi	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50
Tanzânia	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,00
Zâmbia	3,50	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
África Subsariana	3,25	3,24	3,19	3,21	3,24	3,21	3,17	3,13

Fonte: Banco Mundial – World Development Indicators

4.4 PROTEÇÃO SOCIAL ADEQUADA

Proporcionar aos cidadãos o acesso aos serviços essenciais, como assistência médica de qualidade, seguro de desemprego, proteção à maternidade e pensão básica, é fundamental para melhorar a produtividade. Proteger a saúde e a segurança dos trabalhadores no local de trabalho também é vital para o desenvolvimento empresarial sustentável e os ganhos de produtividade.

A proteção social em Moçambique está estruturada com base na Lei nº 4/2007. Ela está dividida em três categorias: a básica, que não requer contribuição; a obrigatória, financiada por trabalhadores e contribuições dos empregadores; e a complementar, que é facultativa àqueles que possuem cobertura obrigatória¹⁷². O sistema de proteção social básica em Moçambique é de responsabilidade do Ministério do Género, Criança e Ação Social por meio do Instituto Nacional de Ação Social (INAS). O INAS busca, então, atender aqueles que não conseguem atender suas necessidades básicas de forma autônoma por meio da implementação e da execução de programas de assistência social, além de buscar aumentar o número de pessoas atendidas por programas de proteção social básica¹⁷³.

A primeira Estratégia Nacional de Segurança Básica (ENSB I), aprovada em 2010, promoveu grandes avanços no seu período de vigência, de 2010 a 2014, como o aumento do número de famílias beneficiadas pelos programas do INAS¹⁷⁴. Após revisão do ENSB I e identificação de pontos que precisavam ser melhorados, o governo moçambicano aprovou o ENSB II em 2016, com uma estratégia mais robusta e progressiva para o período 2016 – 2024 que previu a reconfiguração do Programa de Subsídio Social Básico (PSSB) de forma a incluir benefício para idosos, benefício por invalidez e aumento no benefício para crianças; a criação de um programa para a prestação de serviços em comunidades; o aumento progressivo no montante destinado às transferências sociais, e reformulação do INAS e do Ministério do Género, Criança e Ação Social (MGCAS), tendo em vista maior descentralização, capacitação dos recursos humanos e integração. O ENSB II almeja alcançar 3,4 milhões de beneficiários diretos até 2024, especialmente crianças e idosos¹⁷⁵. A reformulação do INAS foi aprovada por decreto em Dezembro de 2017, na ocasião da 43ª sessão ordinária do Conselho de Ministros¹⁷⁶.

Em termos práticos, apenas parte da população é alcançada pelos programas de proteção social: de acordo com o Banco Mundial, apenas 2 milhões de pessoas se beneficiaram de pelo menos uma das três categorias¹⁷⁷, o que representa apenas cerca de 7% da população. Em termos de segurança social, o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) é a entidade gestora de regimes de segurança social obrigatória, que busca garantir as condições de subsistência daqueles que não podem trabalhar temporariamente ou permanentemente e, em caso de morte do trabalhador ou pensionista, assegurar a subsistência dos familiares¹⁷⁸. O novo regulamento da segurança social, que entrou em vigor em Janeiro de 2018, introduziu várias reformas, como a introdução da pensão de sobrevivência vitalícia e a temporária, pensão reduzida, entre outras, com o objetivo de aumentar o número de beneficiários¹⁷⁹. Não há seguro de desemprego nem cobertura de segurança social para aqueles demitidos por razões econômicas¹⁸⁰.

A “Despesa de Consumo Final da Administração Pública” de Moçambique aumentou de forma constante entre 2010 e 2017, passando de 18,6% do PIB em 2010 para 27,16% em 2017. No mesmo período, os gastos do Malawi, com percentagens bem mais altas do que os outros países, também aumentara, passando de 75,02%, em 2010, para 80,11% em 2017. Zâmbia também demonstrou trajetória crescente, partindo de 9,38% em 2010, para 16,07%, em 2016. Já a Tanzânia, ao contrário dos outros, apresentou redução nos gastos, partindo de 14,72% do PIB para 13,96% no mesmo período.

172 Danish Trade Council for International Development and Cooperation, 2017.

173 INA.

174 IPC-IG, 2016.

175 IPC-IG, 2016.

176 Governo de Moçambique, 2016.

177 Banco Mundial, 2016.

178 INSS, 2018.

179 Jornal Notícias, 8 de janeiro de 2018.

180 Departamento de Estado dos Estados Unidos, 2018.

“Gastos públicos em saúde (% PIB) ” representa os gastos em saúde de fontes domésticas como parcela da economia medida pelo PIB. Entre os países da comparação, Moçambique possui a menor percentagem do PIB gasta no setor, com 0,43% em 2015, tendo reduzido de 1,44% no ano anterior. Os outros países seguiram uma tendência de aumento da percentagem do PIB gasta em saúde, tendo a Zâmbia computado 1,96% em 2015, a Tanzânia, 2,16% e o Malawi, 2,67% no mesmo ano. Apenas Moçambique esteve abaixo da média regional de 1,86% em 2015, mas todos apresentaram percentagens menores do que a média global de 5,85% no mesmo ano.

Os “Gastos públicos em saúde (% dos atuais gastos com saúde) ” representam a parcela dos gastos atuais com saúde financiados por fontes públicas domésticas para a saúde. Moçambique e Zâmbia contabilizaram, em 2015, 5,35%, que é igual à média da África Subsaariana para o mesmo ano. Já a Tanzânia e o Malawi apresentaram percentagens maiores para o mesmo ano, 6,12% e 9,33%, respectivamente. O Malawi foi o único cuja percentagem se aproximou da média global de 9,9% em 2015.

Tabela 17 - Principais Indicadores de Proteção Social Adequada, países selecionados, 2008 - 2017

Despesa de consumo final da administração pública (% PIB)

Despesa de consumo final da administração pública inclui todas as despesas correntes do governo para compras de bens e serviços (incluindo a remuneração de empregados). Também inclui a maioria das despesas em defesa e segurança nacional, mas exclui os gastos militares do governo que fazem parte da formação de capital do governo.

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Moçambique	18,60	19,95	20,84	23,87	26,06	26,67	28,23	27,16
Malawi	75,02	81,40	88,98	77,56	81,03	81,49	88,17	80,11
Tanzânia	14,72	13,82	14,74	16,32	13,79	13,71	13,96	
Zâmbia	9,38	10,25	11,90	12,18	14,52	14,78	16,07	
África Subsaariana	14,89	15,14	15,38	15,09	14,88	14,61	14,05	16,42
Mundo	17,51	17,26	17,20	17,12	17,01	17,05	17,04	

Fonte: Base de Dados do Banco Mundial – World Development Indicators

Gastos públicos em saúde (% PIB)

Gastos públicos com saúde de fontes domésticas como parcela da economia medida pelo PIB.

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Moçambique	1,29	0,67	0,41	0,30	1,44	1,02	1,88	0,43
Malawi	1,93	1,49	1,59	1,62	1,35	2,09	2,21	2,67
Tanzânia	2,35	2,28	2,25	1,99	1,79	1,77	1,94	2,16
Zâmbia	0,95	0,44	0,60	1,07	1,33	1,51	1,62	1,96
África Subsaariana	1,91	2,07	1,92	1,97	1,93	1,82	1,69	1,86
Mundo	5,52	6,07	5,88	5,86	5,82	5,82	5,90	5,85

Fonte: Banco Mundial – World Development Indicators

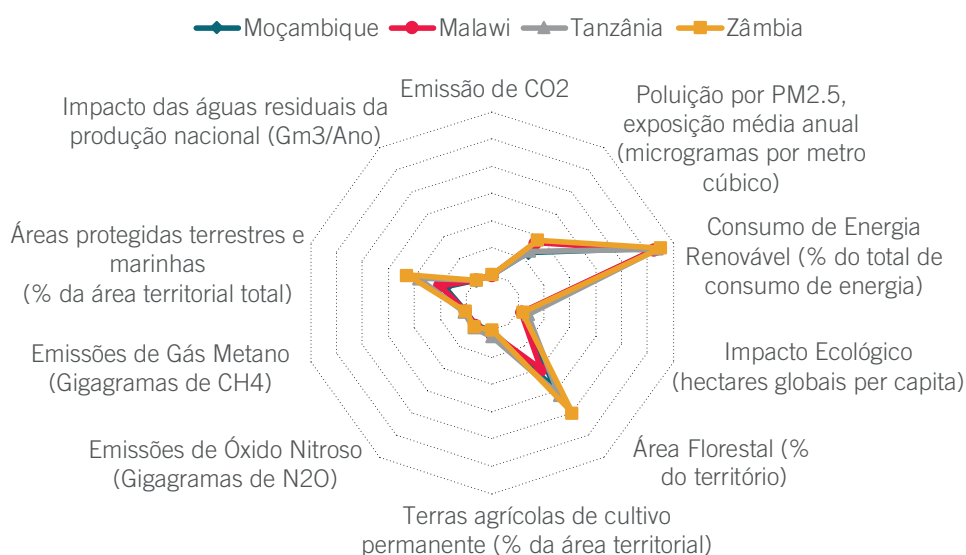
Gastos públicos em saúde (% dos atuais gastos com saúde)

Parcela dos gastos atuais com saúde financiados por fontes públicas domésticas para a saúde. As fontes públicas domésticas incluem receitas domésticas como transferências e subsídios internos, transferências, subsídios para beneficiários voluntários de seguros de saúde, instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias (NPISH) ou esquemas de financiamento de empresas, bem como pré-pagamento obrigatório e contribuições de seguro social de saúde. Não inclui recursos externos gastos pelos governos em saúde.

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Moçambique	4,62	4,96	5,12	4,44	5,15	4,70	5,53	5,35
Malawi	8,60	8,27	7,24	7,49	8,48	11,58	9,71	9,33
Tanzânia					7,66	6,56	6,41	6,12
Zâmbia	5,46	5,17	4,60	4,62	4,83	5,12	5,10	5,35
África Subsaa- riana	5,08	5,45	5,30	5,18	5,13	5,08	5,01	5,35
Mundo	9,10	9,84	9,53	9,40	9,41	9,44	9,54	9,90

Fonte: Banco Mundial – World Development Indicators

5. ELEMENTOS AMBIENTAIS



Observação: os valores para os indicadores individuais foram harmonizados, em uma escala de 1 a 7, para melhor apresentação, e formatados de forma que quanto mais longe do centro for um ponto de dado, melhor será o desempenho do país nesse aspecto. Os valores originais dos indicadores estão incluídos nos capítulos.

- Grande parte da população depende do ambiente para garantir os seus meios de subsistência diários, o que resulta em ampla degradação ambiental.
- Moçambique é um país propenso à ocorrência de desastres naturais, sendo o 3º país africano mais afetado por desastres relacionados ao clima, o que torna a população mais vulnerável, pois grande parte tem a agricultura e pecuária como principais fontes de renda.
- Cerca de 60% da população moçambicana vive ao longo da costa, ficando, assim, vulnerável aos ciclones e tempestades e sofre com cheias e seca.
- Os ciclones Idai e Kenneth, que afectaram as províncias do centro e norte do país em Março e Abril de 2019 no país, tiveram enormes impactos na vida e na subsistência das pessoas. O ciclone Idai deixou centenas de milhares de pessoas deslocadas, e 3 milhões de pessoas precisando de assistência humanitária.
- Moçambique é naturalmente dotado de uma paisagem diversificada e é rico em recursos naturais, possuindo uma das 5 maiores reservas de gás natural do mundo.

5.1 GESTÃO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL

Na ausência de regulamentações e incentivos apropriados, os mercados podem implicar resultados ambientais indesejados. O desenvolvimento de empresas sustentáveis e a proteção do meio ambiente exigem padrões sustentáveis de produção e consumo. Os efeitos da degradação ambiental geral são mais severamente sentidos pelos setores mais vulneráveis da sociedade, e as estratégias bem-sucedidas de alívio da pobreza a longo prazo devem incluir a gestão ambiental sustentável como um componente. As mulheres como atores económicos tendem a ser mais afetadas do que homens, exacerbando a discriminação e a desigualdade. Por outro lado, elas desempenham um importante papel ambiental, a exemplo das mulheres de base e indígenas, que realizam suas atividades tradicionais baseadas em conhecimento da gestão de recursos naturais. Sistemas de gestão de recursos naturais e governação nacional precisam ser reforçados para promover a gestão e o uso sustentável dos recursos naturais a nível nacional e local.

O Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER) é o responsável por gerenciar, planejar, coordenar e garantir a execução das políticas relacionadas à terra, à flora e à fauna silvestre, ao meio ambiente, às áreas de conservação e ao desenvolvimento rural¹⁸¹. O governo de Moçambique reconheceu a garantia da gestão sustentável e transparente dos recursos naturais e do ambiente como uma das 5 prioridades do Plano Quinquenal 2015 – 2019, reconhecendo que a gestão eficiente dos recursos naturais e do ambiente é fundamental para alcançar o desenvolvimento sustentável e inclusivo¹⁸². Nesse sentido, Moçambique participa da Iniciativa de Transparência na Indústria Extrativa (ITIE), cujo relatório referentes aos anos de 2013 e 2014 divulgou que o país fez progressos significativos na área¹⁸³.

Em Moçambique, uma grande parte da população depende do ambiente para garantir os seus meios de subsistência diários, o que resulta em ampla degradação ambiental. Como consequência, há uma redução dos benefícios económicos e sociais advindos da terra e dos recursos naturais e, portanto, há queda no bem estar da população, especialmente a mais necessitada¹⁸⁴. O fato da lenha ser a fonte principal de energia nos lares moçambicanos, pois apenas cerca de 26,4% da população tem acesso à eletricidade, é um exemplo não apenas da degradação ambiental por necessidade, mas também dos problemas de saúde derivados da queima da lenha¹⁸⁵. A boa gestão ambiental é fundamental para um país em que o setor da agricultura envolve cerca de 80% da população economicamente ativa¹⁸⁶.

O problema da degradação ambiental em Moçambique resulta em perdas na economia, estimada em 17% do PIB anual, além de deixar o país mais exposto aos desastres relacionados às mudanças climáticas¹⁸⁷. Moçambique é um país propenso à ocorrência de desastres naturais, sendo o 3º país africano mais afetado por desastres relacionados ao clima¹⁸⁸. Esses desastres resultam em perdas humanas, de plantações, da vida selvagem e da já precária infraestrutura e condições de trabalho dignas, agravando ou gerando problemas como insegurança alimentar e de saúde, e diminuindo a produtividade¹⁸⁹. Como a agricultura e pecuária são as maiores fontes de renda da população, esta se encontra particularmente vulnerável em caso de desastres naturais¹⁹⁰.

Cerca de 60% da população moçambicana vive ao longo da costa, ficando, assim, vulnerável aos ciclones e tempestades e sofre com cheias e seca¹⁹¹. O ciclone tropical intenso Idai foi um dos piores ciclones tropicais registrados a afetar a África e o Hemisfério Sul. O ciclone, que afetou em Março de 2019 a parte central do país, causou danos catastróficos em Moçambique, no Zimbabué e no Malawi, e teve enormes impactos na vida e na subsistência das pessoas. O ciclone trouxe fortes ventos e causou graves inundações que levaram muitas vidas, e deixaram centenas de milha-

181 MITADER.

182 Governo de Moçambique. Plano Quinquenal 2015 – 2019.

183 WWF Moçambique, 2017.

184 UNPEI.

185 UNDAF.

186 OIT, janeiro de 2016.

187 UNDAF.

188 AfDB, 2016.

189 UNDAF.

190 UNDAF.

191 FAO, 2016. Country Programming Framework for Mozambique 2016-2020.

res de pessoas deslocadas, e cerca de 3 milhões de pessoas precisando de assistência humanitária. A respeito disso, há também uma dimensão de gênero: mulheres e meninas correm maior risco de exploração e violência sexual quando são deslocadas de suas comunidades. Em abril de 2019, o ciclone Kenneth atingiu a costa no norte do país, sendo o ciclone tropical mais forte desde o início dos registros modernos, mas causando menos danos em comparação com o Idai.

Moçambique é naturalmente dotado de uma paisagem diversificada. O gerenciamento inclusivo, sustentável e transparente dos recursos naturais é um grande desafio para o país, onde as dificuldades com a arrecadação de impostos, o monitoramento e a fiscalização no setor são importantes¹⁹².

Diversas medidas precisam ser tomadas para assegurar que Moçambique faça uma transição justa para economia e sociedade ambientalmente sustentáveis para todos. Tais medidas incluem a melhor resiliência e proteção social, ação contra as mudanças climáticas, maior eficiência de recursos e energia - abordando a desigualdade de gênero e questões específicas para povos indígenas e tribais - e a criação de empregos “verdes”. Em nível empresarial, os empregos “verdes” são aqueles que produzem bens e fornecem serviços que beneficiam o meio ambiente – como construções verdes ou transporte limpo – ou aqueles que são baseados em processos e tecnologias de produção ecológica – reduzindo o consumo de água ou melhorando processos de reciclagem, por exemplo. Empregos “verdes” criam oportunidades de emprego decente, aumentam a eficiência dos recursos e constroem uma sociedade sustentável de baixa emissão de carbono. Desta forma, as empresas sustentáveis que criam empregos “verdes” serão indispensáveis à transição justa do país para uma economia verde, uma transição que é possibilitada por um ambiente favorável às empresas sustentáveis.

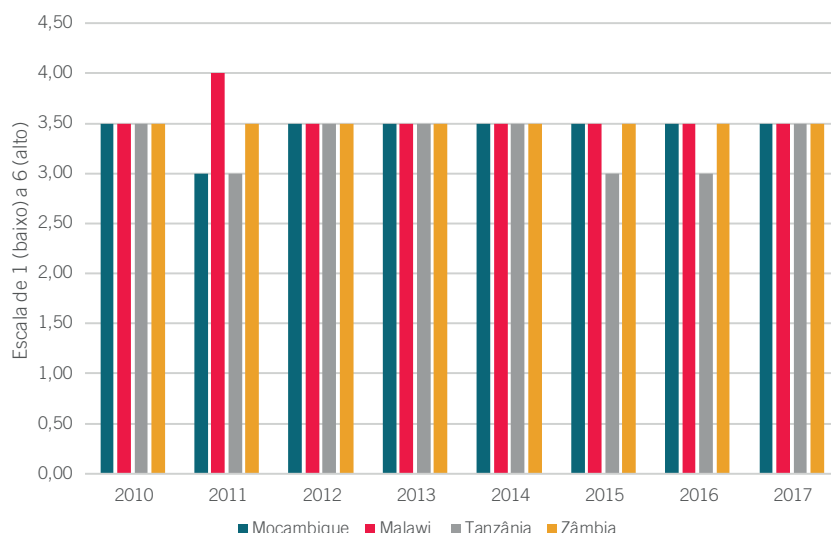
O Governo de Moçambique está comprometido com a agenda de proteção da biodiversidade e estabeleceu a Administração Nacional de Áreas de Conservação (ANAC) como um braço operacional que garante a gestão integral das áreas de conservação. Os esforços de conservação aumentaram substancialmente desde o fim do conflito armado em 1992, e nos últimos anos, o país alcançou ganhos em conservação. No entanto, ainda há grandes ameaças que afetam a biodiversidade terrestre e marinha: a caça ilegal de espécies globalmente ameaçadas ainda é um sério problema. Atualmente, devido ao crescimento populacional, comunidades locais tendem a se expandir em áreas de conservação onde buscam atividades de subsistência. Se essas atividades não forem bem geridas, ameaçam a vida selvagem e os recursos florestais, causando a sua exploração e destruição insustentável a um ritmo alarmante. Assim, o compromisso da ANAC é garantir que as áreas de conservação preservem as espécies ameaçadas que ainda podem ser encontradas no país. Além disso, em 23 de maio de 2018, o Governo de Moçambique, em parceria com o PNUD e o *Global Environment Facility* (GEF), lançou um projeto de proteção da biodiversidade em Maputo para fortalecer a conservação de espécies ameaçadas no país e implementar o Ato de Conservação.¹⁹³

O indicador “Classificação CPIA das Políticas e Instituições para a Sustentabilidade Ambiental” avalia em que medida as políticas ambientais promovem a proteção e o uso sustentável dos recursos naturais e a gestão da poluição. Os valores variam de 1 a 6, onde 1 representa baixo desempenho e 6 representa alto desempenho. Os quatro países apresentaram pontuação 3,5 em 2017. Moçambique manteve a pontuação de 3,5 de 2010 a 2017, com exceção do ano de 2011, quando pontuou 3. No mesmo período, a Tanzânia também manteve pontuação 3,5, reduzindo para 3 nos anos de 2011, 2015 e 2016. Malawi obteve uma pontuação de 3,5 durante todo o período, com exceção de 2011, quando pontuou 4. Já a Zâmbia permaneceu estável no período com pontuação de 3,5.

192 AfDB, 2016. Africa Economic Outlook 2016.

193 PNUD, 2018. Mozambique increases its biodiversity protection efforts through a new project.

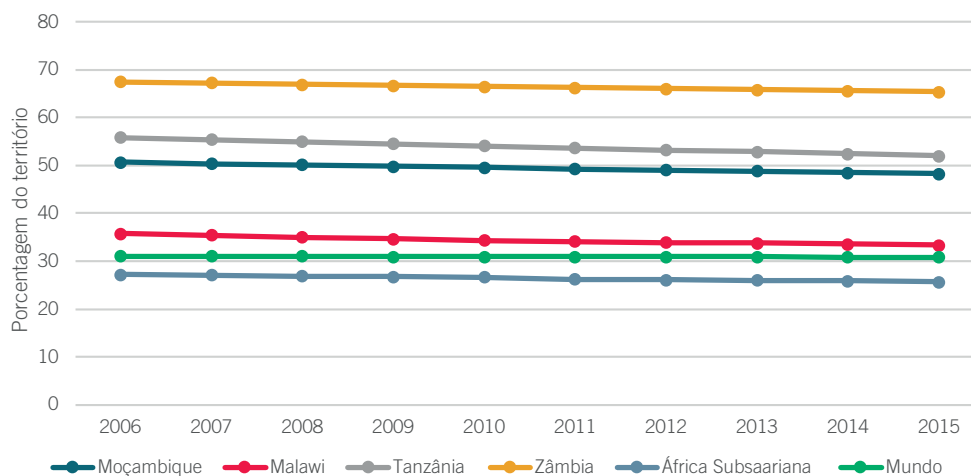
Gráfico 27 - Classificação CPIA das Políticas e Instituições para a Sustentabilidade Ambiental



Fonte: Base de Dados do Banco Mundial – World Development Indicators

A área florestal de Moçambique como percentagem da área terrestre caiu ligeiramente entre 2008 e 2015, de 50,12% para 48,25%. Em 2015, a Tanzânia apresentou 52% de área florestal, enquanto o Malawi apresentou 33,38%, a menor percentagem entre os quatro países comparados, e a Zâmbia, com a maior percentagem, 65,42%. Todos os quatro se encontram acima da média regional e global de área florestal como área do território, que são, a saber, 25,71% e 30,83%.

Gráfico 28 - Área Florestal (percentagem do território)



Fonte: Banco Mundial - World Development Indicators

Moçambique emitiu 0,31 toneladas métricas de CO₂ per capita em 2014, o que significa que o impacto ambiental negativo deste país a este respeito é bastante baixo em relação à média regional de 0,84 naquele ano, mas especialmente se comparado à média mundial de 4,97. Nos países de comparação todos estão nesse patamar de baixo impacto ambiental, em que as menores emissões foram registradas pelo Malawi, totalizando 0,07 tonelada de CO₂ em 2014, e as mais altas foram as da Zâmbia, com 0,29 toneladas métricas no mesmo ano.

Ao observar a poluição do ar por PM_{2.5}, e os níveis de população expostos a níveis que excedem a diretriz da Organização Mundial da Saúde (OMS), que avalia a percentagem da população exposta a concentrações ambientais de PM_{2.5}, Moçambique apresentou um desempenho melhor do que os outros três países na comparação: enquanto Moçambique possuía 20,99% da sua população exposta, a Tanzânia possuía 22,35%, o Malawi, 28,26% e a Zâmbia, 30,55%. Todos se encontram muito abaixo tanto da média regional de 67,13%, quanto da média global de 49,67% da população exposta à poluição por PM_{2.5}.

Consumo de energia renovável é a proporção de energia renovável no total final do consumo de energia. Sobre esse indicador, Moçambique computou 86,4% em 2015. Malawi, Tanzânia e Zâmbia apresentaram percentagens de 83,65%, 85,71% e 87,99% no mesmo ano. Todos estiveram acima da média para a África Subsaariana, que foi de 70,13% em 2015.

O uso de energia refere-se ao uso de energia primária antes da transformação para outros combustíveis de uso final. Isso equivale à produção interna mais as importações e variações de estoque, menos as exportações e combustíveis fornecidos aos navios e aeronaves envolvidos no transporte internacional. Em 2014, Moçambique pontuou 427,6 e a Tanzânia, 475,43, tendo aumentado ligeiramente em relação a 2013. A Zâmbia pontuou 635,33 em 2013. Em relação à África Subsaariana, Moçambique se encontra abaixo da média.

O indicador de áreas protegidas terrestres e marinhas mede as áreas protegidas como uma percentagem do território total. Em 2016, Moçambique possuía 13,45% de sua área protegida, enquanto a Zâmbia possuía a maior percentagem de área protegida em relação aos outros 3 países, com 38,05%. Malawi e Tanzânia tinham, respectivamente, 16,89% e 30,84%.

Terras agrícolas permanentes são terras cultivadas com culturas que ocupam a terra por longos períodos e não precisam ser replantadas após cada colheita, como cacau, café e borracha. Esta categoria inclui a terra sob arbustos floridos, árvores frutíferas, nozes e vinhas, mas exclui a terra sob árvores cultivadas para madeira ou madeira para uso em construção. Em 2015, Moçambique tinha 0,38% de terras agrícolas permanentes como percentagem da área terrestre, enquanto a Zâmbia, com o menor percentual entre os quatro países, tinha 0,05%. Já a Tanzânia tinha o maior percentual, com 2,43% e o Malawi, 1,48%.

Tabela 18 - Principais Indicadores de Gestão Ambiental Sustentável, países selecionados, 2007 - 2017

Emissões de CO2 (toneladas métricas per capita)

As emissões de dióxido de carbono são aquelas provenientes da queima de combustíveis fósseis e da fabricação de cimento. Eles incluem dióxido de carbono produzido durante o consumo de combustíveis sólidos, líquidos e gasosos e queima de gás.

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Moçambique	0,10	0,10	0,11	0,11	0,13	0,12	0,15	0,31
Malawi	0,06	0,07	0,06	0,08	0,08	0,07	0,07	0,07
Tanzânia	0,14	0,14	0,13	0,15	0,17	0,19	0,22	0,22
Zâmbia	0,15	0,17	0,19	0,19	0,21	0,25	0,26	0,29
África Subsaariana	0,89	0,91	0,87	0,85	0,84	0,83	0,82	0,84
Mundo	4,67	4,76	4,66	4,83	4,97	5,00	4,99	4,97

Fonte: Base de Dados do Banco Mundial – World Development Indicators

Área Florestal (% do território)

Área florestal é a terra sob povoamentos florestais naturais ou plantados de pelo menos 5 metros no local, sendo produtivos ou não, e exclui povoamentos em sistemas de produção agrícola (por exemplo, em plantações de frutas e sistemas agroflorestais) e árvores em parques e jardins urbanos.

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Moçambique	50,12	49,84	49,56	49,30	49,03	48,77	48,51	48,25
Malawi	35,03	34,68	34,33	34,14	33,95	33,76	33,57	33,38
Tanzânia	55,00	54,55	54,10	53,68	53,26	52,84	52,42	52,00
Zâmbia	66,99	66,77	66,54	66,32	66,10	65,87	65,65	65,42
África Subsaariana	26,91	26,76	26,62	26,19	26,07	25,95	25,83	25,71
Mundo	31,00	30,98	30,95	30,93	30,90	30,88	30,85	30,83

Fonte: Banco Mundial – World Development Indicators

Poluição PM2.5, exposição média anual (microgramas por metro cúbico)

A exposição ponderada pela população à poluição ambiental de PM2.5 é definida como o nível médio de exposição da população de uma nação às concentrações de partículas suspensas medindo menos de 2,5 microns de diâmetro, que são capazes de penetrar profundamente no trato respiratório e causar sérios danos à saúde. A exposição é calculada através da ponderação das concentrações médias anuais de PM2.5 por população em áreas urbanas e rurais.

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Moçambique	19,69	20,02	20,10	19,95	19,76	20,93	20,99
Malawi	26,58	27,80	27,82	27,59	26,52	28,15	28,26
Tanzânia	20,97	22,28	23,47	23,72	23,49	22,39	22,35
Zâmbia	26,43	27,23	27,80	27,65	27,11	30,40	30,55
África Subsaariana	39,68	41,55	41,20	39,46	37,59	64,62	67,13
Mundo	41,86	41,85	42,32	42,88	43,34	49,10	49,67

Fonte: Banco Mundial – World Development Indicators

Consumo de energia renovável (% do consumo total de energia final)

O consumo de energia renovável é a parcela de energia renovável no consumo final total de energia.

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Moçambique	92,43	91,67	91,30	90,46	90,82	90,32	88,86	86,40
Malawi	81,53	83,36	79,47	79,66	80,37	79,87	79,95	83,65
Tanzânia	91,05	91,64	90,32	88,51	86,35	86,62	86,67	85,71
Zâmbia	92,18	92,09	92,10	90,90	88,63	88,48	88,03	87,99
África Subsaariana	70,91	70,94	71,42	71,09	70,31	70,04	70,29	70,13
Mundo	17,04	17,51	17,26	17,21	17,48	17,70	17,87	18,05

Fonte: Banco Mundial – World Development Indicators

Emissões de Óxido Nitroso (N2O)

O Banco de Dados de Emissões para Pesquisa Atmosférica Global (EDGAR) fornece emissões antrópicas globais e atuais de gases de efeito estufa e poluentes atmosféricos por país e na rede espacial.

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Moçambique	28,1	26,0	30,1	7,1	7,1	6,8	7,1	7,2
Malawi	8,7	8,2	8,7	8,7	8,7	8,8	8,8	9,9
Tanzânia	68,8	60,5	69,2	40,1	38,3	39,0	40,6	41,8
Zâmbia	70,4	71,1	79,7	74,2	74,8	25,3	26,1	26,6
África Austral	304,1	296,4	321,4	248,0	248,2	195,1	198,6	200,8
Mundo	9110,6	9336,5	9523,4	9955,6	10470,3	9735,2	9854,7	9904,9

Fonte: PNUMA.

Emissões de Gás Metano (CH4)

O Banco de Dados de Emissões para Pesquisa Atmosférica Global (EDGAR) fornece emissões antrópicas globais e atuais de gases de efeito estufa e poluentes atmosféricos por país e na rede espacial.

	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Moçambique	655	374	389	406	439	465
Malawi	196	196	198	200	203	216
Tanzânia	1600	1202	1191	1208	1273	1307
Zâmbia	1009	962	976	291	300	306
África Austral	7940	7154	7231	6671	6744	6860
Mundo	346237	362535	366337	363742	369893	372249

Fonte: PNUMA.

Áreas protegidas terrestres e marinhas (% da área territorial total)

Uma área protegida é definida pela União Mundial para a Conservação da Natureza (IUCN) como uma área de terra e / ou mar especialmente dedicada à proteção e manutenção da diversidade biológica e de recursos culturais naturais e associados e gerida por meios legais ou outros meios eficazes.

	1990	2000	2014	2016
Moçambique	7,91	7,91	10,90	13,45
Malawi	15,03	16,81	16,81	16,89
Tanzânia	21,60	22,82	26,05	30,84
Zâmbia	36,05	36,06	37,85	38,05
África Subsaariana	8,97	9,52	13,51	14,15
Mundo	6,23	8,80	12,81	13,35

Fonte: PNUMA – Banco Mundial – World Development Indicators

Terras agrícolas de cultivo permanente (% da área territorial)

Terras agrícolas permanentes são terras cultivadas com culturas que ocupam a terra por longos períodos e não precisam ser replantadas após cada colheita, como cacau, café e borracha. Esta categoria inclui a terra sob arbustos floridos, árvores frutíferas, nozes e videiras, mas exclui a terra sob árvores cultivadas para madeira ou madeira de construção

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Moçambique	0,32	0,34	0,38	0,38	0,38	0,38	0,38	0,38
Malawi	1,43	1,43	1,43	1,43	1,43	1,48	1,48	1,48
Tanzânia	1,86	2,03	2,09	2,26	2,37	2,43	2,43	2,43
Zâmbia	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05
África Subsaariana	1,11	1,14	1,16	1,18	1,19	1,18	1,18	1,18
Mundo	1,19	1,21	1,23	1,25	1,27	1,27	1,28	1,28

Fonte: Banco Mundial – World Development Indicators

Uso de energia (kg de equivalente de petróleo per capita)

O uso de energia refere-se ao uso de energia primária antes da transformação para outros combustíveis de uso final, o que equivale à produção interna mais as importações e variações de estoque, menos as exportações e combustíveis fornecidos aos navios e aeronaves envolvidos no transporte internacional.

	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Moçambique	409,70	411,21	415,44	411,05	413,53	427,60
Malawi						
Tanzânia	440,11	448,22	459,16	472,29	474,35	475,43
Zâmbia	590,03	593,76	608,91	620,26	635,33	
África Subsaariana	676,90	680,45	682,38	684,30	681,61	686,17
Mundo	1793,73	1871,90	1878,75	1890,82	1893,49	1920,58

Fonte: Banco Mundial – World Development Indicators

Classificação CPIA das Políticas e Instituições para a Sustentabilidade Ambiental

A classificação das políticas e instituições para a sustentabilidade ambiental avaliam até que ponto as políticas ambientais promovem a proteção e o uso sustentável dos recursos naturais e a gestão da poluição.

Valores variam de 1 (classificação baixa) a 6 (classificação alta).

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Moçambique	3,50	3,00	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50
Malawi	3,50	4,00	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50
Tanzânia	3,50	3,00	3,50	3,50	3,50	3,00	3,00	3,50
Zâmbia	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50
África Subsaariana	2,99	3,13	3,13	3,09	3,17	3,22	3,17	3,18
Mundo	3,11	3,12	3,14	3,11	3,15	3,17	3,13	3,11

Fonte: Banco Mundial – World Development Indicators

Impacto das águas residuais da produção nacional (Gm3/Ano)

O impacto das águas residuais de um produto é um indicador da poluição da água doce que pode ser associada à produção de um produto em toda a sua cadeia de suprimentos. É definido como o volume de água doce necessário para assimilar a carga de poluentes com base nos padrões existentes de qualidade da água. É calculado como o volume de água necessário para diluir os poluentes a tal ponto que a qualidade da água permaneça acima dos padrões acordados de qualidade da água. O impacto hídrico da produção nacional - Outro termo para o “impacto hídrico dentro de uma nação”: é definido como o volume total de água doce consumido ou poluído no território da nação.

1996-2005	
Moçambique	204,44
Malawi	852,64
Tanzânia	684,77
Zâmbia	502,37

Fonte: PNUMA

Impacto Ecológico Total (hectares globais per capita)

O impacto ecológico é uma medida de quanta área de terra e água biologicamente produtivas um indivíduo, população ou atividade requer para produzir todos os recursos que consome e absorver os resíduos que gera, usando as práticas prevalentes de gestão de recursos e tecnologia. O impacto ecológico é geralmente medido em hectares globais. Porque o comércio é global, o impacto de um indivíduo ou país inclui terra ou mar de todo o mundo. O impacto ecológico geralmente se refere ao impacto ecológico do consumo. Quanto menor o valor, melhor o desempenho.

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Moçambique	0,8	8,79	0,82	0,89	1,03	0,94	0,87	0,87
Malawi	0,79	0,8	0,84	0,83	0,82	0,85	0,86	0,82
Tanzânia	1,26	1,18	1,18	1,22	1,27	1,33	0,32	1,47
Zâmbia	0,81	0,82	0,88	0,88	0,87	0,98	1,00	0,95

Fonte: Global Footprint Network – Ecological Footprint of Countries 2007 - 2014

6. RESULTADO DA AVALIAÇÃO

Os resultados finais da avaliação geral sobre um ambiente favorável às empresas sustentáveis em Moçambique, com base em dados primários e secundários, discussões em seminários, entrevistas com partes interessadas nacionais e uma revisão completa da literatura, indicam que há espaço para melhorar a situação em todas as 17 condições.

Para focar as atenções e concentrar os esforços em uma análise profunda dos problemas emergentes, algumas das 17 condições foram priorizadas por constituintes tripartidos no seminário consultivo realizado em Maio de 2018 em Maputo. Estas áreas foram compreendidas como aquelas onde as intervenções para melhorias são mais necessárias. Para obter mais detalhes sobre essas questões prioritárias, uma pesquisa de percepção foi organizada e focada apenas nessas áreas. As condições selecionadas são as seguintes:

- Paz e estabilidade política;
- Infraestrutura física;
- Políticas macroeconômicas sólidas e estáveis e a boa gestão da economia;
- Educação, capacitação e formação contínua;
- Boa governação;
- Ambiente legal e regulatório favorável;
- Acesso aos serviços financeiros;
- Diálogo social.

As conclusões preliminares do relatório foram apresentadas, discutidas e validadas num seminário tripartido realizado em Maputo em Fevereiro de 2019. Diversas questões foram discutidas e indicadas como as principais barreiras para fazer negócios em Moçambique. Os participantes do seminário tripartido priorizaram três das condições prioritárias listadas acima para desenvolver planos de acção em direcção à melhoria do ambiente de negócio para empresas sustentáveis. As 3 condições são:

- Acesso aos serviços financeiros;
- Boa governação; e
- Paz e estabilidade política.

Os **serviços financeiros** são considerados essenciais para o crescimento das empresas. Em particular, os participantes tripartidos acreditam que as taxas de juros devem ser mais baixas, uma vez que são percebidas como muito altas para as empresas.

A **boa governação** é considerada fundamental para um ambiente de negócios favorável e para atrair investidores. Questões como prestação de contas, regulamentações, mecanismos de resolução de conflitos de interesses e corrupção foram discutidas no seminário tripartido de Fevereiro 2019 e consideradas muito importantes.

No mesmo seminário, **a paz e a estabilidade política** foram consideradas essenciais para um ambiente de negócios propício. A falta de segurança impede o movimento suave das mercadorias. Concluiu-se que a paz e a estabilidade política são necessárias para atrair investidores.

Em Maio de 2019 os representantes de varias instituições, Governos, Sindicatos e CTA elaboraram os planos de acção das 3 áreas prioritárias. O plano de acção será finalizado e adotado em um seminário de disseminação a ser realizado na presença de formuladores de políticas de alto nível. A implementação do plano de acção abordará algumas das principais questões decorrentes desta avaliação e contribuirá para a melhoria do ambiente favorável às empresas sustentáveis em Moçambique.

REFERÊNCIAS

African Development Bank (AfDB). 2016. African Economic Outlook. Disponível em: http://www.mz.undp.org/content/mozambique/en/home/library/poverty/microfinance-in-mozambique/Africa_Economic_Outlook_Mozambique_2016.html

African Development Bank (AfDB). 2018. African Economic Outlook - Mozambique. Disponível em: https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Generic-Documents/country_notes/Mozambique_country_note.pdf

African Development Bank (AfDB). 2018. Mozambique Economic Outlook. Disponível em: <https://www.afdb.org/en/countries/southern-africa/mozambique/mozambique-economic-outlook/>

Anistia Internacional. Mozambique 2017/2018. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/countries/africa/mozambique/report-mozambique/>

Banco de Moçambique. 2016. Estratégia Nacional de Inclusão Financeira. Disponível em: http://www.bancomoc.mz/fm_pgTab1.aspx?id=199

Banco de Moçambique. O Banco. Disponível em: http://www.bancomoc.mz/fm_telahtml.aspx?id=1

Banco Mundial. 2016. Mozambique - Systematic country diagnostic. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/561031467732899557/Mozambique-Systematic-country-diagnostic>

Banco Mundial. 2017. Mozambique Economic Update. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/pt/386461513950634764/pdf/122234-REVISED-Mozambique-Economic-Update-December-2017-EN.pdf>

Banco Mundial. 2018. Doing Business 2018. Disponível em: <http://portugues.doingbusiness.org/~media/WBG/DoingBusiness/Documents/Annual-Reports/English/DB-2018-Full-Report.pdf>

Bertelsmann Stiftung. 2016. BTI 2016 – Mozambique Country Report. Disponível em: <https://www.bti-project.org/en/reports/country-reports/detail/itc/moz/ity/2016/itr/esa/>

Bertelsmann Stiftung. 2018. BTI 2018 – Mozambique Country Report. Disponível em: <http://www.bti-project.org/en/reports/country-reports/detail/itc/moz/ity/2018/itr/esa/>

Centro de Integridade Pública (CIP). 2016. Quadro Legal e Institucional das Entidades Reguladoras Deve Ser Revisto Urgentemente. Disponível em: <https://cipmoz.org/index.php/pt/anti-corrupcao/36-quadro-legal-e-institucional-das-entidades-reguladoras-deve-ser-revisto-urgentemente>

Centro de Integridade Pública (CIP). 2016. Disponível em: https://cipmoz.org/images/Documentos/Sem_categoria/Policy_Brief_1_Port.pdf

Centro de Promoção de Investimentos (CPI). Legislação sobre Investimentos em Moçambique. Disponível em: <http://www.inhambane.gov.mz/por/Servicos/Agencia-para-a-Promocao-de-Investimentos-e-Exportacoes/Documentos>

Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG). 2016. A reforma da proteção social em Moçambique e a nova estratégia de proteção social básica. Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/pt-br/publication/28078>

Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG). 2016. The Business Integrity Country Agenda. Disponível em: <https://cipmoz.org/index.php/pt/bica/387-the-business-integrity-country-agenda-bica-initiative>

CIA World Factbook. Mozambique. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/mz.html>

Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). 2018. SADC Facts & Figures. Disponível em: <https://www.sadc.int/about-sadc/overview/sadc-facts-figures/>

Confederação das Associações Econômicas de Moçambique (CTA). 22 de março de 2018. Governo e Sector Privado assinam Memorando de Entendimento. Disponível em: <http://cta.org.mz/governo-e-sector-privado-assinam-memorando-de-entendimento/>

Confederação das Associações Econômicas de Moçambique (CTA). Sobre a CTA. Disponível em: <http://cta.org.mz/sobre-a-cta/bem-vindo/>

Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). 2013. Competition Issues in the Economy of Mozambique. Disponível em: http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/ditcclp2011d6_en.pdf

Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). 2012. Investment Policy Review. Disponível em: <http://unctad.org/en/pages/PublicationWebflyer.aspx?publicationid=222>

Conselho Constitucional. Disponível em: <http://www.cconstitucional.org.mz/>

Danish Trade Council for International Development and Cooperation. 2017. *Labour Market Profile 2017 – Mozambique*. Available at: http://www.ulussekretariatet.dk/sites/default/files/uploads/public/PDF/LMP/lmp_mozambique_2017_final.pdf

Departamento de Estado dos Estados Unidos. 2017 Investment Climate Statements – Mozambique. Disponível em: <https://www.state.gov/e/eb/rls/othr/ics/2017/af/269761.htm>

Departamento de Estado dos Estados Unidos. 2017. Country Reports on Human Rights Practices for 2017 – Mozambique. Disponível em: <http://www.state.gov/j/drl/rls/hrrpt/humanrightsreport/index.htm?year=2017&dliid=277027>

Deutsche Welle (DW). 12 de janeiro de 2018. Human Rights Watch lamenta impunidade e ausência de justiça em Moçambique. Disponível em: <http://www.dw.com/pt-002/human-rights-watch-lamenta-impunidade-e-aus%C3%Aancia-de-justi%C3%A7a-em-mo%C3%Aambique/a-42128013>

Deutsche Welle (DW). 4 de março de 2018. Disponível em: <http://www.dw.com/pt-002/novo-plano-estrat%C3%A9gico-de-combate-%C3%A0-corrup%C3%A7%C3%A3o-prev%C3%AA-agravamento-de-puni%C3%A7%C3%B5es/a-42868889>

Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH). Ratification Status by Country. Disponível em: http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/TreatyBodyExternal/Treaty.aspx?CountryID=118&Lang=EN

Fórum Económico Mundial (FEM). 2016. The Global Enabling Trade Report 2016. Disponível em: <http://reports.weforum.org/global-enabling-trade-report-2016/>

Fórum Económico Mundial (FEM). The Global Competitiveness Report 2017 – 2018. Disponível em: <https://www.weforum.org/reports/the-global-competitiveness-report-2017-2018>

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) – Moçambique. 2016. Relatório Anual. Disponível em: http://www.unicef.org/mz/annualreport2016/pt/2016Annual-Report-UNICEF_AR_2016_PT.pdf

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) – Moçambique. Current Situation. Disponível em: <http://www.unicef.org/mz/en/our-work/what-we-do/education/>

Fundo Monetário Internacional (FMI). 2018. Republic of Mozambique: Selected Issues. Disponível em: <http://www.imf.org/en/Publications/CR/Issues/2018/03/07/Republic-of-Mozambique-Selected-Issues-45702>

GIZ. 2016. Pequenas e Médias Empresas em Moçambique: Situação e Desafios. Disponível em: <https://www.giz.de/de/downloads/giz2016-pt-PME-in-mocambique-situacao-e-desafios.pdf>

Global Competition Review. 2017. Mozambique: Overview. Disponível em: <https://globalcompetitionreview.com/insight/the-european-middle-eastern-and-african-antitrust-review-2017/1067883/mozambique-overview>

Global Footprint Network. Ecological Footprint of Countries 2007 – 2014. Disponível em: <http://data.footprintnetwork.org/#/compareCountries?type=EFCtot&n=144,251,130,215&yr=2014>

Governo de Inhambane. Agencia para a Promoção de Investimentos e Exportações. Disponível em: <http://www.inhambane.gov.mz/por/Servicos/Agencia-para-a-Promocao-de-Investimentos-e-Exportacoes>

Governo de Moçambique. 2016. Governo reestrutura Instituto Nacional de Ação Social Disponível em: <http://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Imprensa/Noticias/Governo-restrutura-Instituto-Nacional-de-Accao-Social>

Governo de Moçambique. A luta pela independência. Disponível em: <http://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Mocambique/Historia-de-Mocambique/A-Luta-pela-Independencia>.

Governo de Moçambique. Estratégia para a Melhoria do Ambiente de Negócios em Moçambique. Disponível em: <http://www.mic.gov.mz/por/Media/Files/EMAN-II>

Governo de Moçambique. Fevereiro de 2015. Plano Quinquenal do Governo 2015 – 2019. Disponível em: <http://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Governo/Documentos/Planos-e-Programas-de-Governacao/Plano-Quinquenal>

Governo de Moçambique. Sistema de informação de crédito já abrange privados. Disponível em: <http://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Imprensa/Noticias/Sistema-de-informacao-de-credito-ja-abrange-privados>

Henriques, Fabrícia Almeida; Melo, Pedro Gouveia e. 2017. Africa Guide – Competition. Disponível em: https://www.mlgts.pt/xms/files/Publicacoes/Artigos/2017/Bowmans__Africa_Guide_Competition_2017_MOZ.pdf

Human Rights Watch (HRW). 2017. Disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2018/country-chapters/mozambique>

Instituto da Propriedade Intelectual (IPI). O IPI. Disponível em: <http://www.sislog.com/ipi/>

Instituto Nacional de Ação Social (INA). Sobre nós. Disponível em: <http://www.inas.gov.mz/index.php/page/company>

Instituto Nacional de Estatística (INE). 2014. Estatísticas e Indicadores Sociais Disponível em: <http://www.ine.gov.mz/estatisticas/estatisticas-demograficas-e-indicadores-sociais/estatisticas-e-indicadores-sociais/estatisticas-e-indicadores-sociais-2014/view>

Instituto Nacional de Estatística (INE). 2016. Estatísticas de Violência Doméstica 2014 – 2016. Disponível em: <http://www.ine.gov.mz/estatisticas/estatisticas-sectoriais/acao-social/estatisticas-de-violencia-domestica-2014-2016/view>

Instituto Nacional de Estatística (INE). 2017. Empresas em Moçambique: Resultados Do Segundo Censo Nacional (2014 – 2015). <http://www.ine.gov.mz/news/2016/outras-noticias-2016/censo-de-empresas-cempre-2014-2013-2015-dados-recolhidos-serao-divulgados-em-janeiro-de-2017/view>

Instituto Nacional de Estatística (INE). 2018. Contas Nacionais de Moçambique - IV Trimestre 2017. Disponível em: <http://www.ine.gov.mz/estatisticas/estatisticas-eco>

nomicas/contas-nacionais/publicacoes/contas-nacionais-de-mocambique-vi-trimestre-2017/view

Instituto Nacional de Estatística (INE). Informação rápida. Disponível em: <http://www.ine.gov.mz/>

Instituto Nacional de Segurança Social (INSS). Sobre o INSS. Disponível em: <https://www.inss.gov.mz/o-inss.html>

Instituto Nacional de Saúde (INS); Instituto Nacional de Estatística (INE). 2017. Inquérito de Indicadores de Imunização, Malária e HIV/SIDA em Moçambique (IMASIDA) - Relatório de Indicadores Básicos de HIV. Disponível em: http://www.wlsa.org.mz/wp-content/uploads/2017/07/IMASIDA2015_Relatorio_de_Indicadores_Basicos_de_HIV_-8May2017.pdf

ISCOS. 2017. Saber para Participar - Os Fóruns tripartidos de Consulta e de Concertação Social nas Províncias para um verdadeiro diálogo social: Noções Gerais do Diálogo Social. Disponível em: http://www.iscos.eu/it/wp-content/uploads/2018/02/NOCOES-GERAIS-SOBRE-O-DIALOGO-SOCIAL__A5.pdf

Jornal Notícias. 11 de agosto de 2015. Identificadas 28 prioridades no diálogo público-privado. Disponível em: <http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/economia/41371-identificadas-28-prioridades-no-dialogo-publico-privado.html>

Jornal Notícias. 3 de novembro de 2015. Comissão Consultiva do Trabalho: Novo estatuto alarga espaço para diálogo. Disponível em: <http://jornalnoticias.co.mz/index.php/sociedade/45832-comissao-consultiva-do-trabalho-novo-estatuto-alarga-espaco-para-dialogo>

Jornal Notícias. 8 de janeiro de 2018. Segurança Social Obrigatória: Novo regulamento alarga benefícios. Disponível em: <http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/2-desaque/75052-seguranca-social-obrigatoria-novo-regulamento-alarga-beneficios.html>

Macauhub. 3 de julho de 2017. Moçambique cria nova agência de promoção do investimento e das exportações. Disponível em: <https://macauhub.com.mo/pt/2017/07/03/pt-mocambique-cria-nova-agencia-de-promocao-do-investimento-e-das-exportacoes/>

Marco de Assistência das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDAF). United Nations Development Assistance Framework for Mozambique 2017-2020. Disponível em: https://www.unicef.org/about/execboard/files/Mozambique-UNDAF_2017-2020_Eng.pdf

Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Ensino Profissional. Instituições de Ensino Superior. Disponível em: <http://www.mctestp.gov.mz/?q=content/institui%C3%A7%C3%B5es-de-es>

Ministério da Economia e Finanças. 2016. Pobreza e bem-estar em Moçambique: quarta avaliação nacional. Disponível em: https://www.wider.unu.edu/sites/default/files/Final_QUARTA%20AVALIA%C3%87A%C3%92NACIONAL%20DA%20POBREZA_2016-10-26_2.pdf

Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINED). 2014. Dados Estatísticos sobre o Ensino Superior em Moçambique 2012. Disponível em: <http://www.mined.gov.mz/>

gov.mz/STATS/Pages/default.aspx

Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINED). 2018. Educação. Disponível em: <http://www.mined.gov.mz/EDUCA/Pages/default.aspx>

Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINED). 2018. Assembleia da República aprova nova lei do Sistema Nacional de Educação. Disponível em: <http://www.mined.gov.mz/Pages/Comentarios.aspx?listName=NoticiasMined&newsId=324>

Ministério da Indústria e Comércio (MIC). 2017. Política e Estratégia Industrial 2016-2025. Disponível em: <http://www.mic.gov.mz/por/Industria/Politica-e-Estrategia-Industrial/Politica-e-Estrategia-Industrial-2016-20252>

Ministério da Indústria e Comércio (MIC). Diálogo Público Privado. Disponível em: <http://www.mic.gov.mz/por/Sector-Privado/Dialogo-Publico-Privado>

Ministério da Indústria e Comércio (MIC). Estratégia para a Melhoria do Ambiente de Negócios em Moçambique 2013 – 2017. Disponível em: <http://www.mic.gov.mz/por/Media/Files/EMAN-II>

Ministério da Indústria e Comércio (MIC). Missão. Disponível em: <http://www.mic.gov.mz/por/Ministerio/Missao>

Ministério da Justiça do Brasil. Moçambique. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/sua-protecao/cooperacao-internacional/cooperacao-juridica-internacional-em-materia-penal/orientacoes-por-pais/mocambique>

Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER). Serviços ao público. Disponível em: <http://www.mitader.gov.mz/atendimento/>

Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social. Comissão Consultiva do Trabalho. Disponível em: <http://www.mitess.gov.mz/site-page/cct>

Minority Rights Group International. 2018. Mozambique. Disponível em: <https://minorityrights.org/country/mozambique/>

Neil Balchin et al. 2017. Economic Transformation and Job Creation in Mozambique. Overseas Development Institute (ODI). Disponível em: <https://www.odi.org/publications/10961-economic-transformation-and-job-creation-mozambique>

Ordem dos Advogados de Moçambique (OAM). 16 de fevereiro de 2018. Direitos Humanos e Negócios em Moçambique. Disponível em: <http://www.oam.org.mz/direitos-humanos-e-negocios-em-mocambique/>

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). 8 de março de 2018. Saiba como mulheres em Moçambique combatem a desnutrição crônica. Disponível em: <http://www.fao.org/mozambique/news/detail/pt/c/1107332/>

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). 2016. Country Programming Framework for Mozambique 2016-2020. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-br891e.pdf>

Organização Internacional do Trabalho (OIT). 2011. Decent Work Country Programme of Mozambique 2011 – 2015. Disponível em: http://www.ilo.org/addisababa/countries-covered/mozambique/WCMS_313040/lang--en/index.htm

Organização Internacional do Trabalho (OIT). 2015. Structural Change, employment and education in Mozambique. Disponível em: http://www.ilo.org/gateway/faces/home/publications/pubdetail?cid=MOZ&pubid=4255&_adf.ctrl-state=17wnrsnd1r_46

Organização Internacional do Trabalho (OIT). Ratifications by country. Disponível em: <http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=1000:11001:::NO::>

Organização Internacional do Trabalho (OIT). Janeiro de 2016. The ILO in Mozambique. Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---africa/---ro-addis_ababa/---ilo-lusaka/documents/publication/wcms_499746.pdf

Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI). Laws. Disponível em: <http://www.wipo.int/wipolex/en/profile.jsp?code=MZ>

Organização Mundial do Comércio (OMC). 2017. Trade Policy Review. Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/s354_e.pdf

Organização Mundial do Comércio (OMC). 2018. Mozambique. Disponível em: http://stat.wto.org/CountryProfiles/MZ_e.htm

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). 2013. Investment Policy Review - Mozambique. Disponível em: <http://www.oecd.org/daf/inv/investment-policy/mozambique-investment-policy.htm>

Procuradoria-Geral da República. Gabinete Central de Combate à Corrupção. Disponível em: <http://www.pgr.gov.mz/index.php/gccc>

Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/ AIDS (UNAIDS). Moçambique. Disponível em: <http://www.unaids.org/en/regionscountries/countries/mozambique>

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) Moçambique. About Mozambique. Disponível em: <http://www.mz.undp.org/content/mozambique/en/home/countryinfo/>

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) Moçambique. 2018. Mozambique increases its biodiversity protection efforts through a new project. Available at: <http://www.mz.undp.org/content/mozambique/en/home/presscenter/articles/2018/05/25/mozambique-increases-its-biodiversity-protection-efforts-through-a-new-project-.html>

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). 2018. Human Development Report 2018 Briefing Note – Mozambique. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/all/themes/hdr_theme/country-notes/MOZ.pdf

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). 2018. Mozambique – Human Development Indicators. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/countries/profiles/MOZ>

Programa Mundial de Alimentos (PMA). Abril de 2018. Mozambique Country Brief. Disponível em: <https://docs.wfp.org/api/documents/cc73df1559fc46e78ebf-120061f3813d/download/>

Programa Mundial de Alimentos (PMA). Mozambique. Disponível em: <http://www1.wfp.org/countries/mozambique>

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). IPEME – Instituto para Promoção de Pequenas e Médias Empresas (Moçambique). Disponível em: <http://ois.sebrae.com.br/comunidades/ipeme-instituto-para-a-promocao-das-pequenas-e-medias-empresas-mocambique/>

The Commonwealth. Mozambique: Constitution and politics. Disponível em: <http://thecommonwealth.org/our-member-countries/mozambique/constitution-politics>

The Southern and Eastern Africa Consortium for Monitoring Educational Quality (SACMEQ). Education fact sheet. Disponível em: <http://www.sacmeq.org/?q=sacmeq-members/mozambique/education-fact-sheet>

Transparency International. 2016. Better enforcement of anticorruption laws needed to clean up business in Mozambique. Disponível em: https://www.transparency.org/news/pressrelease/better_enforcement_of_anticorruption_laws_needed_to_clean_up_business_in_mo

Transparency International. 2016. Mozambique: Overview of corruption and anti-corruption. Disponível em: <https://knowledgehub.transparency.org/helpdesk/mozambique-overview-of-corruption-and-anti-corruption1>

United Nations Poverty-Environment Initiative Countries (UNPEI). Mozambique. Disponível em: <http://www.unpei.org/what-we-do/pei-countries/mozambique>

WWF. 20 de julho de 2017. Participação de Moçambique no ITIE - Relatório de avaliação assinala progressos significativos na transparência e prestação de conta. Disponível em: <https://www.wwf.org.mz/noticias/?2920/Participao-de-Moambique-no-ITIE--Relatorio-de-avaliacao-assinala-progressos-significativos-na-transparncia-e-prestao-de-conta>

Danish Trade Council for International Development and Cooperation. 2017. Labour Market Profile 2017: Mozambique. Disponível em: http://www.ulandssekretariatet.dk/sites/default/files/uploads/public/PDF/LMP/Imp_mozambique_2017_final.pdf

Fontes de dados

Banco Mundial. Relatórios *Doing Business*. Disponível em: <http://www.doingbusiness.org/en/custom-query>

Banco Mundial. *Indicadores de Governança Global*. Disponível em: <http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=worldwide-governance-indicators&Type=TABLE#advancedDownloadOptions>

Banco Mundial. *World Bank national accounts data*. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?locations=MZ>

Coleção de tratados da ONU. Disponível em: <https://treaties.un.org/>

Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais/ Instituto Superior de Relações Internacionais (CEEI/ISRI). Pesquisa para Avaliação do Ambiente de Negócios e Sustentabilidade das Empresas em Moçambique - EESE Survey Mozambique 2018. Set/2018.

Fórum Económico Mundial. Relatórios *Global Competitiveness*. Disponível em: <https://www.weforum.org/>

Fórum Económico Mundial. Relatórios *Global Enabling Trade*. Disponível em: <https://www.weforum.org/>

Fórum Económico Mundial. Relatórios *Global Information Technology*. Disponível em: <https://www.weforum.org/>

Freedom House. Relatórios *Freedom in the World*. Disponível em: <https://freedomhouse.org/>

Fundo Monetário Internacional (FMI). Base de dados do *World Economic Outlook*. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2010/01/weodata/index.aspx>

Global Footprint Network. Dados sobre impacto ecológico. Disponível em: <https://www.footprintnetwork.org/>

Organização Internacional do Trabalho (OIT). Dados do *World Social Protection*. Disponível em: <https://www.social-protection.org/gimi/gess/Wspr.action>

Organização Internacional do Trabalho (OIT). Estatísticas OIT – principais indicadores para o mercado de trabalho. Disponível em: https://www.ilo.org/ilostat/faces/oracle/webcenter/portalapp/pagehierarchy/Page27.jspx;_afprLoop=602209454370545&_afprWindowMode=0&_afprWindowId=null#%40%2Foracle%2Fwebcenter%2Fportalapp%2Fpages%2Fstatistics%2FilostatHome.jspx%40%3F_adf.ctrl-state%3Dtvzf3xb_4

Organização Internacional do Trabalho (OIT). Sistema de informações sobre normas internacionais de trabalho. Disponível em: <https://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:11001:0::NO::>

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Relatórios de Desenvolvimento Humano. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/data>

Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Dados ambientais. Disponível em: <http://geodata.grid.PNUMA.ch/>

Transparência Internacional. Relatórios *Corruption Perceptions Index*. Disponível em: <https://www.transparency.org/>

União Internacional de Telecomunicações (UIT). Principais estatísticas. Disponível em: <https://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Pages/publications/mis2014.aspx>

Programa das Nações Unidas para o meio Ambiente (PNUMA). Environmental Data Explorer. Disponível em: <http://geodata.grid.PNUMA.ch/>

